

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Jordão Benetti

**TURISMO RURAL COMUNITÁRIO E TRANSFORMAÇÃO
TERRITORIAL EM SÃO JOÃO DOS MELLOS – RS**

Santa Cruz do Sul
2016

Jordão Benetti

TURISMO RURAL COMUNITÁRIO E TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL EM SÃO JOÃO DOS MELLOS – RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul
2016

Jordão Benetti

**TURISMO RURAL COMUNITÁRIO E TRANSFORMAÇÃO
TERRITORIAL EM SÃO JOÃO DOS MELLOS – RS**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em

Professora Dr^a. Cidonea Machado Deponti - Orientadora

Professor Dr. Egon Froehlich (FACCAT)

Professor Dr. Roberto do Nascimento e Silva (UNISC)

Professora Dr^a. Rosane Bernardete Brochier Kist (UNISC)

Santa Cruz do Sul
2016

*Dedico esta dissertação a minha companheira nesta jornada.
Esposa, profissional, mulher que me apoia e
me acompanha em todos os momentos da vida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o auxílio de diversas pessoas que muito contribuíram para que eu pudesse chegar até esta etapa.

Gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora Cidônea Machado Deponti, pelas orientações descontraídas e pela leveza com que me ensinou a ver todo processo científico. Sem sua espontaneidade e dedicação o trabalho não teria sido tão prazeroso quanto foi.

Agradeço em igual intensidade a minha esposa, pelas intensas revisões, palpites e críticas ao trabalho.

À comunidade de São João dos Mellos, pela generosidade e hospitalidade durante todas as entrevistas.

À EMATER-RS/ASCAR, Prefeitura de Nova Palma, Prefeitura de Júlio de Castilhos, SENAR e Agência Supremma, por gentilmente disponibilizarem seus funcionários para responderem aos meus questionamentos. Igualmente agradeço a todos os servidores entrevistados, cujo empenho em me auxiliar possibilitou compor os resultados deste trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, por compartilharem alegrias e angústias durante todo o processo. Em especial, agradeço ao colega Mizael, pelo companheirismo ao longo da jornada do mestrado.

“Cada um oferece o que tem de melhor”

(Rogério Bertoldo)

RESUMO

Esta pesquisa aborda a transformação territorial de uma comunidade rural, a partir do processo de articulação de forças sociais em diferentes escalas e seus reflexos no espaço. Para tanto, estudou-se a formação histórica do Distrito de São João dos Mellos –RS. Esta pequena comunidade de agricultores familiares passou por profundas transformações nos últimos anos em razão da inserção da prática do turismo rural comunitário. A atividade turística, organizada de forma endógena, ocasionou importantes mudanças sociais e espaciais neste lugar. Dentro dessa temática, o objeto de análise delimita-se nas relações socioespaciais estabelecidas no território pelos atores sociais que se interligam direta e indiretamente à organização e à prática do turismo rural comunitário. Desta forma, investigaram-se as relações sociais e espaciais engendradas por diferentes atores em diferentes escalas (local e regional), a fim de verificar como estas ações incidiram e se instalaram no território e na região em um contexto do modo de produção capitalista. Utilizando como aporte metodológico o materialismo histórico dialético, foram realizadas 27 entrevistas focalizadas, sob uma abordagem qualitativa, com diferentes atores que participaram direta e indiretamente do processo de organização e implementação da atividade turística. Estes dados foram analisados por meio das técnicas de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa revelaram como a comunidade estudada foi capaz de se transformar territorialmente e se inserir e se firmar regionalmente, por meio de lógicas horizontais.

Palavras-chave: Turismo rural. Território. Região. Turismo comunitário. São João dos Mellos.

ABSTRACT

This research addresses the territorial transformation of a rural community, from the process of articulation of social forces at different scales and their effects in space. This study is carried out in the historical formation of the District of São João dos Mellos-RS. This small community of familiar farmers has undergone profound changes in recent years due to the introduction of the practice of community rural tourism. Tourist activity, organized endogenously, led to important social and spatial changes in this place. Within this theme, the object of analysis defines the socio-spatial relations established in the territory by the social actors that are interconnected directly and indirectly to the organization and practice of community rural tourism. Thus, we investigated the social and spatial relationships engendered by different actors at different scales (local and regional) in order to see how these actions focused and settled in the territory and in the region in the context of the capitalist mode of production. Using as methodological approach the dialectical historical materialism, 27 focused interviews were conducted under a qualitative approach, with different actors who participated directly and indirectly in the process of organization and implementation of tourism. These data were analyzed through content analysis techniques. The survey results revealed how the studied community was able to become territorial and enter and establish itself regionally, through horizontal logic

.Keywords:Rural tourism. Territory. Region. Community tourism. São João dos Mellos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Estado do Rio Grande do Sul e localização de Júlio de Castilhos/ Distrito de São João dos Mellos	9
Ilustração 2 - Sede Administrativa do Distrito de São João dos Mellos. Localização das famílias entrevistadas.	59
Ilustração 3 - Nota na capa do periódico Integração Regional que circula na cidade de Restinga Seca e região.....	72
Ilustração 4 – Gigante sendo esculpido em frente à casa do escultor.	79
Ilustração 5 – Mapa da Rota Turística e Gastronômica da Quarta Colônia.	82
Ilustração 6 – Lojinha construída pelos próprios moradores para vender artesanato e produtos coloniais.	96
Ilustração 7 – Restaurante da Maria.	100
Ilustração 8 – Passeio de Jabiraca por estradas rurais.	101
Ilustração 9 – Estátua do Trovador em frente à casa do agricultor que inspirou a obra.....	103
Ilustração 10 – Material impresso de divulgação do turismo e da APTSJM.	104
Ilustração 11 – Matéria do Jornal Expressão, em 19 de março de 2010. Na foto, parte dos residentes presentes na reunião e lideranças externas.	107
Ilustração 12 – A estátua de boas vindas está localizada na entrada da comunidade e foi a alternativa encontrada para a falta de um pórtico.	108
Ilustração 13- Inauguração da Rota das Esculturas.....	135
Ilustração 14 - Mapa Temático. Atrativos turísticos da região central do Rio Grande do Sul 2015...	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População total de São João dos Mellos. Anos 2000 e 2010.....	66
Gráfico 2 - Registros de visitas do ano de 2008.....	77
Gráfico 3 - Registros de visitas do ano de 2009 realizadas de quartas, sábados e domingos das 14h às 16h.....	80
Gráfico 4 - Comparativo entre grupos e turistas individuais 2013 e 2014.....	123
Gráfico 5 -Visitas realizadas por grupos no ano de 2013 e 2014.....	125

LISTA DE SIGLAS

APTSJM Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos

EMATER-RS/ASCAR Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

ORNAs Ocupações Rurais Não Agrícolas

SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TRC Turismo Rural Comunitário

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA.....	15
2.1 O conceito de espaço, de território e de região	15
2.2 Noções preliminares: a questão do desenvolvimento.....	24
2.3 O desenvolvimento aplicado ao espaço rural: do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural.....	33
2.4 Reflexões sobre o objeto de estudo sob a ótica regional e o turismo rural	38
2.5 O turismo rural comunitário	44
3. METODOLOGIA	50
3.1 O materialismo histórico e dialético	50
3.1.1 O método e suas contribuições para a pesquisa	55
3.2 Coleta de dados.....	57
3.3 Métodos de análise dos dados.....	60
4. SÃO JOÃO DOS MELLOS: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE E DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	63
4.1 A história de São João dos Mellos.....	63
4.2 O Jardim das Esculturas.....	70
4.3 A comunidade e o seu Jardim: o início do turismo comunitário.....	84
4.4 Produção do território turístico de São João dos Mellos.....	93
5. RELAÇÕES NO TERRITÓRIO	106
5.1 O primeiro movimento: as tratativas com a Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos.....	106
5.2 Em busca de capacitação: EMATER-RS/ASCAR e SENAR e suas contribuições para o aprimoramento do produto turístico.....	114
5.3 As agências de turismo e o destino de São João dos Mellos	123
5.4 Ampliando o Turismo: a busca pela interligação com a região e a Prefeitura de Nova Palma	130
CONSIDERAÇÕES.....	139
REFERÊNCIAS	147
Documentos consultados.....	152
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES.....	153
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES DE TURISMO.....	154
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES PÚBLICOS.....	155
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ATORES INTERNOS ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO.....	159

1. INTRODUÇÃO

As transformações do atual espaço rural brasileiro têm sido foco de inúmeras discussões teóricas. Em um contexto de economia globalizada, em que as mudanças no padrão tecnológico e produtivo contribuem com as mudanças espaciais, cada vez mais são observadas pesquisas que buscam entender as novas práticas rurais e seus reflexos a partir da penetração das formas mais modernas do capitalismo no campo.

Os efeitos da globalização no meio rural têm dividido os debates científicos e políticos ao longo dos anos. Inicialmente, nos anos de 1960 e 1970, o dualismo estrutural opondo o campo às cidades, o rural ao urbano, o agrícola ao industrial, nortearam as ações intelectuais, políticas e econômicas que buscavam modernizar, dar vitalidade ao rural, considerado atrasado e subdesenvolvido. A modernização do campo baseava-se na intensificação de fatores mecânicos, químicos e biológicos, reduzindo-se o trabalho humano, explorando as economias de escala e reduzindo os custos com vistas ao aumento da produtividade e dos lucros sobre a produção (CAVACO, 1999).

Deste modelo, resultaram-se “produções mais regulares, homogêneas, massificadas, com problemas de competitividade” que geraram impactos negativos provenientes da dinâmica destas novas tecnologias (CAVACO, 1999, p.99). O produtor, para se inserir nesta nova lógica, precisava ter acesso aos financiamentos voltados à produção capitalizada, o que gerou, segundo apontam alguns teóricos, uma polarização do espaço rural: de um lado, estabelece-se uma agricultura empresarial ou patronal; de outro, a agricultura familiar (KLOSTER, CUNHA, 2014).

Embora exista um intenso debate acerca dessa diferenciação social, com profundas divergências entre os autores¹, sobretudo no que concerne à teoria social sobre o “fenômeno da agricultura familiar”, ora apontado como anterior à agricultura moderna e capaz de resisti-la, ora apontado como categoria social que surge com o próprio fenômeno de modernização, o que interessa observar, neste primeiro momento, é que houve a emergência de um novo rural, composto por novas funções sociais e ambientais (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

¹ Dentre os autores que se inserem neste debate teórico estão Maria Nazaré Baudel Wanderley, João Carlos Tedesco, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, Bruno Jean, DelmaPessanha Neves e Sergio Schneider (DEPONTI, 2007).

Assim, de um lado, tem-se o campo que “se industrializa”, que se torna “objeto de relações capitalistas avançadas” e, de outro, o campo mais tradicional (SANTOS, 1988, p.69), cujas formas de produção e reprodução acabaram, em muitos casos, por reduzir as rendas dos agricultores “afetando principalmente aqueles menos capitalizados”, desdobrando-se no abandono, marginalização e aumento da pobreza rural (SOUZA, ELESBÃO, SCHAIDHAUER, 2011, p.217).

Segundo Navarro (2001, p.2), “o mundo rural passou a subordinar-se, como mera peça dependente, aos novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas”. Diante desse cenário, que apontava para a homogeneização dos mercados de trabalho rural e urbano e da hegemonia do capital financeiro, destacaram-se transformações estruturais na agricultura focadas, sobretudo, na melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres.

De um lado, foram criadas políticas públicas que visavam erradicar a pobreza no campo. De outro, houve a disseminação de novas formas de reprodução da força de trabalho no meio rural. Diante das dificuldades do setor agropecuário, muitas comunidades rurais resolveram diversificar suas atividades. Segundo Lunardi (2012, p.16), novas trajetórias surgiram “em um campo que não é mais somente agrícola, mas também cenário para o desenvolvimento de novas atividades e de multifuncionalidades”.

Além dos esforços sociais e políticos que visavam revalorizar as sociedades rurais e produtivas e seus modos de existência, assim como melhorar as condições de vida dessas populações, observa-se um movimento em que os agricultores e suas famílias reagem às mudanças tecnológicas e seus desdobramentos, por meio da busca por novas fontes de renda, além dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Sobretudo no âmbito da agricultura familiar, onde se encontram os maiores problemas, decorrentes das desigualdades provenientes da inserção do capital hegemônico, esta prática de diversificação das atividades se fez e ainda se faz presente na estrutura rural de diversas regiões e países.

Segundo Schneider (2003, p.112) este é “um fenômeno através do qual os membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural”. Este fenômeno, definido como pluriatividade pelo autor, está cada vez mais a ganhar espaço no cenário brasileiro.

Embora as práticas não agrícolas não sejam uma completa novidade no meio rural, as condições sociais e econômicas atuais levaram a um aumento das Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNAs) a um nível destacável. Em conjunto com o crescimento do número de aposentados e pensionistas residentes no meio rural, as ORNAs auxiliam na explicação da manutenção das populações em áreas rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Esse movimento, que afeta as relações da população rural com o seu espaço e redesenha suas territorialidades, permite compreender de forma mais aprofundada as transformações do espaço rural.

A compreensão do espaço rural atual passa, portanto, pelo estudo do processo histórico que permitiu sua constituição tanto como espaço de produção quanto como espaço de reprodução social de sua população. Segundo Elesbão (2007, p.48), “o espaço rural, além de espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social, condição muitas vezes colocada em segundo plano quando da sua análise”. Assim, ao observá-lo deve-se considerar não apenas o seu enfoque enquanto produtor de alimentos e matérias-primas, mas também sua relação com as atividades não-agrícolas.

A pluriatividade rural é explicada por pesquisadores (CARNEIRO, 1999 e GRAZIANO DA SILVA, 1999) a partir de dois movimentos: um se refere à resistência dos agricultores e o desejo de permanecer no campo. O outro se refere ao movimento de aproximação dos citadinos ao meio rural, o que pode ser constatado tanto pela busca de consumo de produtos locais quanto pela busca por atividades relacionadas ao lazer. Neste contexto surge o turismo como forma do agricultor diversificar suas formas produtivas. Presente em diversas comunidades rurais no Brasil, a prática turística tem sido uma alternativa interessante ao desenvolvimento de outras atividade no meio rural, capaz não apenas de diversificar as possibilidade de renda dos agricultores, mas também de promover e afirmar a cultura rural.

O turismo rural se configura como atividade econômica na medida em que busca o complemento de renda das famílias, mas, por outro lado, é também influenciado por uma forte identidade cultural e sua prática não se dá apenas pelo viés econômico, pois está também ligada ao desenvolvimento sociocultural das comunidades pela manutenção de sua cultura e do saber-fazer-local.

Mas a inserção da prática turística no ambiente rural brasileiro merece atenção em razão das diferentes formas que vem se materializando no campo. Isto porque ao mesmo

tempo em que se tem uma dinâmica em que o agricultor se utiliza de seu ambiente natural para promover o turismo, concomitantemente surgem práticas que não contêm nenhum vínculo com a vivência agrícola.

Isto é, tratam-se de atividades que ocorrem em meio ao espaço rural, aproveitando-se apenas do recurso paisagístico. Esta vivência geralmente é observada em hotéis-fazendas e pesque-pagues, locais onde comumente se observam atividades que não têm quaisquer vínculos com questões culturais rurais, com a vivência com o trabalhador do campo. “Nessas propriedades turísticas, que não são as propriedades agrícolas, o cavalo só existe para levar pessoas a rápidos passeios, a vaca não dá leite e o fogão à lenha só funciona como decoração, quando muito para manter aquecida a comida que é feita na cozinha interna no fogão à gás” (SANTOS, 2009, p.44).

Tendo-se tornado uma prática corrente, para dar conta dessa dinâmica de mercado, o meio científico, em uma tentativa de abarcar a multiplicidade de elementos que envolvem esta prática, cria a tipologia “turismo no espaço rural”, sendo este um conceito mais abrangente. Por outro lado, surge como tipologia para designar as atividades que têm envolvimento com as práticas agrícolas o “agroturismo”. Por agroturismo compreendem-se as atividades que ocorrem no meio rural e permitem ao turista vivenciar o trabalho do agricultor. Tirar leite, colher frutas e verduras e até mesmo auxiliar no plantio ou na confecção de produtos locais estão dentre as ações executadas nessa modalidade de turismo.

Contudo, entre o turismo no espaço rural e o agroturismo há ainda uma modalidade intermediária: o “turismo rural” que contempla as atividades realizadas no espaço rural, mas que não necessariamente exigem a vivência da prática agrícola. Trata-se de um tipo de turismo em que o turista tem a vivência da cultura rural, entra em contato direto com o agricultor, ou seja, um turismo de essência familiar. Nesse enquadramento, salienta-se a presença da mão de obra familiar e a presença de uma arquitetura de características rurais, geralmente alocadas na própria residência dos “empreendedores”. Outra característica relevante é que neste tipo de turismo o agricultor não abandona sua atividade principal, pois a atividade “não agrícola” é agregada aos serviços agrícolas (RODRIGUES, 2003).

Por turismo rural, portanto, compreende-se o “conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, sem data, p, 49). Este tipo de turismo tem sido observado em diversas comunidades

rurais no Brasil. Sobretudo na região Sul, onde se tem grandes concentrações de agricultores familiares e destinos rurais com uma certa proximidade de centros urbanos, verifica-se a criação e difusão da prática do turismo rural, tendo-se experiências relevantes que apontam possibilidades de sobrevivência e até mesmo de “regeneração rural”.

A ideia de “regeneração rural” está associada à definição do novo papel do rural frente à sociedade. Uma vez resolvido o problema de abastecimento alimentar, função outrora atribuída primordialmente aos espaços rurais, o campo é definido a partir de novas funções que buscam atingir o equilíbrio territorial e social, reduzir/eliminar as externalidades negativas e inserir o mundo rural de forma integrada e igualitária na economia, promovendo novas estratégias de desenvolvimento rural (CAVACO, 1999).

Embora o debate acerca do desenvolvimento rural seja um campo com múltiplas abordagens, considera-se que a ideia de desenvolvimento, neste caso, “envolve a descoberta, mobilização e valorização dos recursos locais” e sendo assim, o turismo é apresentado como uma das “atividades capazes de organizar e desenvolver estas potencialidades” se adaptando e passando a ser “um vetor do desenvolvimento rural” por meio da diversificação e desenvolvimento “da economia de regiões em que as atividades tradicionais como, por exemplo, a agricultura, encontra-se em decadência, os salários são muito baixos e a população está diminuindo rapidamente” (SOUZA, ELESBÃO, SCHAIDHAUER, 2011, p.219).

O turismo, enquanto uma das possibilidades de desenvolvimento rural, deve ser analisado com atenção. Dentre as diversas experiências nacionais apresentadas nas pesquisas acadêmicas, infere-se que a implementação da prática turística tem se revelado como uma possibilidade de melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas, possibilitando diversos benefícios financeiros, culturais e até mesmo o aumento dos índices de bem-estar (MORAES, SOUZA, 2007). Contudo, cada experiência é única, cada lugar age e reage de forma singular ao processo de inserção do turismo como atividade pluriativa.

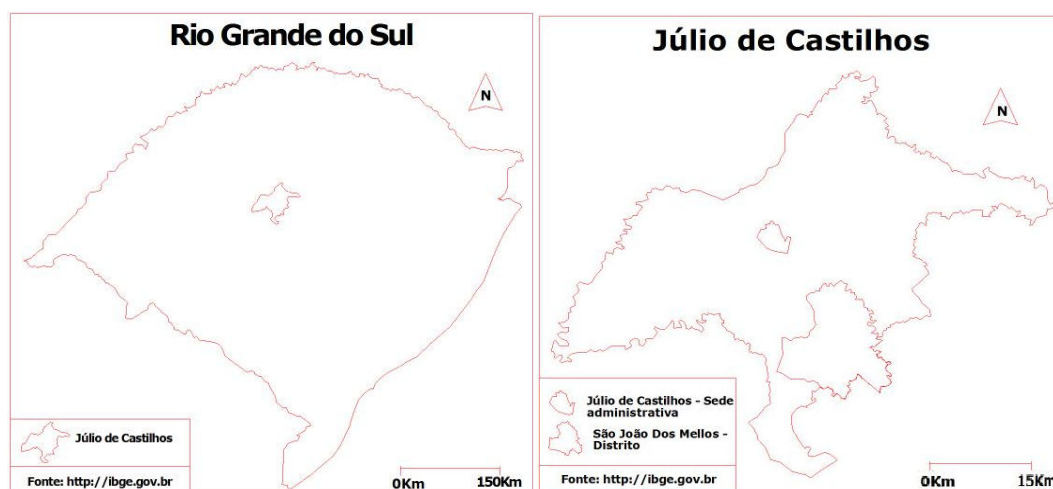
É preciso, lembrar que, além dos impactos financeiros e culturais advindos da prática turística, a atividade também é um importante fator de reorganização espacial. O turismo se dá pelo consumo dos espaços, e mais do que isso, o turismo configura espaços (RODRIGUES, 1999). A refuncionalização dos espaços rurais a partir do movimento turístico revela novas relações das populações rurais com o seu meio, desdobrando-se em novas territorialidades rurais.

Assim, ressalta-se que a singularidade da experiência de turismo rural é proveniente não apenas das características sociais das comunidades envolvidas, mas também das dimensões espaciais e temporais que circunscrevem a prática. Este conjunto, que revela como os agricultores e suas famílias reagem às mudanças técnicas e de produção de forma a buscar uma maior interação com o mercado e demais atores sociais, pode apresentar caminhos para compreender em que medida estas dimensões permitem o desenvolvimento e o processo de mudança social das populações rurais.

É neste sentido, que a presente dissertação parte do estudo de uma comunidade rural que recentemente sofreu profundas transformações sociais e espaciais decorrentes da prática turística. O objeto de estudo trata-se da comunidade rural de São João dos Mellos no Rio Grande do Sul. A trajetória desta comunidade se revela como um importante objeto de análise na medida em que permitiu compreender como as diferentes forças sociais, em diferentes escalas, se materializaram agindo e reagindo neste espaço rural.

A escolha do objeto, contudo, não foi aleatória. Esta comunidade rural, ao longo dos últimos anos, vem ganhando um espaço significativo no movimento turístico de sua região. São João dos Mellos é Distrito de Júlio de Castilhos. Localizada na meso região Centro – Ocidental do Rio Grande do Sul, está situada a aproximadamente 30 km de Júlio de Castilhos e 70 km de Santa Maria. Sua principal característica econômica está na produção agrícola, dividindo-se entre o plantio de fumo e de soja.

Ilustração 1- Estado do Rio Grande do Sul e localização de Júlio de Castilhos/ Distrito de São João dos Mellos



Fonte: <http://ibge.gov.br>

Com grande proximidade geográfica com a região turística da Quarta colônia, além da produção agrícola, a comunidade tem desenvolvido a prática do turismo rural. Embora o entorno regional seja repleto de iniciativas do mesmo gênero, São João dos Mellos se destaca em relação aos demais destinos de turismo rural adjacentes, por se tratar de uma lógica bastante diferenciada, em que partiu da própria comunidade a ideia de desenvolver a atividade e de transformar seu território.

Alocada nas linhas do turismo de base comunitária, a história da comunidade de São João dos Mellos merece atenção por se tratar de uma iniciativa totalmente endógena, em que os próprios agricultores foram capazes de transformar o seu espaço, criar novas territorialidades e se inserir e se afirmar regionalmente. Neste processo, as linhas que direcionaram à refuncionalização do espaço rural de São João dos Mellos merecem atenção. Como reflexo do modo de produção capitalista, esta comunidade estava a enfrentar os efeitos dos desequilíbrios espaciais, do abandono dos recursos locais, da desertificação humana e da ausência de perspectivas de desenvolvimento, quando resolve se unir e ser agente de suas próprias mudanças.

Assim como muitas comunidade rurais, dentre as principais características da população residente destaca-se a faixa-etária. A maior parte está aposentada. Atualmente residem no distrito majoritariamente agricultores com mais de 60 anos. Os mais jovens deixaram a comunidade em busca de melhores condições de trabalho e estudo nos grandes centros do entorno. Neste contexto, a comunidade estava a presenciar um processo de esvaziamento populacional quando resolve, por iniciativa própria, desenvolver o turismo rural, porque a comunidade apresenta um diferencial em relação às comunidades de seu entorno: a presença de um atrativo histórico-cultural que convida visitantes não apenas das localidades vizinhas, mas também de grandes centros como Santa Maria e seu entorno e até mesmo visitantes vindos de outros estados e países. Este atrativo é o “Jardim das Esculturas”.

Aberto à visitação do público desde 2008, o jardim que conta atualmente com aproximadamente 290 obras, está localizado na residência do escultor Rogério Bertoldo, morador que tem sua trajetória histórico-familiar tradicional nesta comunidade. O escultor é autodidata. A temática de suas obras é voltada à prática da yoga e à natureza. O trabalho do escultor é realizado em pedras e em madeira e o conjunto de sua obra compõe uma exposição permanente dividida entre seu jardim e o interior de sua residência.

O patrimônio artístico aliado às belezas cênicas do entorno (caracterizada pela paisagem rural), atraem diversos públicos à comunidade, dentre os quais se destacam os praticantes de yoga, trilheiros, apreciadores da arte, bem como outros visitantes que têm como principal motivação a busca por destinos alternativos, atrativos naturais, artísticos e culturais. A crescente procura de visitantes ao local fez com que o escultor e sua família iniciassem um processo de profissionalização no que diz respeito à recepção dos visitantes.

Percebendo o potencial turístico do atrativo, o próprio escultor - que tem fortes vínculos com a comunidade de São João dos Mellos, convocou no ano de 2010 uma reunião com os moradores para propor uma parceria entre todas as famílias da comunidade a fim de que todos os moradores pudessem se beneficiar do fluxo de visitantes que vinha se consolidando neste território. Segundo os moradores da comunidade, o escultor propôs a parceria “comunidade - jardim” sob a possibilidade de “manter viva” a comunidade.

Em outras palavras, a principal preocupação dos moradores e do escultor estava no processo de “desaparecimento” da comunidade pautada pelo êxodo de jovens e pelo envelhecimento da população. A estratégia para manter a comunidade “viva” seria dada pela possibilidade de fortalecê-la não apenas economicamente em relação à região, mas, sobretudo tornar o lugar reconhecido, reafirmando o saber-fazer, símbolos e identidades deste território. É sob este ideal que algumas famílias aderiram à iniciativa do escultor e se organizaram de forma associativa na figura da Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos (APTSJM).

A associação oficialmente registrada em 2010 sempre foi gerida por pessoas da comunidade, sendo a maior parte mulheres. O papel da associação está na viabilização da articulação entre a comunidade, o poder público, as empresas e os visitantes, a fim de promover o turismo na localidade. As principais ações nesse sentido foram a busca por apoio na Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, parceria com agências de turismo de Santa Maria, contatos com a EMATER-RS/ASCAR, dentre outras ações que buscavam aprimorar o desenvolvimento turístico local.

É importante destacar como os integrantes da associação não tinham conhecimentos técnicos em relação à gestão do turismo, uma das iniciativas foi buscar capacitação, utilizando para tanto a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), um órgão paraestatal que tem como objetivo desenvolver ações de formação profissional rural e atividades de promoção social, contribuindo para a profissionalização de pessoas do meio rural, sua integração social e melhoria da qualidade de vida.

Dentre os principais cursos de capacitação realizados pelos associados estavam gestão de turismo, higiene e segurança alimentar, gastronomia, gestão de trilhas, jardinagem, dentre outros. Dessa maneira, enquanto os cursos foram ministrados os conhecimentos adquiridos foram diretamente aplicados. As ações que se seguiram foram voltadas à constituição de um produto turístico em que cada um dos associados atuantes é responsável por uma ou mais atividades que compõem os serviços destinados ao turismo.

As famílias associadas se dividem ofertando hospedagem alternativa (baseada em acomodações dentro das próprias residências dos moradores), alimentação típica (ofertada tanto por um restaurante familiar, quanto nas próprias residências credenciadas para participar dos pontos de paradas das trilhas que ali ocorrem), bem como a produção de artesanato local e produtos alimentícios coloniais como geleias, pães e destilados para venda em um ponto de oferta de *souvenirs*.

O desenvolvimento do turismo, realizado de forma endógena, ou seja, a partir de iniciativas da própria comunidade, ocasionou mudanças significativas neste território tais como mudanças paisagísticas, formação de uma rede de cooperação, novos contatos sociais e possibilidades embora ainda remotas, segundo visão de parte da população, de geração de renda para gerações futuras. Contudo, neste processo algumas articulações estão presentes e buscando melhor compreender essa realidade, a problemática da presente pesquisa recai sobre as seguintes questões:

Como se deram as relações sociais e espaciais estabelecidas pelos atores que se interligam direta e indiretamente à organização e à prática do turismo rural? Como estas ações incidem e se instalam no território e na região?

Tendo como base estas questões norteadoras, os objetivos da presente pesquisa foram: analisar as articulações entre os atores do território, observando as relações de aliança ou conflito; investigar as mudanças observadas neste território desde a inserção do turismo de base comunitária até os dias atuais; compreender como estas articulações sociais e transformações territoriais se refletem nas condições econômicas e sociais da comunidade; e, como as ações entre diferentes atores inserem-se no contexto regional.

Dessa maneira, os resultados aqui expostos apresentam-se divididos em um conjunto de capítulos organizados da seguinte forma: no capítulo dois realizou-se uma revisão teórica sobre as categorias centrais que embasam as análises desta pesquisa. Iniciou-se as discussões

com o conceito de espaço, na medida em que se compreende que o mesmo não é apenas uma instância social, mas sim uma “fração” social.

A atividade turística se dá essencialmente por meio da “produção do espaço” e esta concepção se torna essencial para compreender a complexidade de elementos que se articulam no objeto de estudo. Tomou-se como principal autor, para discutir a produção espacial de São João dos Mellos, Milton Santos (1978, p.171), pois para ele: “O espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade”.

Tendo o espaço como eixo-condutor e sabendo que o mesmo é ação e reação das ações sociais, não se poderia deixar de contemplar o conceito de território nas análises de São João dos Mellos, porque este conceito está intimamente ligado com as relações de poder exercidas sobre/no território. Mas cabe destacar que estas relações entre os diferentes atores que compõem a prática turística em São João dos Mellos foram analisadas sob a perspectiva regional.

Entende-se que muitas das alianças realizadas entre os mesmos caracterizam a formação de um poder regional. Para tanto, utilizou-se como referência a produção de Sergio Boisier (1994), que compreende que as regiões são frutos de uma construção social e política e que construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização. Por fim, buscou-se compreender como a formação de uma cooperativa regional, buscando a afirmação da identidade local e garantindo um desenvolvimento com maior justiça social e econômica pode ser analisada por meio das teorias do desenvolvimento. Utilizou-se para tanto, um debate com múltiplos autores.

No capítulo três, apresentam-se as bases metodológicas desta pesquisa. Fundada nas linhas do materialismo histórico dialético, a presente dissertação aborda as categorias contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia para compreender o movimento proposto na unidade de observação. Neste mesmo capítulo, se apresenta a forma de coleta e de análise dos dados utilizados nesta dissertação.

Compondo os resultados deste trabalho, apresenta-se no capítulo quatro uma análise que procura recompor a trajetória da comunidade e as principais transformações observadas neste processo. Observando a produção territorial e as principais transformações espaciais

decorrentes dessa história, buscou-se analisar como se deram as relações entre os atores que possibilitaram o movimento do turismo na comunidade.

Aprofundando-se nestas relações sociais que engendraram o território de São João dos Mellos, apresentam-se no capítulo cinco detalhes sobre os atores envolvidos neste processo e as análises das entrevistas concedidas pelos mesmos. Realizando um cruzamento das informações obtidas junto aos atores, em conjunto com outras documentações, as análises desta pesquisa nos revelam um movimento que permite compreender lógicas horizontais de fortalecimento da comunidade rural.

2. AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

Neste capítulo são abordados os conceitos desta dissertação. Como as análises de São dos Mellos recaem sobre as transformações espaciais e territoriais, assim como pela inserção e afirmação regional desta comunidade, parte-se da construção teórica acerca destes três conceitos norteadores: espaço, território e região. Aprofundando-se nesta lógica, o presente capítulo também apresenta o debate acerca da questão do desenvolvimento, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural, a fim de contextualizar as linhas que direcionaram o estudo do desenvolvimento turístico de São João dos Mellos. Sendo a pluriatividade e o fenômeno turístico reflexos das transformações no meio rural, este capítulo também aborda estas questões e como elas auxiliam nas análises sobre a realidade estudada, aprofundando-se na temática do turismo rural comunitário.

2.1 O conceito de espaço, de território e de região

Os conceitos de espaço, de território e região são centrais na análise da presente dissertação, porque objetivou-se analisar as transformações que ocorreram na comunidade de São João dos Mellos, e a base para analisar estas mudanças está alocada justamente nas teorias que buscam compreender a convergência das condições materiais da vida e dos comportamentos coletivos no espaço, no território e também na região.

Quando se analisam as dinâmicas observadas no meio rural, assim como a própria prática do turismo, tais conceitos se tornam essenciais para a compreensão dos fenômenos que se propõe investigar. Trata-se de um estudo que prioriza a relação do homem com seu meio e, sendo assim, as teorias geográficas trazem importante contributo para o aprofundamento do estudo sobre o *locus* de reprodução das relações sociais e de produção. Parte-se, portanto, da ideia de que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, onde ela produz e se reproduz (SANTOS, 1996). Cabe lembrar, contudo, que a produção e reprodução do espaço é contínua, fruto de um processo histórico em constante transformação.

Assim, ao observar a dinâmica capitalista, as transformações tecnológicas que afetaram diretamente as lógicas do universo rural e a nova divisão territorial do trabalho, o conceito de espaço se torna essencial para explicar o movimento que permitiu a São João dos Mellos assumir a sua atual forma e conteúdo, como se apresentar nos próximos capítulos. Mas, o conceito de espaço assim compreendido, “visto em sua própria existência, como uma

forma-conteúdo” e dotado de uma constante dinamicidade pautada nas transformações dadas pelo tempo (SANTOS, 1996, p.21), é fruto de um longo processo histórico de evolução do pensamento científico.

Ao se realizar uma pesquisa histórica sobre o conceito de espaço, verifica-se que o primeiro nome a ser exaltado na história do pensamento geográfico é Immanuel Kant. Segundo os estudos de Tanaka (2010), Kant é considerado um dos primeiros profissionais acadêmicos no ramo da geografia, e são nas teorias elaboradas por ele que se encontra a linhagem da ideia de que o fundamento da geografia é o espaço, pois segundo suas teorias, o homem e o meio são indissociáveis. Segundo Tanaka (2010, p. 67).

Para Kant, espaço é condição para as experiências dos objetos e uma representação necessária a toda experiência externa, por meio da intuição (do contato imediato com o objeto) e da representação (advinda da singularidade do objeto). Nada pode ser representado sem o espaço. [...] Assim, conhecer o homem só é possível se conhecermos o seu meio.

Observa-se que no conceito de espaço kantiano, tem-se a primeira noção que apresenta a complexa relação entre o tempo, o espaço e o homem. E foi esta tríade, analisada por Kant, que fundamentou as interfaces da Geografia com a História. Embora Kant tenha diferenciado o campo de atuação das duas áreas do conhecimento, afirmando que a História seria a descrição segundo o tempo e a Geografia a descrição segundo o espaço, suas análises em que demonstra que o espaço e o tempo são formas sem as quais não se consegue perceber o mundo foram as bases utilizadas pelos historiadores para compreender a história como “o estudo do homem no tempo e no espaço”.

Sobre esta concepção da teoria da História relacionada à Geografia, cabe destacar a relevância de Paul Vidal de La Blache, geógrafo que atuava interdisciplinarmente com a História no início do século XX. La Blache embasava suas teorias em contraponto com as teorias deterministas² que vinham se desdobrando ao longo do século XIX. Com a noção mais próxima da ideia de Kant sobre espaço – relacionando homem e meio - La Blache trabalha com a ideia de um “possibilismo geográfico”.

Isto significa que, ainda que colocando o meio geográfico no centro da análise da vida humana, Vidal de La Blache buscava enfatizar as diversas possibilidades de respostas que podiam ser colocadas pelos seres humanos diante dos desafios do meio (BARROS, 2006, p.467).

²As referidas teorias deterministas são compostas pelas ideias de Humboldt, Ritter e Ratzel, para os quais o espaço, simplificada, consistia em se estudar e analisar respectivamente a forma, as funções e a estrutura.

São justamente estes conceitos de La Blache que influenciaram Fernand Braudel, a segunda geração dos *Annales*³. A fase braudéliana é marcada por novas tendências no campo da História e Geografia. Dentre eles, temos o modelo de história total, apresentado em sua obra *O Mediterrâneo*, bem como influências de aspectos socioeconômicos e a história serial, vistos na obra *Civilization matérielle et capitalisme*(BURKE, 1997).

Assim, surgem tendências como a história quantitativa, que se tornou uma preocupação dos historiadores, que pretendiam em suas pesquisas quantificar “os padrões de comportamento e sua lenta variação no tempo”. Os eixos de estudos de história econômico-social e história serial foram, portanto, inaugurados na “Era-Braudel”. Para ele, a história serial “não atentava apenas a preços, produção e consumo, mas também a demografia, estratificações sociais, etc” (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

É neste meio científico, cercado pelos estudos interdisciplinares, pela valorização acadêmica das investigações sobre a relação homem/espaço/tempo e dos avanços nos estudos econômicos que se configura o âmbito de produção das pesquisas em ciência espacial. A década de 1950 é marcada não apenas pelas tendências *braudelianas* acerca das investigações sobre “o espaço e a economia” na produção em História. Geógrafos e economistas ocuparam-se, neste mesmo período, dos estudos sobre a economia espacial.

Segundo os estudos de Benko (1999), como principais contribuições da economia espacial estavam os trabalhos que integravam a noção de distância na economia, assim como aqueles estudos que observavam a localização das atividades agrícolas e o papel do mercado na influência dos problemas espaciais e da economia de troca e, por fim, as contribuições sobre localização industrial, economia de aglomeração e áreas de consumo.

As investigações no campo da economia espacial se direcionaram, portanto, para as reflexões sobre a nova conjuntura espacial que estava a se constituir, caracterizada pela aglomeração. O novo contexto espacial passou a ser tratado como problema e em conjunto, afirmaram-se as reflexões sobre o crescimento urbano e seus desdobramentos, tais como os reflexos dessas condições no mundo rural. A nova ordem no campo dos estudos espaciais se

³Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre fundam a *Revue Annales d'histoire économique et sociale*, inaugurando uma fase nova no campo da historiografia. Seu principal alvo de combate era a história dos acontecimentos políticos e militares que predominava na época. Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela interdisciplinaridade com as demais ciências humanas, o que servia de base para a formulação de novos métodos e abordagens da pesquisa histórica.

revelou assim, como fruto do crescimento do capitalismo e as transformações espaciais decorrentes desse processo.

Ao longo da década de 1960, devido às crises do capitalismo e à intensificação das contradições sociais e espaciais, o meio científico passou a desenvolver análises sobre o espaço no âmbito da teoria marxista. A produção de Henri Lefévre e, posteriormente, de Milton Santos fazem parte desse movimento científico crítico em que o espaço é entendido como social, vivido, fruto de interações sociais e articulado com a vida cotidiana e também condicionado e condicionante das conjunturas capitalistas e seus efeitos. Isso se aplicou tanto aos estudos sobre espaço urbano, quanto sobre o espaço rural, assim como pela relação urbano-rural.

No que tange aos estudos sobre o “espaço rural”, se em um primeiro momento o rural era analisado como oposição ao urbano, seguindo as linhas das primeiras teorias acerca da economia espacial, com os avanços da dinâmica capitalista e a remodelação teórica acerca do conceito de espaço, o “espaço rural” passa a ser analisado sob uma nova perspectiva, definindo uma representação mais dinâmica do rural e menos determinista em relação a centralidade dos fenômenos urbanos. Ou seja, o espaço rural, em estudos mais recentes, passou a ser analisado em sua própria lógica, respeitando-se sua relação com o urbano, mas também considerando sua autonomia, sua força de reação, sua dinamicidade a partir de suas próprias ações (CARMO, 2009).

Tem-se, assim, uma nova ordem para as análises do espaço rural, orientadas por um conceito em que o espaço não é absoluto, nem tampouco um mero produto da sociedade ou instrumento político. O espaço engloba tudo isso, mas ultrapassa essas questões. O espaço é visto como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente, transformando-se com o decorrer do tempo (LEFÉVRE, 1991). Partindo dessa mesma lógica, Milton Santos, inspirado pelas teorias lefebvreanas afirma que para estudar o espaço, é necessário compreender sua complexidade, sua história, suas interações que estão circunscritas aos desdobramentos decorrentes da realidade social marcada por contradições (SANTOS, 1988).

Tomando como eixo condutor a ideia de que o espaço é resultado de uma práxis coletiva e seus movimentos no decorrer do tempo, a presente dissertação partiu do pressuposto de que o espaço de São João dos Mellos deve ser analisado em sua totalidade, observando-se toda a intrincada rede de relações e reações que permitiram a constituição dos

atuais usos desse espaço rural. Assim, ao observar o objeto em questão, compreende-se que a constituição da comunidade rural estudada é fruto da própria dinâmica das relações produtivas observadas nas mudanças geográficas de circulação do capital assim como pela sua capacidade de agir em relação a esse processo.

Segundo Lefebvre (1991, p.74), “a relação cidade-campo se transforma” e, nesse processo, a cidade acaba absorvendo o campo. Se em um primeiro momento, como se observa nos capítulos seguintes, o espaço rural de São João dos Mellos serviu aos interesses do tecido urbano no qual se inseria, com as inovações propostas pela nova ordem global, o espaço rural anteriormente dedicado essencialmente às funções agrícolas passa a ter outros usos, outras relações com a cidade. A realidade social marcada por contradições e pautadas numa “perversidade sistêmica” em que o desemprego se torna crônico e aumenta-se a pobreza (SANTOS, 2012a), tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, gerou uma dissolução das fronteiras entre o rural e o urbano.

O espaço rural, de forma geral, passou a ter novas funcionalidades, relacionando-se de outras formas com a cidade. Como poderá ser observado, em São João dos Mellos há essa transformação. A busca por empregos no meio urbano, assim como a própria inserção da prática turística revelam como este espaço foi construído e “seletivamente utilizado pelos diversos tipos de modalidades do capital” (SANTOS, 2012b, p.32).

Nesse sentido, cabe ressaltar que as análises espaciais de São João dos Mellos também são enquadradas nesta pesquisa em razão do estudo do fenômeno turístico. Segundo Moesch (2000, p.22) “o turismo é um fenômeno dos deslocamentos e estes deslocamento se dão no espaço”, logo não seria possível estudar a inserção e difusão da atividade na comunidade sem antes compreender seu elemento primordial. O turismo dá ao espaço sua função de mercadoria (RODRIGUES, 1999). O espaço de São João dos Mellos se tornou um produto de mercado, mas essa condição merece atenção por se tratar de uma construção orientada por diferentes atores que mantêm relações intrínsecas com este espaço.

Em razão disso, a presente pesquisa vai além do conceito de espaço. Tendo como objeto de atenção os atores e suas relações com as transformações do seu meio, o conceito de território se torna primordial para compreender como o espaço de São João dos Mellos foi transformado, apropriado, usado pelos seus atores. Assim, considera-se que os conceitos de espaço e território são indissociáveis. Tal qual o conceito de espaço, o conceito de território também apresenta múltiplas acepções no universo científico.

A definição do termo território teve suas origens nas correntes deterministas do século XIX, sendo delimitada a uma abordagem vinculada a dimensão política. Para Ratzel, território seria “a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade” (VALVERDE, 2004, p.119). Esta visão, mais ligada à geopolítica, é remodelada no século XX, pois assim como o conceito de espaço ganhou novas acepções, o território também apresentou dinamicidade em seu conceito no processo histórico. Assim como no conceito de espaço, também tem-se o acréscimo da questão “humana” no território.

O território é, segundo as teorias mais recentes, não apenas formado pelos sistemas naturais, mas sim o espaço usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado. Santos (2002, p.7) afirma: “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

É em razão disso que esta dissertação foca na transformação territorial de São João dos Mellos. Considerou-se que o território estudado é condicionante e condicionado por inúmeros aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais ao longo da história. Os diferentes usos do espaço de São João dos Mellos, configurados no decorrer do tempo, é o que implica na eleição pelo conceito de “espaço territorial” (SANTOS, 2002).

Esta abordagem de Santos, que traz o território como espaço usado, como “chão mais a identidade”, tem permeado diversas linhas de produção no campo da Geografia e multiplicado as possibilidades de análise. Tendo como base a ideia de que o território trata de uma extensão apropriada e usada, o seu estudo passa pela compreensão de como o território foi usado, por quem, por que e para quê (SANTOS, SILVEIRA, 2001). É nesse aporte teórico que se desenvolveram as análises desta pesquisa, lembrando que a constituição dos diferentes usos do território são uma expressão não apenas de sua materialidade, mas também dos modos de regulação e organização social.

Dessa forma, compreende-se que o território de São João dos Mellos foi produzido e reproduzido pelo contínuo processo de reconstrução paralela da sociedade e do território, pela formação socioespacial definida e reajustada em diferentes escalas. Assim, tanto os seus usos agrícolas como seus usos não-agrícolas fazem parte de um movimento a ser estudado em múltiplas escalas, da razão global a razão local.

Compreendendo que a comunidade estudada foi capaz de transformar seu espaço e dar novos usos ao mesmo, o conceito de território se torna imprescindível para compreender quem foram os atores envolvidos nesse processo, o que fizeram e qual sua motivação.

Analisando-se as transformações territoriais a partir da compreensão de seus atores, cabe recordar que tais ações são permeadas por relações de poder.

Neste sentido, complementarmente ao conceito de território usado, buscou-se a referência de Raffestin (1993), que analisa o território como produto dos atores sociais que revelam suas intenções por intermédio de um sistema sêmico. Na visão de Raffestin, o território é um produto das relações de poder exercido por esses diferentes atores, dando origem assim, a uma tessitura. A tessitura, por sua vez, determina a escala de poderes no território.

Em uma explicação mais pragmática, poder-se-ia definir a tessitura como os diferentes agentes que compõem o território (como por exemplo, o Estado, sociedade, empresas privadas, etc.) e a ação de suas (inter)relações (o relacionamento do Estado com a sociedade, da sociedade com as empresas, das empresas com o Estado e vice-versa). Dessa relação, dessa imbricação de poderes, temos a territorialidade, que se origina num sistema tridimensional “sociedade-espaco-tempo”.

As análises sobre o objeto de estudo partem da tessitura formada pelos diferentes atores que permitiram a atual constituição do território de São João dos Mellos. Divididos em distintas escalas, vários atores, imbricados de diferentes formas, expressando relações de poder de diferentes ordens, conjuntamente, contribuíram com a construção do atual território turístico. Sendo assim, a presente pesquisa buscou identificar essa tessitura, compreender seu funcionamento e revelar as territorialidades presentes na construção dessa trama. No entanto, cabe lembrar que estas territorialidades, além de conformadas por atores no/do próprio território, são também reflexo de um contexto mais amplo.

Mediante a tal fato, o estudo sobre São João dos Mellos levou em consideração também as mudanças na territorialidade global, que afetou diretamente na organização dos territórios rurais. A partir da década de 1980, com o regime de acumulação flexível e a nova Divisão Internacional do Trabalho, observou-se uma mudança na territorialidade das grandes corporações que se desligaram dos Estados de origem e buscaram novos territórios, com melhores custos de mão de obra e menores impostos, processo também denominado com desterritorialização. A nova ordem global está ligada, portanto, em “redes”. Para Raffestin (1993, p.143),

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço. Lefévre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam”. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Assim, parte-se da lógica que a nova ordem global alterou as territorialidades presentes no universo rural. A modernização do campo, a formação de redes e circuitos de produção implicaram em mudanças estruturais no campo, assim como no comportamento das populações residentes nesse espaço, dinamizando as relações de produção e reprodução nos territórios. Em São João dos Mellos, os reflexos dessa mudança da territorialidade global foi o que levou a uma marginalização substancial desse território rural, levando-o a sofrer com processos complexos de esvaziamento populacional, envelhecimento e desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais. Nessa condição de organização espacial do século XX, assistiu-se a uma marginalização da comunidade estudada.

Por outro lado, na medida em que a comunidade diversificou seus laços sociais, incorporando novas estruturas e novos valores e rotinas a partir da prática do turismo, observou-se uma retomada do território pelos próprios atores envolvidos, em um movimento que de “reterritorialização”, ou seja, a redescoberta da identidade e sua relação com o território, ou em outras palavras “o território com identidade cultural” (FLORES, 2006, p.03). Por meio da organização do turismo rural comunitário, a comunidade estudada foi capaz de transformar o espaço vivido, dar novos usos ao seu território e, mais do que isso: firmar-se em meio a um movimento de transformações territoriais globais.

É nessa linha de concepção do território, como espaço de relações sociais onde há o sentimento de pertença, que se constrói a relação local/global. A participação social na construção territorial, o associativismo e as iniciativas de âmbito cooperativista são, dentre outras, ações que caminham nesta linha entre local/global. Mas cabe destacar que a comunidade, por si só, não tinha condições de fazer frente às verticalidades impostas pela ordem do capital. O poder local, no caso específico da comunidade rural estudada, ganhou força e dimensão a partir do esforço entre os atores para se afirmar regionalmente, interligando-se com demais esferas e escalas com o objetivo de ampliar sua força, sua capacidade de territorialização. Dessa justaposição de ideias, surge outra problemática: qual a diferença entre local e regional? O que é afinal o conceito de região?

O conceito de região torna-se relevante para esta pesquisa na medida em que houve, ao longo da história da comunidade estudada, um grande esforço por parte dos agricultores para se integrarem a sua região turística, ampliarem suas territorialidades, fazendo com que a comunidade alcançasse um patamar de fortalecimento local a partir da aliança com diferentes atores, gerando uma rede de cooperação. Nesse sentido, recobra-se que a “região” é aqui, compreendida como um objeto socialmente construído.

Assim como os conceitos de espaço e território, o conceito de região nessa perspectiva também é resultado de um longo caminho científico. É também no pensamento kantiano, assim no conceito de espaço, que se verificam as primeiras reflexões científicas sobre o conceito de região. Segundo Tanaka (2010, p.63), “a partir do princípio corológico, Kant atribuiu à geografia uma nova essência metodológica de agrupamento de “coisas e acontecimentos”, o que se pode chamar de espaço regional”. É a diferenciação das áreas que vai permear a geografia regional ao longo da história.

Segundo Lencioni (2001, p.200), no pensamento geográfico há dois grandes marcos históricos de interpretação do objeto da geografia: o primeiro advém das teorias de La Blache que considera a geografia como estudo em relação do homem com o seu meio e, nesta linha, a região é existente em si mesma, é, pois, autoevidente e cabe ao pesquisador reconhecê-la. No segundo, de acordo com as teorias de Hettner, a geografia é dada como campo do conhecimento particular, voltado ao estudo da diferenciação das áreas. A região não é autoevidente. Apresenta-se, assim, no final do processo de investigação, a partir dos critérios do pesquisador. Sobre estas duas possibilidades de análise, há de se ponderar, que:

“[...] as formas como hoje estão impressas no território, não podem mais ser atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, estas formas atuais revelam o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado atualmente a este território. E este uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São estes, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais” (ETGES, 2001, p.3).

Segundo as análises sugeridas, no processo histórico em que surge o pensamento geográfico crítico, o natural é negado em prioridade do social e do político. Contudo, esta visão também tem sido superada, uma vez que essa conjunção de fatores, conforme observa Etges (2001), se torna importante para a compreensão do conceito de região. Dessa maneira, ao realizar as análises sobre São João dos Mellos, assevera-se que a “região” que se põe como eixo orientador é definida pelos diferentes usos territoriais. Trata-se de uma região que vai além dos limites administrativos, de uma região mutável, construída e reconstruída continuamente de acordo com as ações e interesses dos atores envolvidos.

Mas aqui cabe uma ressalva. Não se deve confundir o local com o regional. Complementarmente, como citado anteriormente, o conceito de região também perpassa pelo debate entre local e regional. Observam-se nos estudos atuais muitas confusões acerca dos termos, levando alguns teóricos a discorrer sobre a temática.

Como exemplo, citam-se os estudos de Corrêa (1997), para quem o conceito de local está ligado à unicidade, enquanto a região está ligada à particularidade, em contraponto, com o global (universal). As regiões são compostas, portanto, de dimensões locais. E é a região “esta particularidade dinâmica” que “continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço” (CORRÊA, 1997, p.194). Partindo dessa premissa, compreende-se que a região analisada nesta pesquisa é o ponto de conexão (em constante mutação) entre diferentes locais, afirmando-se o poder regional.

Tendo esclarecido os conceitos utilizados como base nesta pesquisa, nos itens seguintes se aprofundam as teorias que nortearam as análises sobre as transformações espaciais, territoriais e regionais que ocorreram em São João dos Mellos. A compreensão dos contextos que permitiram à comunidade chegar a atual conjuntura passa, primeiramente, pela questão do desenvolvimento agrícola e rural no Brasil. Isso porque foram as formulações políticas em torno dos discursos de desenvolvimento que permitiram a instrumentalização de determinadas ações no meio rural, dentre as quais destaca-se a própria a construção da prática de turismo rural.

Embora não seja objetivo da presente pesquisa analisar se o turismo rural em São João dos Mellos pode ou não ser compreendido como uma alternativa de desenvolvimento, o estudo desta temática tangenciou as análises desse trabalho em razão desse debate relacionar-se aos atores, instituições, organizações, assim como com os contextos sociais, econômicos e políticos que circunscreveram a trajetória da comunidade estudada. Ou seja, para compreender a realidade de São João dos Mellos, parte-se primeiramente das lógicas que envolveram as transformações no espaço rural brasileiro.

2.2 Noções preliminares: a questão do desenvolvimento

Antes de adentrar ao debate acerca do desenvolvimento agrícola e rural e seus reflexos na organização do espaço rural no Brasil, buscou-se esclarecer o que se compreende como “desenvolvimento”, uma vez que se trata de uma temática extremamente ampla e difusa no meio científico. Habitualmente, ao se realizar uma revisão teórica sobre determinado o conceito, o primeiro procedimento que se convencionou é a pesquisa etimológica.

O estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica é, antes de mais nada, uma estratégia que nos permite reportar não apenas ao sentido, mas também ao período de seu emprego. No Brasil, a ocorrência do vocábulo “desenvolver” e suas variações datam de 1844, e é apresentado como sinônimo de crescimento e progresso (CUNHA, 1999).

As suas raízes estão relacionadas ao emprego do vocábulo por influências estrangeiras, quer seja na literatura ou na presença de ingleses, alemães, italianos e portugueses em solo brasileiro.

O sentido do vocábulo “desenvolvimento” tem suas raízes em acontecimentos globais. De fato, no século XIX o desenvolvimento era sinônimo de progresso, e o progresso, por sua vez, sinônimo de modernização. Este é o período recém-egresso da Revolução Industrial. O maquinário, os avanços nos transportes e as invenções estavam mudando a conjuntura das sociedades, sobretudo europeias. Pode-se dizer, portanto, que o “desenvolvimento” no século XIX estava ligado à evolução do capital. A lógica do “desenvolvimento” neste período estava associada ao crescimento econômico e pautada pela evolução dos mercados. E foi justamente essa noção de desenvolvimento que permeou as agendas científicas e políticas do século XX, como observar-se-á mais adiante.

Um dos principais autores que se dedicaram ao estudo dessa lógica de desenvolvimento do século XIX é o alemão Karl Marx. Suas teorias, ainda hoje utilizadas, muito contribuíram com o repensar do modelo capitalista e sua dinâmica. Mas cabe destacar que as matrizes que levaram a esta conjuntura se encontram na economia política clássica. Alguns dos principais conceitos que Marx utiliza para explicar a dinâmica capitalista encontram-se nas teorias de Adam Smith e de David Ricardo (COLIN, 2008).

Estes e outros economistas clássicos debateram acerca desta questão dentre o fim do século XVIII e início do século XIX. Tratava-se de um momento em que as ideias mercantilistas ainda eram predominantes. Os pensadores que se dedicaram ao estudo do mercantilismo nesse período acreditavam que a riqueza de uma nação dependia principalmente do comércio exterior e de que a riqueza era constituída essencialmente por moedas. A política “correta” seria forçar a exportação formando companhias com privilégios reais, monopólios, assim como a conduta de “adquirir colônias” (SUPRINYAK, 2009).

É nesse tempo-espaço, caracterizado pela expansão colonial das monarquias autocráticas, que Adam Smith produziu a sua obra “A investigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações”, em 1776, em Glasgow que, nesse período, era caracterizada por uma rotina mercantilista típica do século XVIII. Segundo as ideias expostas nessa obra, o crescimento de riqueza de uma nação dependia essencialmente da produtividade do trabalho, que, por sua vez, é uma extensão atingida pela divisão do trabalho.

Sendo assim, o conceito de desenvolvimento, segundo Adam Smith, em fins do século XVIII, está atrelado aos desdobramentos decorrentes da industrialização. Atrelando o processo industrial a ideia de progresso, o autor justificou suas vantagens comparando

inclusive com os avanços obtidos nas riquezas geradas pela agricultura. A divisão do trabalho, mais latente na indústria do que na agricultura justificava os ganhos da primeira em relação à segunda. Nas palavras do autor:

O trabalho de um único homem num estado primitivo da sociedade passa a ser efetuado por diversos homens numa sociedade mais evoluída [...] a impossibilidade de realizar uma completa separação dos diferentes ramos de trabalho usados na agricultura é talvez a causa de o aumento de sua produtividade não ser tão grande como é na indústria (SMITH, 1984, p.8-9).

Por outro lado, a ideia de desenvolvimento segundo Smith também estava relacionada à característica humana pautada nas relações de trocas de produtos, estando o comércio marítimo intimamente interligado a essa característica e também ao desenvolvimento industrial. Dessa maneira, nota-se que o conceito de desenvolvimento, neste caso, também estava atrelado aos ideais de expansão de mercado.

Por exemplo, nas casas isoladas e nas pequenas aldeias todos os agricultores são obrigados a servirem como fornecedores de carne, padeiros e cervejeiros de suas próprias famílias [...] através do curso das águas é possível efetuar um maior comércio de todos os produtos do que através do transporte por terra (SMITH, 1984, p.17-18).

Outro conceito importante a ser destacado na ideia de desenvolvimento de Smith é o da “abundância geral”, que se resume a “grande multiplicação das produções das diferentes atividades humanas originadas pela divisão do trabalho que cria a possibilidade de estender o bem-estar social até as camadas mais baixas do povo”. Em outras palavras, Smith busca explicar que o aumento na produtividade geraria a maior distribuição de riquezas entre demais classes, o que ele compreende como sinônimo de bem-estar social. “Difunde-se assim, em todas as camadas da sociedade, uma abundância geral” (SMITH, 1984, p.11). Argumentando sobre os benefícios do novo modo de produção, afirma:

Se observar o vestuário do mais simples artífice ou operário de uma nação civilizada e desenvolvida, verificar-se-á que o número de pessoas empregues nas indústrias que de algum modo contribuíram, por pouco que fosse, para que ele desfrute desse vestuário excede qualquer cálculo (SMITH, 1984, p.12).

Nota-se que a ideia de bem-estar social já se encontra presente no século XVIII, contudo, ressalta-se que a mesma é justificada, sobretudo, no crescimento econômico e na mudança do processo de produção. Um dos autores que se inspirou nestas teorias de Smith para desenvolver suas ideias é David Ricardo (CORAZZA, 2005). Embora Ricardo discordasse de Smith quanto a alguns elementos de suas teorias, ambos os autores se tornaram relevantes para compreender a teoria do desenvolvimento impressa na economia política do século XVIII.

Dentre as diversas contribuições dos estudos de Ricardo, neste sentido, destaca-se a teoria valor-trabalho. Isto é, se Smith adotou a lógica da divisão do trabalho e o aumento da abundância geral para explicar as causas do crescimento das nações, Ricardo complementou esta ordem teórica por meio de estudos que colocam a “questão da distribuição da riqueza como problema central da economia política, pois ela afetava as perspectivas de desenvolvimento” (CORAZZA, 2005, p.9).

Ricardo desenvolveu sua teoria com base na questão dos preços agrícolas. Para ele, os preços agrícolas não afetavam apenas os interesses dos agricultores, mas sim todas as classes sociais e o próprio futuro do capitalismo. Para ele, o produto da terra se dividia entre três classes, a saber: os proprietários de terra, os donos de capital (que são necessários para seu cultivo) e os trabalhadores, cujo esforço permitia o cultivo. Em razão de fatores como a fertilidade do solo, variação de população e engenhosidade dos instrumentos empregados nessa produção, a distribuição dessa riqueza total gerada pela agricultura, se dava em proporções diferentes em cada uma das classes (CORAZZA, 2005).

No que diz respeito à aplicação da teoria do valor-trabalho às condições de produção agrícola, Ricardo tinha a seguinte explicação: “a taxa de lucro tende a cair à medida que a fronteira agrícola se expande em direção às terras menos férteis” (CORAZZA, 2005, p.10). Para ele, segundo Corazza (2005, p.10), os lucros dependiam da quantidade de trabalho suficiente para dar aos trabalhadores artigos necessários a sua subsistência.

Com o aumento da demanda de alimentos, a sua produção seria realizada em terras menos férteis e taxa de lucro tenderia a cair. Nesse sentido, “quando o acréscimo de produto fosse apenas suficiente para pagar o aumento de salário de subsistência dos trabalhadores, uma vez paga a renda da terra, nada restaria para pagar os lucros do capital”.

Dessa forma, a abordagem proposta por Ricardo mostrava que nessa estrutura econômica só se beneficiava a nobreza proprietária de terra, mediante a renda da terra. Os demais estariam condenados, caso não houvesse mecanismos reguladores. Os trabalhadores estariam condenados à subsistência e os capitalistas perderiam cada vez mais o estímulo para investir e produzir, uma vez que a taxa de lucro tendia a cair com a expansão do cultivo de terras menos férteis (CORAZZA, 2005).

As teorias de Smith e de Ricardo, sobretudo a teoria da divisão do trabalho e a teoria do valor-trabalho, foram aperfeiçoadas e ampliadas por Karl Marx. Segundo os estudos de Miglioni (1982), Marx, ao estudar a realidade do seu entorno, elaborou a teoria do processo de acumulação, explicada da seguinte forma: o capitalista tem, antes do processo de produção,

certo montante de dinheiro que será utilizado para comprar mercadorias que serão transformadas em outras mercadorias.

Após esta transformação, estas são vendidas por um valor maior do que aquele que custou para produzi-las. Essa diferença de valor entre a produção e a venda atribuiu-se a dois fatores: aos bens de produção e a força de trabalho. Contudo ao final do processo, Marx verificou o seguinte: o dinheiro obtido ao final da venda é maior do que o gasto com os bens de produção e com a força de trabalho. A essa diferença denomina-se mais-valia.

Sendo assim, na lógica marxista o lucro do proprietário vem justamente do trabalho não pago efetuado pelos trabalhadores. Esse processo é agravado pela lógica de reprodução do sistema capitalista, pautada em um processo de reprodução ampliada em que o capital reinvestido prioriza a acumulação e o enriquecimento. Dessa maneira, Marx chama atenção para a alienação dos trabalhadores.

Esse contexto se dá porque os indivíduos dentro de uma sociedade desejam enriquecer. Segundo Marx esta é a lógica da economia política, considerada como ciência do enriquecimento. Contudo, este enriquecimento é pautado nas propriedades privadas (acumulação de terras e de propriedades). Mas Marx revela que na prática, o enriquecimento está pautado, sobretudo, no esforço proporcionado pelo trabalho (trabalho que é apropriado pelo capitalista visando a mais-valia como visto anteriormente). Nessa lógica, verifica-se que o enriquecimento se dá pelo “trabalho não pago”.

A sociedade torna-se alienada justamente por verificar todo o processo pela ótica do dinheiro, esquecendo-se assim, de analisar o modo de produção. Isto se torna ainda mais acentuado porque o operário se distanciou do modo de produção total. Com a divisão do trabalho ele fica cada vez mais dependente deste processo e finca sua atenção ao salário apenas. Para Marx este é o movimento real da sociedade, mas nem sempre foi assim.

O autor acredita que essa forma alienada das relações sociais é fruto dos modos de comércio humano e poderá mudar com o passar do tempo. Somos, portanto, frutos da história, e é sob esta constatação que Marx desenvolve sua lógica sobre o materialismo histórico. Acreditando que o operário pode, portanto, modificar a realidade na qual está inserido, tomando consciência da sua própria condição e da alienação pelo sistema do dinheiro, Marx revela as bases para suas teorias acerca da luta de classes.

Nesse sentido, a produção de Marx se torna relevante para o estudo das teorias do desenvolvimento por alertar uma lógica perversa no sistema de crescimento econômico e por apontar a divergência de interesses. Embora a “revolução social” proposta por Marx não tenha frutificado em sua época de produção e, sendo inclusive, este um dos pontos fracos de sua

teoria, segundo alguns críticos de sua obra, cabe destacar que as teorias de Marx ainda são recentes e, em razão disso, ainda são bastante requisitadas por pensadores na contemporaneidade, influenciando, inclusive, pesquisadores que atualmente se dedicam aos estudos sobre desenvolvimento rural, como será explicitado no próximo item.

Contudo, retornando às teorias originais de Karl Marx, cabe destacar que não apenas no campo teórico esta condição se realiza. Marx ficou reconhecido por tratar de conceitos e de teorias aplicados à prática. A realidade capitalista, desenhada e criticada na teoria marxista, se desdobrou de tal forma que seus efeitos ganharam novas proporções. Na segunda metade do século XIX o crescimento desenfreado da economia assumiu uma perspectiva ainda maior. O liberalismo econômico era presente, assim como a forte industrialização. Contudo, com a entrada do século XX alguns acontecimentos obrigaram os pensadores a rever a temática do desenvolvimento.

Eventos como a I Guerra Mundial e a crise de 1929 levaram a profundas mudanças nos postulados econômicos. Dentre os fatores que levaram a esta conjuntura, cujo reflexo se materializou com grande impacto nos Estados Unidos, podemos destacar: a superprodução agrícola, ou seja, se formou um excedente de produção e não se encontrava compradores; a diminuição de consumo, acarretada pelo alto crescimento das indústrias que, obviamente, não foi acompanhado pelo poder aquisitivo; pela prática de livre mercado, que permitia os mecanismos econômicos se autorregulassem sem critérios; e, por fim, pela quebra da bolsa de Nova York (SIEDENBERG, 2012).

Dada esta conjuntura, muitas pessoas perderam o emprego. As taxas de pobreza aumentaram e para reestabilizar a economia surge o intervencionismo estatal de Keynes, que inaugura uma nova fase da teoria econômica. Um dos pontos mais importantes de sua atuação e que reflete diretamente nas práticas econômicas de diversos países está inserida na questão da moeda. Na visão clássica, a moeda tem ação passiva, enquanto na visão de Keynes, a moeda tem uma ação ativa.

Isso porque com a crise de 1929 a moeda teve um papel essencial na recondução da economia. A inserção da moeda gera uma “poupança”. Nessa proposta keynesiana pressupõe-se o entesouramento. Na teoria clássica acreditava-se justamente no contrário. Keynes, ao afirmar a possibilidade de uma poupança, estimulou que o Estado fizesse um investimento para promover a renda e equilibrar a economia (KEYNES, 1978).

Injetando papel moeda (intensamente), estimulando a poupança e promovendo o pleno emprego por meio de incentivos às novas indústrias majora-se a capacidade da população em adquirir bens (aumento da demanda) e equilibra-se a economia (KEYNES,

1978). Dado este fato, o conceito de desenvolvimento deixa de estar ligado apenas ao mercado, passando esta responsabilidade para o intervencionismo estatal e passa a ligar-se também a ideia de pleno emprego.

Sendo assim, pode-se afirmar que, se o problema do capitalismo para Marx estava na produção excessiva, para Keynes, o problema do capitalismo estava na falta de demanda efetiva. As ideias keynesianas rapidamente se espalham em uma escala global. Isto porque os países que antes eram notadamente favorecidos também se veem em situação complicada tanto econômica quanto socialmente. A fome, a miséria e o desemprego resultante do pós-guerra também fomentaram o ideal do desenvolvimento ligado ao cunho “social” ou *Welfare State* (Estado do bem estar social) de fundamentação keynesiana (SIEDENBERG, 2012).

Esse modelo foi questionado por Joseph Schumpeter. Este economista foi um dos poucos a chamar a atenção para o fato de que a teoria keynesiana estava sendo supervalorizada. Ele afirmava que a teoria geral não era tão geral quanto suposto, mas sim adequada a determinados países que estivessem atravessando um período particular, como o de recessão. É também um dos primeiros autores a propor uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. Embora o autor tenha sido bastante criticado por antever o fim do capitalismo e o triunfo do socialismo, algumas das suas teorias foram bastante relevantes, e pode-se dizer que acertou ao afirmar que o keynesianismo prático é uma planta que não pode ser transplantada para o solo estrangeiro, pois nele morreria e se tornaria venenosa antes de morrer.

Mas cabe observar aqui, que o debate acadêmico ganha novas conotações com o limiar do século XX. A conotação positiva e, por assim dizer, também ideológica de desenvolvimento, passa a trazer, mesmo que de forma insipiente, o crescimento econômico atrelado à questão social. O conceito de desenvolvimento nesta abordagem ganha corpo com o término da Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento de países e de regiões passa a ser mais estudado. A partir da década de 1950, quando o governo Truman (EUA) anuncia um pacote de ajuda técnica a países menos desenvolvidos como África, Ásia, e América Latina, o conceito de desenvolvimento socioeconômico também aparece.

É neste contexto que também se tem a atenção do campo acadêmico ao outro lado do desenvolvimento: o subdesenvolvimento. O espraiamento dessas ideias se multiplicaram em razão do mundo bipolar decorrente da Guerra Fria e, nesta nova ordem mundial, o conceito de subdesenvolvimento é apresentando como sinônimo de “ausência de desenvolvimento”. Nesta linha de raciocínio, os países subdesenvolvidos são aqueles que não foram beneficiados pelo progresso da civilização.

Para que os países subdesenvolvidos pudessem se tornar desenvolvidos era necessário que (ou pelo menos assim receitado) se cumprissem determinadas etapas para atingir o desenvolvimento. Esta modelo etapista é pregado por autores como Rostow (1974). Para ele, o desenvolvimento de uma dada sociedade é composto por cinco etapas, a saber: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e era do consumo de massa.

Rostow escreve a partir de sua realidade na Inglaterra, ou seja, ele acredita que o que ocorreu na Inglaterra, denominada pelo autor como “sociedade tradicional” serve de exemplo para outras sociedades. Tomando esta conjuntura, o autor acredita ainda que o desenvolvimento é caracterizado pela indústria e, neste sentido, chega até mesmo a dar prazos para que outros países passem pelo mesmo processo. Após isso, na terceira etapa, denominada de “arranco”, o autor afirma que o desenvolvimento é considerado existente após a industrialização, que prossegue rumo ao amadurecimento da indústria. Neste ponto, os países teriam indústrias para produzir bens para as próprias indústrias (ROSTOW, 1974).

Esta etapa seria prosseguida pela era do consumo de massa, momento em que um maior número de pessoas passaria a ter acesso a bens de consumo. É interessante destacar que esse modelo etapista de Rostow não considera as diversidades regionais nem tampouco os diferentes ritmos que se pressupõem a este processo. As ideias de Rostow supõem um desenvolvimento linear.

Atingir estas etapas era também uma maneira de expandir o modelo capitalista, pois os desenvolvidos ajudariam os subdesenvolvidos a se desenvolver. É nesse contexto, que surge a relação entre centro e periferia. A América Latina surge como alvo das teorias desenvolvimentistas (ou modelo desenvolvimentista).

Hirschman (1969) é um autor mais contemporâneo e também escreve sobre o desenvolvimento. No entanto, o autor tem uma visão oposta a de Rostow. Na obra “Estratégia do desenvolvimento econômico”, dentre diversas teorias o autor explica que nos países subdesenvolvidos não há tempo de passar por todas as etapas de industrialização. Não há como iniciar com uma pequena indústria que começará a crescer e chegará ao estágio da indústria produzir para a própria indústria.

O autor traz a ideia de “encadeamento para trás”, ou seja, supõe a implementação de grandes indústrias para que a partir dela surjam outras indústrias e, por conseguinte, outras

empresas que a abasteçam. Após isso é que se tem um “encadeamento para frente”, momento em que se retorna ao ritmo natural (BIANCHI, 2007). Esta, contudo, é uma visão empírica. O autor busca uma teoria para explicar o seu entorno e essa é justamente a relevância de seu trabalho. Para Hirschman, para se alcançar o desenvolvimento é necessário que cada país trace suas estratégias. Isso não significa, no entanto, que se deva abortar um planejamento geral, mas sim buscar medidas que contemplem as diversidades regionais e, mais do que isso, permitir a flexibilidade e o (re) planejamento constante.

Nessa mesma linha lógica, outro autor se debruça sobre a questão do desenvolvimento: Milton Santos (2012a). Questionando a visão simplista do desenvolvimentismo e o modelo etapista de desenvolvimento da periferia, o autor afirma que a ideia de modernização não segue os mesmos princípios propostos pelos polos desenvolvidos.

Não existe uma modernização possível, mas sim várias modernizações. Isto porque cada território tem sua especificidade (sua cultura, sua economia, sua história) e, desta forma, qualquer ação em prol de uma modernização impactará de forma diferente dependendo do tempo e do lugar em que se aplica. Por isso, diz-se “modernizações” no plural. O desenvolvimento territorial, lembrando que o território é o chão mais a identidade, ou melhor, mais a sua história, não é linear. É, portanto, um sistema complexo que deve ser analisado caso a caso, como um processo dinâmico, sendo que a cada tempo ter-se-á uma nova situação de desenvolvimento.

Sabendo-se disso, cabe destacar que todo esse quadro evolutivo e flexível quanto as teorias do conceito de desenvolvimento explicam as diferentes condutas tomadas por poder público, intelectuais e instituições quando se trata do tema do desenvolvimento agrícola e também do desenvolvimento rural. Para melhor compreender essa interconexão, nos próximos itens busca-se aproximar a discussão mais geral sobre o desenvolvimento revelando em que medida os estudiosos passam a incorporar o rural nesse debate.

2.3 O desenvolvimento aplicado ao espaço rural: do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural

A pluralidade da questão do desenvolvimento é ainda mais latente quando se observam os debates aplicados aos territórios rurais. Schneider (2007) afirma que a compreensão do desenvolvimento passa pelos estudos dos processos que permitiram sua elaboração e difusão. Trata-se de uma teoria que foi socialmente construída e politicamente legitimada, e em razão disso, necessita ser desvendada a partir das bases sociais, econômicas, políticas, entre outras que a envolvem. Por essa razão, neste item buscou-se compreender processos e conceitos que abrangem a questão do desenvolvimento aplicados ao meio rural.

Sobretudo no caso brasileiro, a questão do desenvolvimento rural tem sido observada de forma cada vez mais crescente nos debates acadêmicos. Segundo Navarro (2001), seguindo as discussões gerais sobre o tema do desenvolvimento, os debates teóricos sobre o desenvolvimento aplicados ao universo rural se iniciaram entre as décadas de 1950 e 1970, momento em que a expansão capitalista remodelou as atividades agrícolas.

Ainda, segundo o autor, em um primeiro momento, a noção de desenvolvimento rural esteve atrelada à modernização agrícola, sendo que os ideais de melhoria do bem-estar das populações rurais decorreriam dos aumentos de produção e, por consequência, aumento da renda familiar. É sob este ideal que se observa uma transformação no meio rural. Segundo Harvey, após 1973 (quando o mundo passa por uma grande crise energética) o capitalismo passa por uma redefinição, afastando-se do sistema de acumulação rígido e partindo para o modo de acumulação flexível. Esse novo modelo permitiu uma maior flexibilidade no processo de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo.

Dessa maneira, segundo Harvey (2012, p.140) “a acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas”. Essa reorganização acarretou, portanto, em uma aceleração da mobilidade geográfica de fundos, consolidando um único mercado mundial, situação traduzida por Harvey como a “condição pós-moderna”. Este processo também é analisado por Milton Santos (2012a) com ênfase no espaço. Segundo o autor essa condição incide diretamente na organização espacial. Trata-se de um movimento em que o espaço se torna global, uma vez que os acontecimentos são comandados direta e indiretamente por forças mundiais. Santos (1996, p.227) denomina esse movimento como “verticalidades”, ou seja, “os vetores de uma

racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”.

Ainda, segundo o autor, as verticalidades são os pontos no espaço que, separados um dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Estas verticalidades criam interdependências e maior necessidade de cooperação entre os lugares, gera-se nesse processo uma nova geografia de fluxos que se desfaz e refaz, criando e recriando contornos e conteúdos dos espaços a partir das forças dominantes. Essas lógicas exógenas também criam situações de alienação, “influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego”, assim como “os comportamentos políticos e administrativos e o conteúdo da informação” (SANTOS, 2012, p.93). Dessa maneira, trata-se de uma tendência atual uma união vertical dos lugares.

Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas. (SANTOS, 1996, p.288).

Cabe ressaltar, contudo, que essa lógica hegemônica traz efeitos perversos. O aumento do desemprego e da pobreza, o esmagamento das cidades médias pelas cidades grandes, a fome e a propagação de doenças são apenas alguns dos efeitos da perversidade sistêmica presente no processo de globalização. Esta crise, afeta não apenas o meio urbano, mas também o meio rural. A cidade em expansão, centro de acumulação de capital, ataca o campo, o corrói, o dissolve. Segundo Lefévre (1991, p.74), “a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais”.

O desenvolvimento capitalista traz um viés notável em favor da cidade e prejuízo do campo. A ordem hegemônica e os avanços técnicos que com ela se instalam levam a migração da mão de obra e, conseqüentemente, ao “esvaziamento demográfico do campo, criando assim as condições para um desenvolvimento igualmente revolucionário das forças produtivas na agricultura” (SINGER 1976, p.112).

Pedro Ramos ressalta que esta conjuntura ocasiona uma confusão entre desenvolvimento agrícola e agrário e desenvolvimento rural. Verifica-se que a visão de desenvolvimento se limita ao processo de urbanização e de industrialização, enquanto “a agropecuária caberia transferir renda e liberar mão de obra e, ao mesmo tempo, constituir mercado para aquele processo; gerar divisas para a economia industrializar-se/desenvolver-se

ao mesmo tempo em que deveria fornecer alimentos e matérias-primas em quantidade e a preços adequados para tanto” (RAMOS, 2001, p.146).

No caso brasileiro, verifica-se que “o campo modernizado se tornou praticamente mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo que as cidades [...] as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade” (SANTOS, 2012, p.92). As verticalidades se tornam aqui, usuárias do território que, neste caso, é visto como um recurso. “É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações” (SANTOS, 2012, p.88). Pode-se dizer que estas mudanças ocorreram de forma tão imperativa que algumas comunidades rurais de caráter campesino acabaram por desaparecer, sendo esta uma das temáticas que envolvem a atenção de pesquisadores na atualidade.

Esta conjuntura tem uma função repelidora da população rural e abriram caminhos para o êxodo maciço. Contudo, segundo Mendras (1976), a diminuição no número de habitantes do campo tem consequências que ultrapassam a ordem numérica. Trata-se de um processo que transformou a própria estrutura social, ocasionando um desequilíbrio de idades. Os jovens são os primeiros a abandonarem o campo e disso resulta o envelhecimento da população, cuja principal consequência desta situação é uma mudança de mentalidade e do nível de otimismo e espírito de empreendimento da população.

É diante desse cenário que emergiu o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil sob outras perspectivas, ultrapassando-se a versão do desenvolvimento rural identificado como o do setor agrícola e difusão do progresso técnico. O aumento da pobreza no campo decorrente desse processo levou a condutas compensatórias para aquelas populações e regiões rurais que não conseguiram se modernizar tecnologicamente. O Estado, como agente dessa ação de combate aos efeitos do capitalismo no campo, foi por muito tempo estudado como uma dos temas de desenvolvimento rural, situação que perdura ainda hoje em alguns gêneros de pesquisa.

Até a década de 1990, momento em que se teve mudanças acerca da compreensão do desenvolvimento rural, este tema esteve fortemente impregnado de um sentido político e ideológico, e extremamente vinculado ao programas governamentais de caráter compensatório (NAVARRO, 2001). Foi apenas após as transformações políticas, sociais e intelectuais da década de 1990, que as discussões sobre desenvolvimento rural ganharam projeção, escala e legitimidade. Nesse aspecto, alguns temas ganharam relevância nesse

debate. Dentre as inúmeras tendências, destacam-se duas cujo teor é relevante para a presente pesquisa: “a agricultura familiar e seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira” (SCHNEIDER, 2007, p. 11) e os estudos sobre “a capacidade de adaptação e interação dessas categorias sociais no sistema dominante” (SCHNEIDER, 2003, p.113).

Estas duas temáticas, observadas nos debates científicos mais recentes sobre o desenvolvimento rural são essenciais para compreender a realidade de São João dos Mellos em razão das características da população estudada e também do objeto de análise, que perpassa pela compreensão de estratégias de manutenção da vida dessa população no campo. A evidenciação do tema “agricultura familiar” se deu em razão do aprofundamento entre a cisão da agricultura patronal e a agricultura familiar. Endossada pela visão desenvolvimentista de combate às desigualdades no campo e também pelos avanços teóricos nos estudos de desenvolvimento rural, esta categoria social ganhou dimensão em pesquisas que buscavam conhecer o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e suas formas de funcionamento (SCHNEIDER, 2003).

Nesse sentido, são diversas as teorias que permearam esse debate. Em verdade, há diversas teorias sobre o tema e diferentes classificações para esta mesma categoria social. Assim, o agricultor familiar é também denominado de camponês, colono, pequeno agricultor, agricultor familiar moderno, dentre outros, dependendo da perspectiva analítica na qual se enquadra o olhar do pesquisador (DEPONTI, 2007). Na presente pesquisa, optou-se por utilizar a terminologia “agricultor familiar”, seguindo as orientações de uma perspectiva neomarxista proposta por Schneider (1999), que objetiva compreender a persistência das formas familiares na sociedade moderna, focando na própria natureza das mesmas e na sua reprodução.

Sem se prender exclusivamente a abordagem do autor, ao realizar a investigação sobre São João dos Mellos, preocupou-se em compreender como os próprios agricultores e suas famílias se organizaram em sua inserção produtiva, laboral e social mediante as transformações ocorridas naquele espaço. Nessa perspectiva, buscou-se compreender também como essas famílias se inovam constantemente e se tornam pluriativas, atendendo às demandas flexíveis de mercados cada vez mais segmentados e exigentes. Ao estudar a inserção da prática turística em São João dos Mellos e sua organização, observou-se também que esta atividade, inserida na lógica da pluriatividade, se traduz não apenas como uma

capacidade de adaptação da comunidade às novas formas de competitividade em um mundo globalizado, mas também como uma forma de resistência aos efeitos que se instalam nesse território mediante as verticalidades.

De forma geral, em algumas localidades, no caso da tecnificação agrícola e do desaparecimento de comunidades rurais que se materializam mediante a condição das ações homogeneizadoras, tem-se observado uma nova lógica que busca a reafirmação das identidades locais e fortalecimento dos territórios rurais, cuja característica de desenvolvimento é endógena e parte do sentido de territorialidade (FLORES, 2006). A prática do turismo rural, ao menos no território estudado, aponta para esta lógica, como poderá ser observado nos resultados dessa dissertação.

Pode-se enquadrar esta nova lógica, de ordem endógena, sob o conceito de horizontalidade, que designa “tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada” (SANTOS, 1996, p.225). Isto é, além das racionalidades típicas das verticalidades, existem também as contrarracionalidades, ou seja, “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização” (SANTOS, 2012, p.110). Nesse sentido, observou-se que a comunidade estudada realizou diversas ações que se enquadram nas teorias da horizontalidade, na medida em que diferentes atores, de diferentes escalas, alinharam-se de forma a fortalecer as territorialidades presentes em São João dos Mellos.

Ainda segundo Santos, apesar das tendências de união vertical, os lugares também podem se fortalecer horizontalmente “reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1996, p.228). Essa perspectiva, por sua vez, ganha força quando se constrói essa articulação sob o viés regional. Segundo Etges (2001, p. 8):

Não há dúvida que, do ponto de vista político-administrativo, regiões podem ser definidas e mapeadas sem grandes problemas. No entanto, uma região, para que exista de fato, segundo Boisier, tem que ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressão no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transforma-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Embora sejam poucas, sobretudo no âmbito brasileiro, organizações e instituições que articulam diferentes segmentos da sociedade na escala regional, devemos destacar que algumas dessas iniciativas têm sido observadas, sobretudo, no meio rural, sendo São João dos Mellos um exemplo dessa perspectiva. Mediante a relevância do viés regional para as análises dessa pesquisa, no item a seguir apresenta-se um aprofundamento sobre esta temática e sua conexão com o turismo rural, objeto central de análise na comunidade estudada.

2.4 Reflexões sobre o objeto de estudo sob a ótica regional e o turismo rural

Um dos autores que aborda o desenvolvimento sob a ótica regional é Sergio Boisier (1994). Levando em consideração os aspectos do desenvolvimento socioeconômico atrelado às configurações espaciais, assim como as estratégias territoriais, o autor discute sobre o desenvolvimento regional. O conceito de região se torna adequado a esta pesquisa na medida em que os atores que se estudaram estão distribuídos em diferentes territórios (como Santa Maria, Júlio de Castilhos, Nova Palma, dentre outros) formando assim, uma rede de articulação que pode ser compreendida como regional, pois as ações realizadas por estes atores ultrapassam as dimensões do Distrito estudado. Segundo Corrêa (1997, p.188), a região pode ser “definida como um conjunto de relações culturais entre um grupo e lugares particulares”.

Segundo Boisier (1994), a ideia de desenvolvimento regional se associa a uma mudança socioeconômica cuja finalidade é alcançar o progresso da região, da comunidade regional e, por fim, de cada indivíduo da região. Para ele, é necessário um novo ajuste territorial em muitos países, supondo neste processo, uma nova construção social e política das regiões. Sendo assim, tem-se um novo desafio para o progresso regional: a autoconstrução.

Mas há de se destacar que esta construção não é meramente política. Trata-se de algo mais aprofundado: a construção social. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização. Dessa maneira, uma comunidade que é organizada, coesa e consciente de sua identidade é capaz de se transformar em agente de seu próprio desenvolvimento.

Estes objetivos podem ser atingidos, segundo Boisier (1994), por meio de duas práticas: a primeira está atrelada a uma construção de um projeto político regional, capaz de promover a coesão e a mobilização. A segunda vincula-se à construção de um projeto cultural

que possibilite a percepção coletiva de identidade. Tais ações visam, portanto, elevar a comunidade em sua capacidade de tomar decisões para o desenvolvimento. Trata-se de um processo paulatino de descentralização política e territorial que permite tal conjuntura.

Uma das maneiras de se alcançar esta questão está na gestão participativa. O empoderamento das comunidades e a busca pela participação popular são ferramentas que podem aumentar o poder político de grupos sociais e assim, auxiliar na descentralização e na multiplicação dos espaços intermediários entre o Estado e o indivíduo. O desenvolvimento regional, segundo Boisier (1994) depende, portanto, mais das atitudes coletivas e da condução social do que dos recursos. O desenvolvimento, nesta perspectiva, está incrustado na transformação social e coletiva das mentalidades.

Mas cabe destacar que no Brasil são raras as organizações e as instituições que articulam diferentes segmentos da sociedade na escala regional. Segundo Bandeira (1999, p.6), “a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios”. Ainda segundo o autor, em razão disso, os problemas sociais e econômicos tendem a ser percebidos e enfrentados localmente, deixando de serem aproveitadas muitas oportunidades de cooperação entre atores na defesa de interesses comuns à região.

O objeto de estudo segue nesta linha. Os atores envolvidos no processo de articulação para o desenvolvimento do turismo não tinham essa identidade regional e, coube a Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos realizar as articulações em diferentes esferas para se integrar com o entorno no qual se encontrava deslocada não apenas espacialmente (pela dificuldade de acesso ao local, uma vez que as estradas que dão acesso ao lugar ainda não se encontravam asfaltadas), mas também política e economicamente (já que a atividade turística é fomentada no entorno com os festivais musicais e gastronômicos que são planejados pelas instituições públicas e privadas em cidades vizinhas⁴ e não contemplavam o distrito estudado).

É nesta acepção que a iniciativa endógena de São João dos Mellos se torna um importante objeto de estudo para melhor compreender as relações de desenvolvimento local e regional, pois se trata de uma iniciativa “de baixo para cima” em que a cultura local se apropria do espaço, e as ações nele realizadas o caracterizam como um território que se

⁴Como exemplo podemos citar o festival de inverno de Vale Vêneto, a festa regional do Amendoim em Ivorá, Festa do arroz de São João do Polêsine, festivais de verão de Nova Palma, dentre outros.

integra com outros formando uma rede de fluxos, de políticas, trânsito de pessoas e bagagens culturais que podem possibilitar o desenvolvimento. Segundo Flores (2006, p.5):

O conhecimento e o saber-fazer-local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade presente entre os atores locais, forma o que OSTROM (1995) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para o autor, esse capital é que estabelece o potencial de desenvolvimento do território.

Mas se deve ressaltar que o objeto de estudo não se restringe apenas a estas duas dimensões (do local e do regional). O global também se torna relevante para a pesquisa na medida em que a implementação do turismo na comunidade também se caracteriza como uma forma do local (articulado com o regional) competir com o mundo globalizado. O turismo tem tido um papel importante no processo de globalização do mundo moderno.

Para Keller (2005, p.3-4), “o processo irreversível de globalização está mudando nosso mundo. O Turismo tem sido um fator importante na aceleração desse processo”. Isso quer dizer, em outras palavras, que o desenvolvimento da atividade turística é influenciado pela globalização, pois “apesar de uma demanda internacionalizada ao extremo, a oferta é, acima de tudo, influenciada pelas condições estruturais de uma região”, ou seja, o processo de globalização está causando um processo de reestruturação dos destinos turísticos e causando maiores impactos sobre a concorrência.

É nesse contexto que surgem formas alternativas de turismo, em que as características da região ou da localidade na qual se pretende explorar a atividade, bem como os aspectos da cultura local, se fundem para atender a uma lógica econômica moderna. O turismo rural se enquadra nesta perspectiva. A história do turismo rural tem seu início na Europa, mediante todas as transformações no setor agrícola no início do século XX.

Surge como uma atividade capaz de promover sociabilidade e a integração do rural e do urbano contribuindo assim, para aliviar a pobreza no campo sem descaracterizar fatores como a paisagem e a cultura local. Em razão dessas características, a atividade turística rural passou a ser enaltecida em pesquisas e também pelos governos. Políticas públicas de apoio ao turismo rural foram criadas acreditando-se na sua capacidade de revitalização dos territórios rurais.

No caso europeu, tal ocasião levou à criação de um programa de desenvolvimento rural. Em 1991 foi criado o Programa LEADER como uma “ação experimental para promover a participação local através de iniciativas territoriais *bottom-up* e a convergência dos atores

locais através do estabelecimento de redes rurais” (DINIS *et al*, 2011, s.p). O sucesso desse programa possibilitou utilizá-lo como um instrumento de integração no âmbito da política comum de desenvolvimento rural.

Seguindo o exemplo europeu, e apostando na possibilidade de desenvolvimento do turismo rural também como forma de criar postos de trabalho e valorizar o patrimônio natural e histórico, esse segmento do turismo passou a ser trabalhado por países de todas as partes do mundo (Mtur, 2010). No caso brasileiro, a mesma lógica se inicia em meados da década de 1980. Segundo Santos (2009, p.40), no Brasil o turismo rural se instala pioneiramente no sudeste e sul do país, dando destaque para “a cultura de imigração e produção de uvas, vinhos e queijos enquanto atrativos ao consumo turístico”.

Este é modelo que Rodrigues (2003) denomina como turismo rural tradicional de colonização europeia. Caracterizado pelo desenvolvimento de atividades em propriedades cuja origem está relacionada à história da imigração europeia no Brasil, neste modelo, se recebem os turistas nas dependências das casas dos agricultores, compartilham-se a moradia e os produtos vendidos são artesanais. É, assim, um turismo de essência colonial, de pequeno porte e de estrutura essencialmente familiar.

Muitas propriedades no Brasil se organizaram seguindo estes preceitos. A década de 1990 é caracterizada pela expansão de locais que iniciaram a exploração da atividade turística rural. Com esse movimento gradativo, aumentaram também os números de pesquisas acerca dessa atividade, porque as características desse fenômeno se tornam um importante objeto de análise, enquanto uma estratégia de desenvolvimento rural calcada na melhoria do bem-estar social das populações envolvidas.

Nesse sentido, muitos pesquisadores dedicaram-se ao estudo do turismo rural como uma estratégia dos agricultores familiares permanecerem no campo e melhorarem sua qualidade de vida mediante ao desenvolvimento da atividade turística agregada com as práticas agrícolas (SCHNEIDER, FIALHO, 2000). De tal forma, que a agenda de pesquisas nessa área instigou a criação do Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Isso se deu em razão dos dados apontados pelos pesquisadores que revelavam que em fins da década de 1990 havia mais de 4 milhões de pessoas com domicílio rural no Brasil ocupando atividades não agrícolas. Aprofundando os estudos sobre a realidade do Rio Grande

do Sul, Schneider e Fialho (2000) apontam que o crescimento das atividades não agrícolas contribuíram para a manutenção do emprego e da ocupação no espaço rural, sendo um fenômeno importante a ser analisado como uma alternativa às externalidades negativas do processo de modernização da agricultura.

De acordo com os dados apresentados pelos autores, entre as décadas de 1980 e 1990 surgiram diversos ramos de atividades não agrícolas dentre os residentes no espaço rural. Destacam-se, nessa perspectiva, o trabalho na indústria de transformação, o comércio de mercadorias e a prestação de serviços. Assim, assistiu-se a um crescimento de atividades como agroindústrias familiares, serviços prestados na construção civil, serviços domésticos e, também na atividade turística. Passando a integrar a cadeia produtiva de diversas comunidades rurais, essas atividades até então consideradas marginais, passaram a ter importância na geração de renda de famílias rurais.

Segundo Schneider e Fialho (2000), o turismo rural foi apontado como uma atividade indutora do crescimento no meio rural e, nesse sentido, fulgura como objeto de atenção dentre as ocupações não agrícolas nesse meio. O crescimento da atividade turística no meio rural se deu, dentre outros fatores, pelo aumento do tempo livre, devido às facilidades advindas com os avanços tecnológicos; a melhoria das estradas e meios de comunicação, permitindo ligar com maior facilidade o urbano ao rural; o aumento das segundas residências em áreas rurais, como forma alternativa de afastamento das conturbações do meio urbano e, uma busca cada vez mais significativa por atividades em busca de isolamento e proximidade da natureza.

Mediante a todos esses fatores, ao longo da década de 1990, observou-se a expansão da atividade em comunidades rurais, se revelando como uma possibilidade interessante de atividade não agrícola para a agricultura familiar, uma vez que o turismo rural contribui com o aumento da renda, valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares.

Sendo uma atividade estimuladora da recuperação e conservação da economia do território, o Estado, por meio do programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar, passou a promover e potencializar o turismo rural brasileiro. Dentre as iniciativas do programa político estavam a disponibilização de linhas de crédito para agricultores familiares implementarem ou ampliarem ações com finalidade turística, assim como a realização de cursos e projetos técnicos especializados com o objetivo de desenvolver ações de turismo rural sustentável (MDA, s.d).

Mediante as políticas voltadas para este setor, assim como pelo contexto social e econômico que circunscrevia o âmbito do desenvolvimento do turismo rural brasileiro, observou-se a difusão da prática do turismo rural no Brasil. Muitas comunidades rurais foram orientadas a explorar essa atividade, por meio de aconselhamentos dados por atores e instituições tais como conselhos municipais de turismo, extensionistas, organizações não governamentais, dentre outros. As possibilidades de acesso ao crédito em conjunto com o aporte político e de capacitação, foram de grande valia para adesão da prática turística rural por um número cada vez maior de agricultores.

Orientados ou por iniciativa própria, muitos agricultores familiares passaram a desenvolver a atividade, gerando novas lógicas econômicas e sociais em suas comunidades rurais. Em comum, além da possibilidade de renda, observa-se a valorização da cultura local e os próprios agricultores como protagonistas do desenvolvimento turístico. Nesse processo, tem-se a materialização de uma nova linha na agenda política e científica que envolve o turismo rural: o turismo rural de base comunitária.

Isto é, compreende-se que para que a atividade turística efetivamente se converta como propulsor de um processo de desenvolvimento, há que se ter um alto grau de integração horizontal entre os atores, de forma que a comunidade local esteja plenamente envolvida e ativa no processo de desenvolvimento do turismo rural. Assim, o turismo rural de base comunitária é aquele em que se prima pelo respeito ao patrimônio, cultura e meio em que se desenvolve a prática turística, sempre considerando a participação das populações como elemento primordial desse processo.

Na verdade, o termo turismo de base comunitária é um termo bastante amplo, e apresenta uma vasta literatura nacional e internacional sobre o tema. Sansolo e Bursztyn (2009, p.145), realizando um levantamento bibliográfico sobre o tema, afirmam: “as publicações acadêmicas evidenciam uma grande diversidade do sentido de comunidade, do tipo de turismo e do significado do turismo de base comunitária”. Mediante a experiências distintas no Brasil e no mundo, não é possível definir um único conceito para designar o turismo de base comunitária, mas alguns princípios e fundamentos são comuns às experiências que relacionam-se ao termo.

Para Mielke (2009, p.14), “organizar uma comunidade para turismo é estabelecer uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais, objetivando atribuir uma relevante importância na valorização das questões culturais e meio ambientais”. Por meio do

agrupamento de vários elementos e atores, o objetivo primordial do turismo de base comunitário, independente de sua tipologia é sua organização por meio da cooperação e sinergia entre os atores sociais, produzindo um valor social agregado intangível.

Em comunidades rurais, tal questão se torna ainda mais latente. De tal maneira que no ano de 2008, o Ministério do Turismo passou a reconhecer institucionalmente o turismo de base comunitária e publicou um edital de fomento à atividade, definindo-a como um modelo de desenvolvimento turístico “orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística” (MTur, 2008).

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009, p.145), embora essa definição não delimitasse a espacialidade do turismo de base comunitária, segundo os autores dos “50 projetos selecionados para financiamento (dentre 500 submetidos), cerca de 80% estão ou são vinculados às áreas rurais, seja do interior do Brasil ou na região costeira. O que traduz a importância atual deste tipo de atividade hoje no Brasil”. Em razão da relevância da temática não apenas para os estudos rurais brasileiros, mas sobretudo para o objeto de pesquisa que se insere nessa tipologia, no item a seguir aprofunda-se sobre o turismo rural comunitário.

2.5 O turismo rural comunitário

Na literatura científica são encontradas duas maneiras de se referir às formas de turismo em que há o envolvimento das comunidades e a valorização da cultura local. Alguns autores utilizam o termo turismo comunitário (CORIOLANO, LIMA, 2003) e outros o termo turismo de base comunitária (MIELKE, 2009; SANSOLO BURSZTYN, 2009). Apesar da variação na nomenclatura, o contexto de uso do termo é sempre o mesmo: o desenvolvimento sustentável do turismo a partir da inclusão das comunidades nesse processo. Independente da forma de apresentação (turismo comunitário ou de base comunitária), o que diferencia as práticas dessa forma de turismo são as características da sociedade em que as mesmas se desenvolvem. Assim, pode-se falar de turismo comunitário em comunidades indígenas, quilombolas, em comunidades residentes em periferias urbanas, de pescadores, dentre muitas outras aplicações.

A variação não se dá apenas em relação à tipologia societal, ou seja, ao tipo de comunidade abarcada no processo de turismo comunitário, mas também em relação ao espaço

onde a prática se insere. Dessa maneira, se tem uma pluralidade de termos, tais como “turismo comunitário nas favelas”, “turismo comunitário na aldeia”, “turismo comunitário em território quilombola”, dentre outros. Claramente, independente das variações, o termo abarca sociedades e espaços localizados em áreas remotas, dedicados às atividades tradicionais de sobrevivência e com poucas fontes alternativas de rendimento (MALDONADO, 2009).

Dentre as inúmeras expressões de turismo comunitário destaca-se, em razão dos objetivos dessa dissertação, o “turismo rural comunitário”. Este termo, por sua vez, apresenta uma grande variação de acordo a realidade analisada. Na América latina, cada país apresenta suas especificidades em relação ao que se compreende como “comunidades rurais” e “espaço rural”. Assim, o termo contempla diferentes ecossistemas e culturas. De acordo com Maldonado (2009, p.25):

O turismo rural comunitário (TRC) encontra-se presente atualmente em todos os ecossistemas da América Latina. O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos [...] Diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “*um turismo com selo próprio*”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma.

Ainda, segundo o autor, o turismo rural comunitário surgiu na América Latina por volta da década de 1980. Sendo um fenômeno recente, além de atender um nicho crescente de mercado, em que cada vez mais turistas buscam destinos alternativos (se opondo aos destinos padronizados pelo turismo de massa), a consolidação desta forma de turismo em países latino americanos também tem-se materializado como uma forma de contraponto aos altos índices de pobreza. Assim, muitas organizações não governamentais, assim como os próprios governos de diversos países, buscaram incentivar essa forma de turismo. Em conjunto, “a vontade de superar a pobreza levou milhares de comunidades a buscar fontes alternativas de renda frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência” (MALDONADO, 2009, p.27).

No caso específico brasileiro, a prática do turismo rural comunitário circunscreve um grupo social específico e um espaço com características delimitadas. Assim, ao utilizar essa terminologia, busca-se referenciar o espaço rural afetado pela globalização e a inserção das tecnologias e sua externalidades negativas. Em conjunto, o termo referencia as comunidades rurais pobres, geralmente compostas por agricultores familiares que buscaram a diversificação das atividades agrícolas com a inserção do turismo, a fim de contribuir com a revitalização da economia rural, gerando novas fontes de emprego e de renda. É essa abordagem que se

utilizou nesta pesquisa. Considerou-se, para tanto, que a comunidade de São João dos Mellos, por suas características sociais, históricas, culturais e espaciais, se enquadra no perfil de turismo rural comunitário.

Nesta ordem, observou-se que a prática do turismo rural comunitário é apresentada de diferentes formas e com diversos graus de participação das comunidades na gestão do turismo. Segundo os estudos apontados por Maldonado (2009), há seis modalidades genéricas de participação das comunidades no turismo. São elas: a parceria de negócios com empresas privadas; concessão de recursos comunitários em usufruto; trabalho assalariado para operários; autogestão do negócio turístico; parceria comercial com operadoras de turismo, e por fim, formas híbridas.

Essas seis modalidades se apresentam de diferentes maneiras. Há modalidades em que há forte presença de atores externos, que objetivam inserir e difundir o turismo nas comunidades e há modalidades em que os próprios atores locais realizam a gestão de todo o processo, sendo os atores externos coadjuvantes do desenvolvimento turístico. No caso de São João dos Mellos, observa-se que a prática do turismo rural comunitário segue na lógica da autogestão desde os princípios da inserção da atividade na comunidade. Entretanto, para compreender as diferenças entre as modalidades e quais delas se adequam ao objeto de análise, optou-se por apresentá-las individualmente.

A “parceria de negócios com uma empresa privada” ocorre quando um investidor e uma comunidade firmam contrato. A comunidade recebe lucros variáveis e tem uma participação progressiva na gestão do negócio, com objetivo que a mesma se torne proprietária do investimento. Citando alguns exemplos, Maldonado (2009) referencia algumas comunidades no Peru, Equador e na Guatemala que se inseriram nesta modalidade por meio do investimento em meios de hospedagens, que foram instalados nesses territórios com o objetivo de fomentar o turismo rural comunitário. Neste processo, observa-se a forte presença de atores externos ao lugar, que objetivam dar condições para que o turismo se desenvolva e as comunidades envolvidas tivessem empoderamento sobre a prática.

Nessa mesma abordagem, “a concessão de recursos comunitário em usufruto” ocorre quando um agente externo ao lugar solicita a uma comunidade o uso e o desfrute temporário dos recursos naturais ou culturais de seu território, dando em contrapartida bens ou serviços que auxiliem a comunidade. Nesta modalidade, as comunidades não necessariamente se envolvem diretamente na prática turística, mas obtêm vantagens, tais como investimentos em

infraestrutura (médicos, escolas, transportes, etc.), por meio da concessão de seus recursos (MALDONADO, 2009).

Outra modalidade em que os atores externos são bastante presentes é a de “trabalho assalariado para operários”. Essa situação ocorre quando uma empresa privada se instala no entorno de uma comunidade e as mesmas participam da operação turística fornecendo mão de obra. Essa situação é bastante comum no cenário brasileiro, uma vez que os espaços rurais são bastante atrativos aos turistas e, em razão da demanda, investidores tendem a instalar suas empresas (hospedagem, restaurantes, cafês, etc.) nestes territórios aproveitando-se da mão de obra local.

O próprio cenário de busca por outras fontes de renda em atividade não-agrícolas, por parte dos agricultores, favorece a captação desse gênero de mão de obra pelos investidores do turismo no espaço rural. Embora esse gênero de atividade também se enquadre na lógica do turismo rural comunitário, destaca-se que essa modalidade deve ser vista com atenção, uma vez que nem sempre a geração de emprego e renda, por meio de trabalho assalariado no turismo, possibilita a melhoria do bem-estar das comunidades envolvidas. Muitas vezes, essa modalidade de turismo rural comunitário se instala a contragosto das comunidades adjacentes, sem a real inserção dos atores locais no processo turístico, gerando impactos negativos.

Schneider e Fialho (2000, p.18) ressaltam que “parte expressiva dos empregos diretos gerados pelo turismo normalmente exigem mão de obra pouco qualificada, o que quase sempre também representa baixa remuneração”. Dessa forma, há a necessidade de se avaliar com cuidado se a inserção do turismo, por meio de investimentos totalmente externos, de fato representa benefícios aos atores locais envolvidos.

Em uma lógica mais sustentável, apresenta-se uma modalidade de turismo rural comunitário em que há maior empoderamento dos atores envolvidos, promovendo “a autogestão do negócio turístico”. Essa prática ocorre quando uma comunidade decide “por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão” (MALDONADO, 2009, p.34).

Esse é o caso da comunidade estudada. Por meio do processo de autogestão do turismo rural, a comunidade de São João dos Mellos se diferencia do turismo convencional por estar

disposta a compartilhar seus modos de vida, patrimônio cultural e natural, e ainda manterem suas atividades econômicas agrícolas como fonte de renda principal. Nessa prática, todos os atores da comunidade estiveram envolvidos direta e indiretamente em todas as etapas de inserção e difusão do turismo, prevalecendo os interesses dos próprios atores locais, como poderá ser observado ao longo desta dissertação.

Em um modelo de gestão cooperada, as diferentes famílias de agricultores de São João dos Mellos desenvolveram o turismo em um formato sustentável, atendendo tanto as necessidades individuais quanto coletivas da comunidade. Isso só foi possível graças à formação de redes e parcerias tanto no âmbito local quanto no âmbito regional. As motivações que levaram os agricultores à autogestão do turismo estavam associadas à defesa dos interesses coletivos, e houve a união de um grupo de indivíduos e famílias que partilham dos mesmos valores.

Nessa dinâmica, destaca-se a força dos atores locais no processo de sustentação do modelo de gestão cooperada, em que as próprias famílias envolvidas, unidas, batalharam por parcerias com atores externos, dos setores público e privado, objetivando alcançar as transformações territoriais desejadas pela própria comunidade. O exemplo de São João dos Mellos é bastante significativo da essência do turismo rural comunitário, em que as redes sociais e o associativismo colaboram com a formação de um capital social capaz de impulsionar o seu autodesenvolvimento. Segundo apontam Silva, Lima, Christoffoli (2014, p.243):

[...] os processos de participação históricos vivenciados por uma comunidade, com suas lutas e resistências, agem como vetor de consolidação das redes e relações entre os atores sociais, fortalecendo o capital social que ao ser acumulado ao longo dos anos pode ser propulsor de arranjos produtivos econômicos como o turismo, por exemplo, que reflete a expressão do desejo de seus habitantes. No caso das experiências com o turismo, um capital social consolidado pode produzir um modelo diferenciado do tradicional, aceito e reconhecido pela comunidade como algo endógeno, mas, que pode ser denominado de ‘nosso’ pela comunidade, algo que é de todos.

O turismo rural comunitário, endógeno, promovido pelo capital social de São João dos Mellos, foi capaz de transformar seus espaços e relações, mudando a realidade do local e proporcionando um turismo diferenciado, em que os atores externos foram procurados para agregar conhecimento, estrutura, recursos, que objetivavam melhorar não apenas a atividade turística, mas o espaço de vivência da comunidade de forma geral. A partir da condução dos próprios agricultores residentes na comunidade, as relações com os atores externos se

consolidaram de diferentes formas. Houve tanto parcerias com o setor público, que possibilitaram ganhos em relação à integração da comunidade com seu entorno, quanto com o setor privado, que possibilitaram a ampliação do movimento turístico. Quanto às parcerias entre comunidade e setor privado, Maldonado (2009) aponta esta relação como uma das tipologias possíveis no turismo rural comunitário.

Segundo o autor, “a parceria comercial com operadoras de turismo” ocorre quando a comunidade já tem um conjunto de serviços turísticos a oferecer por sua autogestão e faz acordos com operadoras de turismo ou agências a fim de fomentar a vinda de turistas. Esse tipo de parceria também é observada no objeto de estudo. A comunidade de São João dos Mellos apresenta uma relação com agências de turismo receptivo que fomentam a atividade no local. Os meandros como se deram essa relação serão apresentados nos resultados deste trabalho.

Embora a parceria com operadoras de turismo não seja o único caminho possível para o fortalecimento da relação entre comunidades e empresas privadas, cabe destacar que essa é uma das ligações mais frequentes entre comunidades que realizam autogestão e setor privado. De tal forma, que esta relação acaba por ser enfatizada por Maldonado (2009, p.36), que aponta que também existem “formas híbridas” de turismo rural comunitário. Para ele “algumas comunidades têm optado por parcerias com operadoras privadas que trazem turistas e, ao mesmo tempo, proporcionam trabalho assalariado”.

Nesse processo, as comunidades realizam investimentos próprios para prestar serviços turísticos e simultaneamente aproveitam oportunidades de emprego geradas por empresas privadas, como por exemplo, serviços de guiamento local ofertados por agências de viagens. Embora esta modalidade não se enquadre nas análises do objeto de estudo, essa dinâmica representa as necessidades que as comunidades rurais têm de se integrar economicamente e competir no mundo globalizado. Em razão disso, o conceito de “turismo rural comunitário” se torna adequado para designar e compreender todas as ações e reações presentes no território estudado.

3. METODOLOGIA

A pesquisa científica, enquanto busca de respostas a certos problemas, é composta por duas etapas, segundo Cardoso e Brignoli (2002). A primeira se refere aos “problemas substantivos, ou questões relativas ao real” que, no caso da presente pesquisa enquadra o estudo das relações entre os diferentes atores e o território que compõem o turismo rural comunitário em São João dos Mellos. A outra etapa se refere aos “problemas de estratégia ou processo”, ou seja, os “modos de conhecimento e pesquisa” e é esta questão que se pretende esclarecer neste tópico.

A análise dos modos de conhecimento e de pesquisa requer a referência a uma teoria. No caso da presente dissertação utilizou-se como principal marco teórico e metodológico para condução da investigação o materialismo histórico e dialético. Tendo como principal característica a ideia de que o homem é tido como ser social e histórico, determinado pelo contexto econômico, político e cultural, mas ao mesmo tempo criador da realidade social e transformador desses contextos, esta forma de abordagem nos auxilia a compreender a realidade de São João dos Mellos uma vez que a pesquisa tem como campo de estudo as transformações sociais e espaciais decorrentes do processo de implementação do turismo rural comunitário.

Com o objetivo de aprofundar as relações entre o método de abordagem proposto e o problema de pesquisa apresentaram-se em um primeiro momento as características, elaboração teórica e aplicações do mesmo para, em seguida, apresentar reflexões sobre suas contribuições para a pesquisa. Após isso, discutiram-se os procedimentos utilizados para coleta dos dados bem como as formas de análise e interpretação dos mesmos.

3.1 O materialismo histórico e dialético

O método de abordagem materialista histórico dialético, muito utilizado dentre os pesquisadores das ciências sociais, tem suas raízes na teoria marxista. No campo científico, esta posição metodológica aprimorada por Marx e reestruturada por diversos pensadores ao longo dos anos, tem como pano de fundo as mudanças no paradigma científico. Dessa maneira, antes de se aprofundar nos princípios e ideias nucleares da teoria marxista, busca-se primeiramente compreender o contexto e circunstâncias de sua elaboração.

Marx nasceu na Alemanha durante o século XIX. Trata-se de um período em que os avanços da Revolução Industrial estavam se consolidando. Em meio a esses acontecimentos, Marx, estudante de direito e assíduo frequentador das aulas dos cursos de história e de filosofia, aproxima-se do movimento *hegeliano*. A leitura filosófica de Hegel, sem dúvida, marca a construção da teoria marxista (COLIN, 2008).

Para Hegel, nada no mundo é estático. Tudo muda a partir das contradições, ou seja, tudo está em constante processo. Nesta perspectiva dialética, a história estaria, portanto, subordinada a esta lógica. Ainda, segundo as concepções hegelianas, o sujeito desse mundo em constante movimento seria o Espírito, que representa a consciência humana, comum a todos os indivíduos e manifesta na ideia de Deus. Ou seja, a realidade social é, segundo esta visão, determinada pela consciência religiosa/espiritual. A sociedade, nesta teoria, se organiza e reorganiza por meio dos comandos da consciência (COLIN, 2008).

A perspectiva dialética e a filosofia da história hegeliana são duas grandes questões exploradas na teoria marxista. Marx mantém o entendimento - de fundamentação hegeliana - da história enquanto progressão dialética, mas discorda de Hegel quanto à concepção do Espírito enquanto sujeito. Sob influência de Feuerbach, que crítica à concepção hegeliana, Marx compreende que a origem da realidade social não reside nas ideias, mas sim, na ação concreta dos homens:

Eis por que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum o processo de gênese do concreto em si (MARX, 2001, p.15).

A crítica de Marx a Hegel é compartilhada por seu contemporâneo Engels, autor com o qual Marx firma grande amizade e escreve em conjunto. Tomando a crítica ao Espírito, Marx e Engels (1999, p.37) afirmam que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Esta concepção de que a realidade determina o pensamento é fundamental para compreender a lógica marxista, uma vez que esta orientação conduz a natureza construtiva do conhecimento.

O mundo, segundo esta compreensão, é um processo de complexos e está em constante movimento. A realidade e suas representações, que refletem conceitos na mente, também estão em mudança contínua. O conhecimento é, assim, construído por meio da

interpretação e representação do “concreto”. A existência material é, portanto, anterior a qualquer pensamento.

Sob o enfoque metodológico, a visão materialista revoluciona os critérios de cientificidade. Antes, na concepção da metafísica, a definição apriorística do método garantia esta condição (JAPIASSU, 1992). Já na concepção materialista, se vai além das leis que regem os fenômenos, busca-se a lei de sua modificação. O método materialista “se constitui mais como uma concepção de realidade que mediará o processo de apreensão do conhecimento, do que uma simples ferramenta para medir ou observar os fenômenos sociais” (GOMIDE, 2014, p.02).

Nessa perspectiva, este enfoque metodológico busca trazer para o campo do conhecimento a dialética do real, procurando a “essência” além das “aparências”. Este é o ponto chave no conhecimento científico marxista. Isto é, por meio dessa forma de abordagem busca-se apreender não apenas a realidade objetiva, ou seja, aquela que se manifesta tal qual ela é em si mesma (imediata e empírica), como também a “essência” do objeto, capturando a sua estrutura e dinâmica. Para Marx, a captura da essência do objeto está vinculada diretamente com os procedimentos analíticos do pesquisador. Para captar a essência e não apenas a aparência, “o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los, e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é *fundamental* no processo de pesquisa” (NETTO, 2011, p.23).

Nesta compreensão, ao desvelar a aparência e a essência do fenômeno estudado, ressalta-se que o sujeito e o objeto se relacionam dialeticamente. Ao mesmo tempo em que a sociedade produz o homem, ela também é produzida por ele. É por isso que é inútil buscar uma essência humana não temporal. “Os homens são como manifestam sua vida [...] Querendo-se conhecê-los, basta olhar como manifestam sua vida ou a exteriorizam [...] Isso explica porque o que eles são coincide com sua produção” (COLIN, 2008, p.92).

A realidade, sob a ótica materialista, está vinculada às contradições, aos conflitos e às transformações presentes no processo de produção da vida material dos homens. “A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material, e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real” (MARX, ENGELS, 1999, p.5). Dessa maneira, compreende-se que o conceito de homem deriva do seu produzir, assim como a sua própria consciência é determinada nessa produção.

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1999) referem-se como premissa essencial da história humana, à existência dos indivíduos vivos e reais, capazes de se organizarem, agir e produzir. Sendo assim, homem descende de sua própria produção e da maneira como essa produção se consuma efetivamente. Para os autores, o aumento da população foi o que propiciou inicialmente o surgimento da capacidade produtiva, permitindo também trocas de mercadorias.

O aumento dessa capacidade produtiva, por sua vez, só foi possível pelo avanço das técnicas. A industrialização desencadeou uma mudança na organização do trabalho e nas formas de produção. “No sistema de máquinas, a grande indústria cria um organismo de produção completamente objetivo, ou impessoal, que o operário encontra, na sua oficina, como a condição material já pronta de seu trabalho” (MARX, s.d, *apud* COLIN, 2008, p.101). Segundo Marx, o trabalho (concreto) é uma atividade emancipatória do ser humano, mas sob as relações de produção capitalista, o trabalho deixa de ser concreto e passa a ser abstrato, reduzido à mercadoria no processo de valorização do capital.

Utilizando esta premissa, Marx contribui com a teoria das sociedades humanas e aponta uma formação social composta por uma “base” (infraestrutura econômica) e uma “superestrutura” (jurídica e política). Este método de compreensão dos fenômenos sociais permite a verificação dos fenômenos a partir das transformações do modo de produção da vida material, que condicionam as formas de consciência social, relações jurídicas, questões políticas dentre outras. Sendo assim, na abordagem marxista, a base econômica se sobrepõe a demais esferas. As condições materiais de reprodução se sobrepõem as demais esferas, porque as relações sociais ocorrem dentro delas. Para o autor:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. (MARX, 2001, p. 24)

A ideia de revolução também é central na teoria marxista. A crítica do autor pretende impulsionar a transformação da realidade. Segundo Frigotto (1991), no materialismo histórico e dialético é fundamental que se produza um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade, não apenas no campo do conhecimento como no campo histórico e social.

Tendo como base os principais aspectos da teoria marxista, podemos dizer que “o materialismo histórico e dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação” (GOMIDE, 2014, p.07). Segundo Minayo, no marxismo o materialismo-histórico “representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade” (MINAYO, 2006, p.107). Nessa perspectiva, a dialética que tem como tese fundamental a especificidade histórica da vida humana, em que o princípio da contradição e do conflito explica o inacabado e a transformação, merece uma atenção especial na construção da pesquisa.

Com base nos preceitos de Marx, utilizaram-se as cinco categorias da dialética para contemplar a realidade estudada em comunhão com seu caráter histórico. As cinco categorias são segundo Cury (2000): contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia. Por *contradição*, compreende-se que a sociedade se situa em um jogo de opostos. Esta categoria revela um processo de oposição contrastante entre duas forças. Parte do entendimento de que nada existe em permanência, e por isso, toda realidade é passível de superação.

Por *totalidade*, compreende-se que a sociedade forma um todo. Trata-se da busca da conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo. Já a categoria *mediação*, se trata da situação em que os opostos são ao mesmo tempo conservados e superados. Parte do pressuposto de que o homem é mediador das relações sociais e agente de intervenção no real. Trata-se, como afirma Cury (2000, p.34), das “relações concretas, vinculando mutua e dialeticamente momentos diferentes de um todo”.

A *reprodução* se refere ao modo de produção capitalista que tende a se reproduzir sem grandes mudanças estruturais. Complementarmente, a categoria *hegemonia*, entende que a “ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais devem ser reproduzidas a ponto de que estes ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos” (GOMIDE, 2014, p.08).

Estas categorias de análise, bem como os principais conceitos expostos nesse item, configuram as diretrizes do materialismo histórico e dialético que aplicou na pesquisa sobre São João dos Mellos. É também esta concepção que conduziu a formulação do já referido problema de pesquisa, conforme orienta Prates (2006), ao recomendar a apreensão do método como condição para efetivação de um trabalho consistente.

3.1.1 O método e suas contribuições para a pesquisa

Seguindo a linha teórica do materialismo histórico e dialético de que a “realidade faz a consciência”, a presente pesquisa parte do pressuposto de que existe uma realidade concreta. Neste caso, está se apontando a existência do turismo rural de base comunitária em São João dos Mellos. A atividade, já presente no cotidiano dos moradores, pode ser apreendida de diferentes formas. Tomando como base o materialismo histórico e dialético, entende-se que a apreensão da realidade é realizada por meio da representação mental e, neste sentido, uma análise histórica é fundamental para compreender a dialética do real.

Em razão disso, optou-se por estudar a implementação e organização turística da comunidade sob o viés histórico, compreendendo que cada período condiciona uma configuração social e espacial. Sendo assim, a proposta de pesquisa objetivou se aprofundar no processo investigativo desde as primeiras manifestações de fluxo de visitantes, passando pela organização do espaço turístico propriamente dito e observando os reflexos atuais da prática turística. Esse movimento foi centrado na análise dos atores envolvidos e suas relações, uma vez que os mesmos são elemento-chave para os eventos relacionados ao histórico de produção turística.

Mas a realidade de São João dos Mellos não pode ser compreendida como um fenômeno isolado. Seguindo os pressupostos da *totalidade* do método de abordagem, considerou-se que a análise do território de São João dos Mellos deve ser compreendida em correlação com fenômenos em outras escalas. Partindo do princípio de que a parte se relaciona com o todo e o todo se relaciona com a parte, estudou-se como o turismo em São João dos Mellos vincula-se aos efeitos da globalização e da nova divisão social do trabalho.

O modo de produção capitalista e as novas formas de organização social e também espacial do trabalho têm importantes reflexos no objeto de estudo, uma vez que questões como a relação entre ‘campo e cidade’ e ‘industrialização e migração’ relacionam-se diretamente com o modo de *reprodução* do capital e desencadearam o esvaziamento da comunidade. O nosso objetivo, nesse sentido, foi contextualizar como os interesses *hegemônicos* influem sobre o objeto de pesquisa.

Mas cabe destacar também a *contradição* presente neste processo. O esvaziamento da comunidade *versus* o esforço de manter a “comunidade viva” por meio do turismo organizado

de forma endógena representa claramente o jogo de opostos. Não apenas na relação local x global essa condição se faz presente, mas as contradições também são observadas nas relações de aliança e conflito entre os atores que foram estudados.

Nesse sentido, a *mediação* também se encontra como foco, uma vez que se partiu do pressuposto de que o homem é mediador das relações sociais. A comunidade de São João dos Mellos enquanto agente de intervenção no real, por meio de sua proposta de organização turística, produziu uma nova conjuntura, que, por sua vez, permanece em um processo constante de mudança pelo movimento dialético de tese, antítese e síntese.

Tendo essas reflexões norteadoras, lembra-se que o procedimento de pesquisa materialista histórico dialético deve buscar a essência e não a aparência. Nesse sentido, a preocupação em desvelar a estrutura e a dinâmica do objeto de estudo de forma competente se materializou seguindo as orientações metodológicas de Trivinõs (1987), que recomenda as seguintes etapas:

Em primeiro lugar, realizou-se a “contemplação viva do fenômeno”. Isto é, caracterizou-se o objeto de estudo por meio das primeiras reuniões de materiais, informações obtidas pela observação e análise de documentos. Nesta etapa, buscaram-se atas, documentos oficiais, registros em cartórios, relatórios de gestão, jornais, fotos, legislação, mapas, panfletos, sites, redes sociais, dados do IBGE, apostilas, bem como documentos de outra natureza que auxiliaram no processo de investigação. Verificou-se que o processo de implementação do turismo de base comunitária foi fortemente documentado, viabilizando assim, a presente pesquisa.

Além disso, realizaram-se entrevistas com os responsáveis pela divisão de turismo na Prefeitura Municipal de Julio de Castilhos; a professora responsável por realizar as capacitações do SENAR, o coordenador da EMATER-RS/ASCAR no município; uma agência de turismo que trabalha com o destino de São João dos Mellos; e 19 residentes pertencentes a diferentes famílias que permitiram representar a comunidade de São João dos Mellos por meio de agricultores associados e não-associados ao turismo.

Em um segundo momento, fez-se a “análise do fenômeno”, isto é, penetrou-se na sua dimensão abstrata observando os elementos e as partes que o integram. Ao estabelecer as relações sociais e históricas do fenômeno, utilizou-se um conjunto de conceitos que permitiram fazer reflexões acerca do objeto segundo as diretrizes do materialismo histórico e

dialético. Procurou-se, por meio do embasamento teórico apresentado nos primeiros capítulos e das informações coletadas no trabalho de campo, produzir uma análise crítica exposta nas considerações desta dissertação.

Ao findar esse processo de análise abstrata, partimos para a terceira etapa da investigação que consistiu em buscar “a realidade concreta do fenômeno”. Este foi o momento em que transformou-se o abstrato em concreto novamente. Trata-se da etapa em que “o cérebro pensante se apropria do mundo” (NETTO, 2011, p.40). Voltou-se às questões levantadas nas etapas predecessoras a fim de estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, sua realidade e possibilidades, produzindo assim, novos conhecimentos.

3.2 Coleta de dados

Tomando como base que a presente pesquisa teve como objetivo compreender como as articulações entre residentes, visitantes, poder público e iniciativa privada contribuem no processo de desenvolvimento turístico da comunidade de São João dos Mellos, a principal ferramenta para a coleta de dados foi a entrevista. Isto porque partiu-se da ideia de que os sujeitos, por meio de suas ações e reações sociais, são responsáveis por produzir o espaço turístico.

Dessa maneira, o estudo envolveu diretamente a investigação dos sujeitos sociais. Compreende-se que as informações obtidas em pesquisa de campo junto a estes atores geraram dados qualitativos que permitiram a análise das inter-relações entre os sujeitos e suas conexões com questões mais amplas, como a formação territorial. O desafio, enquanto pesquisador foi justapor os conhecimentos dos sujeitos estudados com o conhecimento crítico, viabilizando uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado. Segundo Chizzotti (2005, p.83):

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são conhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção da vida e orientam as suas ações individuais. Isso não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade.

Levando em consideração as orientações de pesquisa qualitativa de Quivy (1998), entrevistaram-se os interlocutores que se constituem como “o público a que o estudo diz

diretamente respeito”. Visando cobrir a diversidade desse público envolvido, destacaram-se os seguintes atores que foram entrevistados, contabilizando o total de 27entrevistas:

- Responsável pela divisão de turismo da Prefeitura Municipal de Julio de Castilhos;
- A instrutora das capacitações do SENAR em São João dos Mellos;
- O coordenador da EMATER-RS/ASCAR no município;
- A proprietária da agência de turismo Supremma Tour;
- A gestora do Jardim das Esculturas;
- A presidente da Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos;
- Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Nova Palma em conjunto com o responsável técnico pelo turismo;
- Moradores associados e não associados à Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos (totalizando 19 residentes)

A eleição por esse grupo de interlocutores se deu em razão dos mesmos terem participado direta e indiretamente do processo de implementação e organização turística da comunidade. O objetivo foi realizar uma exploração dos contextos que fundamentaram o turismo, a fim de coletar informações que permitiram identificar os principais traços da produção turística, da relação entre estes sujeitos, bem como identificar outros atores que se relacionam a este processo.

Contudo, destacou-se que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a ideia de amostragem não se enquadraria na presente pesquisa. Segundo Minayo (2012, p.48), nesse gênero de investigação, ao invés de definir a “amostra de sujeitos” utiliza-se mais frequentemente o termo “sujeitos incluídos na pesquisa”. Isto porque no universo em questão, o que se prioriza não são os sujeitos em si, mas sim as suas “representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes”.

Dessa maneira, mais do que pela quantidade de entrevistados, interessou-se pelas informações obtidas junto aos mesmos, já que a escolha dos atores se deu em razão deles estarem ativamente vinculados ao tema em questão. O maior número de entrevistas relacionadas aos moradores se deu em razão de serem residentes, cuja atuação e percepção junto ao turismo eram mais evidentes.

Optou-se, assim, por entrevistar moradores que tivessem vivenciado de forma mais próxima as transformações relativas ao turismo, selecionando aqueles cuja participação comunitária era mais ativa. Para tanto, as entrevistas ocorreram com residentes da área administrativa de São João dos Mellos, que conta com proximamente apenas 60 famílias, sendo que se dialogou com pelo menos 16 delas nas entrevistas. A área administrativa é também onde está localizado o Jardim das Esculturas.

Ilustração 2 - Sede Administrativa do Distrito de São João dos Mellos. Localização das famílias entrevistadas.



Fonte: <http://ibge.org.br>

Sendo assim realizaram-se entrevistas focalizadas, que trata de uma técnica de investigação que “se destina a esclarecer apenas um determinado problema” (MINAYO, 2012, p.64). Nesse caso, utilizou-se uma lista de tópicos precisos relativos ao tema estudado, que se encontram no apêndice desta tese, adaptando o diálogo de acordo com o desenrolar da conversa (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998). A condução destas entrevistas focalizadas levou em consideração as relações de aliança e conflito entre os atores já citados.

O foco destas entrevistas também foi delimitado por métodos exploratórios complementares. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p.83), “entrevistas, observações e consultas de documentos diversos coexistem frequentemente durante o trabalho exploratório”. Isto porque as informações obtidas por via oral não podem ser consideradas como única fonte de dados fiável. Assim, justapuseram-se os dados obtidos por meio das entrevistas às

anotações de diário de campo, bem como outras fontes impressas que permitiram validar e esclarecer as informações obtidas junto aos sujeitos pesquisados. Com este recurso metodológico, o pesquisador deve:

[...] deixar correr o olhar sem se fixar só numa pista, estudar tudo em redor sem se contentar só com uma mensagem, apreender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998, p.83).

Assim, para a realização dessas entrevistas foi utilizado um conjunto de perguntas norteadoras, apresentadas no apêndice desta dissertação. Contudo, cabe destacar que apesar do material orientador, para cada entrevistado houve uma adaptação do roteiro, adequando-se às realidades de cada um dos atores envolvidos. As entrevistas foram gravadas em formato de áudio e acompanhadas do preenchimento de um diário de campo, anotando-se as expressões, sentimentos, intervenções, silêncios e outros fatores ambientais que circunscreveram o momento do diálogo, a fim de possibilitar uma análise crítica dos discursos produzidos, compondo os resultados da presente pesquisa.

3.3 Métodos de análise dos dados

Para análise da documentação foi realizada uma crítica interna e externa dos documentos e fontes consultadas. Após a organização e a leitura das mesmas os dados coletados foram analisados e, em conjunto com as entrevistas, compuseram os resultados parciais da pesquisa. Após este processo, foram confrontados os dados obtidos em pesquisa de campo com o referencial teórico eleito para compor a investigação.

Tendo em vista a diversidade de fontes de informações, utilizou-se como principal método a “análise de conteúdo”. Essa técnica de análise pode ser aplicada tanto nas fontes impressas quanto nas fontes orais. Sem dúvida, as entrevistas que conduziram o fio de apresentação do trabalho, acrescida de informações obtidas em outras fontes, merecem maior destaque quanto a forma como se analisou o seu conteúdo.

Segundo Mutti e Caregnato (2006), a análise de conteúdo surgiu no século XX nos Estados Unidos para analisar material jornalístico. Na metade do século, muitos cientistas passaram a adotar essa metodologia de análise, sendo que sua aplicação se estendeu a diversas áreas. Ainda, segundo as autoras, a análise de conteúdo pode ser qualitativa ou quantitativa. Para Quivy e Campenhoudt (1998), o método quantitativo tem como informação básica a

frequência do aparecimento de certas características do conteúdo ou de suas correlações. Já o método qualitativo, a base se dá pela presença ou a ausência de uma característica ou modo segundo o qual os elementos do “discurso” estão articulados uns com os outros.

Muitas das técnicas de análise de conteúdo se utilizam tanto do procedimento qualitativo como do procedimento quantitativo e, até mesmo recorrem aos dois. Mas independente do procedimento escolhido, vale destacar que a análise de conteúdo se divide em várias categorias a ser: análise da representação ou análise representacional; análise de expressão; análise de enunciação e, por fim, análise temática. Minayo (2012), utilizando o referencial teórico de Bardin (1979), explica cada uma delas.

Iniciou-se pela elucidação da *análise de enunciação*, pois se trata do primeiro procedimento que se utilizou nesta pesquisa. Esta categoria costuma ser usada para se analisar entrevistas abertas e leva em conta a comunicação como processo, e não como dado estatístico. Sendo assim, esta modalidade se detém aos seguintes elementos:

- As condições de produção da palavra: considerando que a fala é um discurso, vamos analisar as condições em que os sujeitos o constroem. Por isso, optamos pela produção de um diário de campo, a fim de registrar não apenas a fala em si, mas também o contexto de sua produção.
- Análise das estruturas gramaticais e análise da lógica de organização do discurso: a partir das falas, podemos traçar a sua dinâmica verificando a ordem das sequências dos discursos, repetições, quebras de ritmos, etc.
- Análise das figuras de retórica: buscamos analisar os jogos de palavra, os lapsos, os silêncios a fim de verificar eventuais conflitos.

A análise de enunciação foi complementada pela *análise de expressão*. Isto porque ambos os métodos buscam investigar as formas e encadeamento do discurso. Sendo assim, na análise das entrevistas estudamos os traços pessoais do autor da fala, a fim de verificar “correspondências entre o tipo de discurso e a características do locutor e de seu meio” (BARDIN, 1979; MINAYO, 2012).

No momento em que se realizaram as entrevistas focalizadas, as categorias de *análise representacional* e *análise temática* foram as mais utilizadas. Na análise representacional, o objetivo foi medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que se fala. A opinião e o comportamento, a favor ou contra, de forma fria ou apaixonada, foi avaliada no discurso dos

atores frente aos tópicos específicos sobre o tema de pesquisa. No que tange à análise temática, o conceito central de investigação foi o tema. Buscou-se descobrir “os núcleos de sentido” (MINAYO, 2012) que compõem a comunicação, calculando e comparando as frequências de certas características.

Por meio desse conjunto de análises, realizou-se a redação dos capítulos seguintes, que apresentam a dinâmica da criação e difusão do turismo na comunidade, revelando nesse processo como os atores envolvidos se posicionam em relação aos contextos estudados, assim como se materializou a produção e reprodução do território de São João dos Mellos a partir dos movimentos de transformação social, econômicas e ambientais neste espaço.

4. SÃO JOÃO DOS MELLOS: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE E DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Este capítulo aborda as raízes que permitiram a constituição do espaço rural e da comunidade de São João dos Mellos, apresentando as principais características históricas e culturais das famílias que ali se estabeleceram. Apontando os reflexos da globalização e seus desdobramentos na comunidade, os itens a seguir mostram como a comunidade iniciou na prática turística e as principais transformações espaciais decorrentes desse processo.

4.1 A história de São João dos Mellos

A comunidade de São João dos Mellos constitui um de um núcleo agrícola com aproximadamente 600 habitantes e é distrito do Município de Júlio de Castilhos desde 1991, situação que perdura até os dias de hoje (Lei estadual nº 1144, de 20-06-1991⁵). Pela sua proximidade geográfica com o município ao qual se vincula administrativamente, a história de São João dos Mellos acompanha a de sua região.

Suas origens rurais estão imbricadas com os usos desse território desde o século XIX. Neste período, as glebas que hoje fazem parte dos limites da referida comunidade eram ponto de paragem àqueles que transportavam gado para comércio em São Paulo. Segundo informações obtidas junto aos residentes, entre fins do século XIX e início do século XX, os primeiros moradores se instalaram naquelas terras e comercializavam itens de apoio aos viajantes.

Segundo Costa (1991), a 36 km de Júlio de Castilhos desenvolveu-se uma comunidade com cerca de 40 famílias, no antigo Rincão dos Mellos. As terras, de propriedade de Arsênio Rigon foram vendidas em 1906 dando origem aos primeiros passos da comunidade. Em 1919, algumas famílias já estabelecidas no lugar contribuíram para a fixação do povoado construindo sua primeira capela, cujo padroeiro era São João. Dentre estas famílias residentes na comunidade desde esta época temos os Rigon, Botton, Botega de Almeida, Razia, Redin e Bertoldo, dentre outras, que representam as raízes de origem italiana na comunidade.

O aumento no número de famílias residentes neste território iniciou-se em decorrência do processo de colonização italiana na região. As imigrações italianas no Brasil devem ser interpretadas considerando-se o desenvolvimento do capitalismo e das forças de atração e de

⁵<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedossul/juliodecastilhos.pdf>

repulsão de contingentes humanos. No caso do Rio Grande do Sul, o foco de imigração se deu priorizando os imigrantes camponeses. A imigração agrícola deu origem a diversas colônias, e também aglomerados populacionais de pequeno porte (comunidades) com as mesmas características (BONI, COSTA, 1991).

A constituição de São João dos Mellos, portanto, está vinculada ao processo migratório que deu origem à quarta região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, que abrange Faxinal do Soturno, Ivorá, Agudo, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca, Silveira Martins e Pinhal Grande.

O núcleo de São João dos Mellos trata de uma comunidade remanescente das colônias de Pinhal Grande e Nova Palma. Sendo assim, as famílias que residem neste território apresentam hábitos culturais tais como gastronomia, vocabulário, arquitetura, religiosidade e manejo rural com fortes influências tradicionais de imigração italiana.

Na primeira metade do século XX, as culturas presentes nesta região agrícola eram basicamente para subsistência e venda de algum excedente (BIANCHI, 2007). Esta condição se alterou com a entrada da segunda metade do século XX, momento em que houve um crescimento na industrialização brasileira e, em consequência, um aumento dos aglomerados urbanos e uma maior necessidade de insumos para abastecimento desses grandes contingentes populacionais.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1950, diversas transformações importantes aconteceram na agricultura referenciando todas as mudanças econômicas do período. A agricultura tradicional passou para a agricultura moderna, intensificando-se o uso de máquinas, insumos e implementos no campo. O estrangulamento da agricultura tradicional se intensificou na década de 1960, quando as grandes corporações mundiais se desenvolveram por meio da divulgação de um novo saber tecnológico e científico, bem como por meio da expansão do capital em torno das vendas de produtos e insumos agrícolas.

Nesse contexto, a agricultura da colônia deixou de ser de prioritariamente de subsistência e passou, mediante a um processo de tecnificação, a produzir em maiores escalas, intensificando as plantações de milho, feijão, fumo, batata soja e arroz, predominando neste processo as unidades familiares de produção (BIANCHI, 2007). São João dos Mellos se enquadra nesta perspectiva.

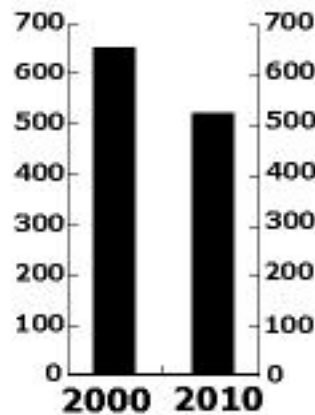
Os residentes que ainda se mantêm no território fazem parte dessa geração. Embora não seja objetivo da presente pesquisa realizar uma análise quantitativa de dados, cabe destacar que dos 19 residentes entrevistados, apenas 3 não se declararam como agricultores. Deste pequeno grupo, eram 2 professoras municipais e uma comerciária. Ou seja, com poucas exceções, a comunidade ainda se constitui basicamente por famílias de agricultores.

Cabe destacar ainda que esta população que vive atualmente da produção agrícola na comunidade de São João dos Mellos, apresenta uma faixa-etária média entre os 50 e 60 anos. Do grupo de entrevistados, tivemos como faixa-etária média 55 anos. Pela idade e também em virtude de alguns relatos, podemos destacar que estes residentes presenciaram a agricultura familiar junto a seus pais, mas se mantiveram no campo mediante a exploração de culturas modernizadas que permitiram o aumento do volume de produção, mas ao mesmo tempo, se tornou dependente de insumos industriais e da organização da distribuição da produção além de seu controle (LANNES; LUZ JR, 2008).

Nos últimos anos, mais especificamente com a entrada do século XXI, observou-se a queda da renda no setor rural desta região. Segundo economistas, a crise de geração de riqueza desse território foi diagnosticada por meio da tendência de queda do Produto Interno Bruto (PIB) regional, o qual foi da ordem de 5,8% ao ano de 1999 a 2005. De acordo com as pesquisas, “a queixa dos agricultores de que os preços dos insumos estão crescendo mais que o preço do produto é uma realidade” (LANNES; LUZ JR, 2008, s.p).

Em São João dos Mellos estes reflexos também foram sentidos. A principal reclamação dos agricultores residentes neste território se materializa nesta linha. Com a crise e conseqüente diminuição da riqueza gerada pela agricultura local, muitas famílias deixaram o Distrito em busca de melhores oportunidades salariais no meio urbano. Mais do que isso, estimularam seus filhos a buscar oportunidades de capacitação e de emprego em grandes centros como Santa Maria. Como se pode observar nos dados obtidos junto ao IBGE, a população residente do Distrito de São João dos Mellos decresceu 20% entre os anos de 2000 e 2010 e, perceptivelmente continua a diminuir, conforme afirmam os próprios residentes.

Gráfico 1 - População total de São João dos Mellos. Anos 2000 e 2010.



Fonte: <http://ibge.gov.br>

Na área administrativa, por ser uma área física menor, a diminuição fica mais evidente. A simples observação deste espaço já revela, por si só, esta conjuntura. As residências contam basicamente com a presença de casais, geralmente entre os 40 e 70 anos e algumas poucas crianças em idade escolar. Os jovens e adolescentes que conformam a geração de trabalho mais recente se diluem em um fluxo de mão de obra nas grandes cidades do entorno. Das famílias entrevistadas, observou-se que as mesmas têm de 2 a 3 filhos em média. No total, contabilizamos 36 filhos dos residentes entrevistados. Destes jovens, apenas 13 ainda residem na comunidade, sendo 8 deles menores de 15 anos.

Mas muito mais do que a quantidade de jovens na comunidade, o que se ressalta é a preocupação revelada na fala dos entrevistados mediante a este fato. Verificou-se nas entrevistas a recorrência do tema “desaparecimento da comunidade”, embasada, sobretudo, no movimento dado pelo êxodo de jovens, mas também pelo envelhecimento da população que ainda se mantém fixa no território.

Na fala de um agricultor, 49 anos, a comunidade teve seu momento de atração para os jovens na agricultura, contudo, os que restaram nessa prática estão envelhecendo e a nova geração não têm perspectiva de retorno. Em tom imperativo, destaca que a comunidade “[...] teve a história dela, nós passamos pela história do fumo, da plantação de fumo, depois teve o pessoal que começou a investir um pouquinho mais na soja, mesmo sendo na pequena propriedade”. Ainda segundo o agricultor, atualmente “Nós temos uma geração de velhos na comunidade. As pessoas são aposentadas né? Então, assim, o jovem não tem mais! O jovem

foi e não volta mais né? Isso tu pode crer que com essa ... com essa ideia, do que está acontecendo hoje né?”

Em tom de preocupação, as falas se direcionam neste sentido constando não apenas a realidade de São João dos Mellos, mas também de outras comunidades do entorno. O esvaziamento no meio rural é uma percepção latente entre os entrevistados. Segundo outro agricultor, 54 anos: *“não vê essas comunidade de interior? [...] Dá pra dizer que o pessoal tá todo mundo indo embora né? Destacando sua percepção de esvaziamento das comunidades rurais, o entrevistado exclama que a situação não se restringe a São João dos Mellos. Trata-se de uma realidade latente, percebida além dos limites da comunidade.*

A falta de empregos ou melhores oportunidades no campo estão dentre as explicações para o êxodo de jovens. Para uma agricultora, 66 anos, os jovens vão para o meio urbano *“[...] porque na colônia não tem uma coisa, não tem outra... e quantos voltam, largam, voltam... a gente vê que eles voltaram, mas é que não tem um emprego [como é que é?] fixo, pra eles algum dia voltar...”* Segundo a entrevistada, os jovens até desejam voltar. Alguns até retornam, mas mediante a falta de melhores oportunidades acabam por desistir de permanecer em São João dos Mellos.

Este movimento pode ser traduzido como um dos principais reflexos da agricultura científica globalizada. As verticalidades que dão tendência à instalação de uma agricultura científica, como afirma Santos, é também responsável pelo caráter acentuado da divisão entre cidade e campo.

A contradição entre a cidade e o campo é mais crassa expressão da submissão do indivíduo à divisão do trabalho, sob uma determinada atividade que lhe é imposta: subsunção que limita um ao estado de animal urbano, o outro, ao animal rural e renova cotidianamente o dissídio entre os seus interesses (DONNE, 1979, p.176).

As verticalidades, nesse caso, incidem diretamente na divisão do trabalho e nos seus reflexos espaciais, assim como no modo de vida dos atores envolvidos. Na medida em que a produção agrícola tem uma vocação global, os lugares perdem sua força e são vistos como parceiros inconstantes (SANTOS, 2012). Há uma tendência a uma dinâmica homogenizadora e uma territorialização dos interesses hegemônicos.

Sendo assim, se em um primeiro momento São João dos Mellos serviu ao crescimento dos grandes centros no seu entorno, bem como ao fortalecimento das grandes corporações por meio da modernização agrícola, atualmente, a comunidade tem experimentado o efeito perverso desta condição, observando o declínio do território mediante ao movimento

migratório que se instala e perda gradativa da riqueza gerada pela agricultura. Contudo, ao passo que esse cenário se configurou na comunidade, os próprios residentes buscaram superar a passividade e reagir a essa situação.

Foi com a possibilidade de buscar “estancar” os efeitos do “desaparecimento da comunidade” que a mesma se organizou para explorar o turismo. Embora nos documentos oficiais, como atas das reuniões comunitárias, o propósito de organização da atividade estivesse vinculado à possibilidade de uma segunda fonte de renda para as famílias e, sobretudo, na criação de uma melhoria de estrutura aos visitantes que já mantinham fluxo neste território, pode-se afirmar que, entre os discursos e percepções dos moradores, fica evidente que a organização do turismo foi composta por um desejo comum de “não deixar a comunidade morrer”.

Quando questionados sobre como era a comunidade antes da atividade turística, os discursos apresentam a frequência de relatos que demonstram uma renovação, um novo movimento na vida da comunidade com o turismo, o que possibilitou um novo ânimo aos moradores. Uma das residentes, agricultora de 71 anos, afirma que o turismo “levantou” a comunidade, pois antes da organização da atividade até tinha certo movimento “[...] *mas depois os filhos foram saindo e foi ficando só os velhos, aí foi morrendo aos poucos. E quando começou o turismo levantou mesmo!*”.

O discurso se repete na fala de outra agricultora, 72 anos, se referindo às mudanças trazidas com os visitantes de turismo: “*Aqui em São João dos Mellos estava assim, famílias de já de idade, casal de idosos já e a juventude ‘tudo sai’ para estudar, pouca juventude tem aqui em São João... e agora pelas visitas que estão fazendo mudou, mudou muito!*”. Para outra moradora, a comunidade só está viva em razão do turismo: “*Ela existe sim, por causa do turismo! É porque senão ia ficar em nada aqui... pelo que a gente tá vendo termina os “véio” fica em nada...*”

Para outra agricultora, de 37 anos, antes do turismo “[...] *era parado! Tinha bastante gente que estudava e não ficava aqui, tanto que agora também não ficam ... mas tem mais gente de fora querendo vir para cá!*”. Para um agricultor, 64 anos, o turismo “*deu, uma reagida porque tem comunidade por aí que estão se sumindo, dá pra dizer! E essa daqui, ainda tá se mantendo, apesar de que ... as famílias são pequenas, não tem muito filhos aqui, estudam e vão pra fora e depois não voltam... mas os que estão aqui estão ainda*

permanecendo, uma segurada deu...” se referindo às benesses da nova dinâmica trazida com a atividade.

Outro ponto observado nas entrevistas é que o turismo permitiu o fortalecimento da comunidade em relação às demais do entorno. Para a agricultora de 62 anos: *“Ah...mudou bastante aqui, mudou, assim, no sentido do movimento com o turismo... é uma coisa boa que nós temos aqui. O bom é que as pessoas estão vindo aqui e estão levando conhecimento para fora. Eu penso assim, né? E eu acho que a nossa comunidade está crescendo, está expandindo para fora daqui, não ficou só aquele miolinho ali...”*

Para outro morador, o turismo *“dá um ânimo ‘pras’ pessoas que estão aqui né? Tem algo que é de bom né? É bastante falado, onde tu for o pessoal fala, pergunta: ‘ó’ eu sou de lá! Conhece o fulano de tal? Conheço... Então acho que nesse sentido melhorou! O reconhecimento da pequena comunidade e sua fama permitiram a construção de uma percepção bastante positiva, por parte dos residentes, em relação ao desenvolvimento do turismo na comunidade. Não houve nenhum entrevistado que expressou qualquer reação não favorável ao turismo.*

Para esta agricultora, o turismo foi de grande importância para a comunidade, sobretudo no que contrapõe às dificuldades enfrentadas no campo. Em tom de desabafo e expressando frustrações com o trabalho rural, afirma:

Acho que a coisa mais importante que teve aqui em São João foi essa atividade aí! E claro que quanto mais puder melhorar para nós ‘é melhor’. E acho que para a juventude é melhor ainda! Porque se não tem aonde ‘eles trabalhar’... trabalhar em lavouras também é ‘brabo’! E hoje está tudo tão difícil... está tudo caro, poucas coisas, poucas terras também para trabalhar... Esses pais de família que tem filhos, eu digo que trabalhando no turismo não precisa estar mais plantando fumo, plantando essas coisas...lidando com veneno, ‘tá louco’...

Essa percepção otimista se deve, em parte, ao processo de organização do turismo, que se deu endogenamente. A iniciativa ocorreu em razão de um fluxo turístico pré-existente na comunidade em razão do Jardim das Esculturas. Tendo a ideia partido dos próprios moradores, a organização do turismo materializou-se de forma comunitária, sendo que uma das justificativas para o desenvolvimento da atividade era justamente dar outros rumos à comunidade. Segundo a atual presidente da Associação Pró-Turismo:

São João tinha que progredir, ir pra frente porque tem os filhos da gente... tu sabe que estudam, saem e vão deixando, né? E a gente pensou...disse bah, se todo mundo vai saindo, vai saindo, São João termina, né? Vai sumir né? Tanto que esses outros

lugares ali estão terminando né? Tava mais ou menos indo no nível, e ultimamente tá evoluindo pra melhor ... tava muito apagado aqui... nossa cara... tu, tu imagina?

Como pode ser observado no discurso da Presidente da Associação Pró-Turismo, que também é agricultora e residente da comunidade, assim como pelo conjunto de discursos dos entrevistados, o espaço rural de São João dos Mellos está a sofrer um conjunto de mutações que derivam da urbanização. Ao mesmo tempo em que se tem uma erosão das antigas estruturas da comunidade essencialmente agrícola e um esvaziamento populacional mediante aos reflexos do capitalismo, o que põe em causa a sobrevivência desta sociedade rural, há uma tendência à resistência e também adaptação da comunidade em relação a este processo.

Assim, consideramos que o turismo pode ser compreendido como um fenômeno que permite a reconfiguração das estruturas da comunidade a ponto da mesma conseguir se adaptar às novas condições impostas pelas verticalidades neste território. Concorde-se com Carmo (2009, p.254) ao afirmar que “o fenômeno da pluriatividade é o que melhor identifica essa capacidade de resistência e de adaptação da agricultura campesina”. Dessa forma, pode-se afirmar que a produção do espaço turístico de São João dos Mellos conforma um “momento do território” mediante a “regulamentação global do sistema econômico” (PECQUEUR, 2009). Para melhor compreender as condições que permitiram o desenvolvimento do turismo na comunidade, estuda-se o seu atrativo principal, uma vez que foi o mesmo que deu origem a todo o movimento que hoje se estabelece neste território.

4.2 O Jardim das Esculturas

O Jardim das Esculturas é o resultado do trabalho de Rogério Bertoldo. Sua trajetória, assim como dos demais membros da comunidade, liga-se à imigração italiana. A família Bertoldo está vinculada à história de São João dos Mellos e desde 1919 as diferentes gerações desta família se dedicaram à agricultura neste território. Rogério Bertoldo é, assim, filho de agricultores e sua trajetória está intimamente ligada à história dessa região e aos aspectos identitários dessa comunidade. Segundo o próprio Rogério, muito de sua trajetória está ligada ao campo, alegando que por muito tempo pegou na enxada, lavrou com boi e plantou naquele território.

Segundo o próprio escultor, desde sua infância ele se interessava por artes marciais, filosofia oriental e yoga. Tendo tido acesso a livros sobre estas temáticas, o gosto perdurou até

sua juventude, momento em que foi estudar artes marciais em Santa Maria. Se apropriando de diferentes técnicas de luta, Rogério passou a ministrar aulas de artes marciais em São João dos Mellos. Segundo um agricultor que foi um de seus alunos, Rogério ministrava aulas em um galpão nas terras de seus pais e contava com aproximadamente 40 alunos.

Mas além do interesse por artes marciais, o que era incomum na tradicional comunidade rural, Rogério apresentava outro talento. Com uma habilidade nata, o agricultor e professor de lutas tinha hábito de realizar entalhes em pedra e madeira. Sem nenhum curso ou profissionalização na área, o escultor iniciou seus primeiros entalhes em pedras que ele mesmo coletava no entorno da residência de seus pais. Em razão dessas habilidades e o interesse pela temática oriental, Rogério, informalmente iniciou os seus primeiros trabalhos de esculturas que eram expostas em seu Jardim.

Sem fins comerciais, o jardim iniciou-se basicamente pelo prazer do escultor em realizar este trabalho. Por ser um atrativo diferenciado, logo as peças chamaram a atenção dos moradores do entorno e, por meio da divulgação oral, a fama do espaço começou a atingir um maior número de pessoas, o que fomentou um fluxo de visitantes advindos de diferentes localidades para conhecer o Jardim deste escultor. Segundo sua esposa: “[...] de 2005 até 2009, nós tínhamos assim o que era... era um...um agricultor que fazia algumas peças né?! Algumas peças de arte, então era uma coisa bem local...”.

Em razão de seu interesse pelo orientalismo e também do gosto do escultor por práticas de meditação, os trabalhos que seguiram foram vinculados em sua maioria a esta temática, mas muitas das obras também se referem à natureza, tendo várias esculturas de animais. O escultor, além de praticante de yoga, é vegetariano. Dessa maneira, seus gostos e crenças permearam em todas as obras, o que por si só já se constitui como um atrativo, já que nada parecido é observado nesta região de colonização italiana. Inicialmente, o escultor utilizava apenas machado, talhadeiras e facas. O material de base (pedra e madeira) era retirado dos arredores, caracterizado por paisagens naturais e relevo montanhoso.

Mas, além de esculpir obras para o próprio jardim, Rogério também fazia obras por encomenda. Vendendo esculturas (bustos e estátuas), o escultor foi melhorando os seus recursos materiais adquirindo novas ferramentas para entalhe e também matéria-base para esculpir, como a pedra-sabão. Muito da fama do Jardim das Esculturas se deve às obras comercializadas pelo escultor. Com diversos monumentos espalhados por várias cidades no Estado, parte do fluxo de visitantes foi movido pelo interesse em conhecer o autor de obras

referenciadas enquanto patrimônio público. São diversas as reportagens de jornais da região que divulgam monumentos que foram esculpidos por Rogério. Em 2008, por exemplo, em jornal de circulação na quarta colônia, observa-se a divulgação de uma das obras do escultor que se tornaram monumentos em cidades vizinhas.

Ilustração 3 - Nota na capa do periódico Integração Regional que circula na cidade de Restinga Seca e região⁶.



Fonte: Periódico Integração Regional.

Não apenas esta, como também outras obras estão espalhadas pelo entorno. O busto de Gaspar Silveira Martins, no município de Silveira Martins exposto na praça central; a estátua Pe. Luizinho Sponchiado em Nova Palma; o memorial em pedra sabão do Pastor Brauer exposto em Agudo, são apenas alguns dos exemplos dos trabalhos do escultor que referenciam personagens históricos e que ganharam fama em razão da divulgação em jornais regionais, dentre os quais se destacam Caderno Quarta Colônia e Cidades do Vale, dentre outros periódicos com circulação em outros locais. Neste processo, iniciava-se um fluxo de curiosos para conhecer o trabalho de Rogério em seu local de criação.

⁶A nota, divulgada na edição n. 444 de 2008, faz referência ao monumento exposto na praça central do município de Dona Francisca. De autoria de Rogério Bertoldo, a obra chama a atenção em meio ao cenário da pequena cidade.

A partir do “autofinanciamento”, o escultor começou a ampliar o número de obras no entorno de sua residência. Mas cabe destacar que este trabalho contava com o auxílio de outros membros da comunidade, que colaboravam coma produção do Rogério. Um de seus companheiros na comunidade afirmou “[...]eu me criei puxando pedra pra eles de trator, de reboque. O meu irmão, o pessoal da comunidade trabalhava. Aqui, onde tem aquele guichê deles, aí até lá em baixo nós enchemos tudo de terra... um ‘tanto assim’ de terra de trator! Puxando terra, de trator e plataforma, se unindo e fazendo um mutirão e coisa”.

Assim, nota-se que desde os primeiros trabalhos do escultor, quando nem havia a premissa de exploração turística, já havia um reconhecimento e contribuição por parte de pessoas da comunidade para a criação do jardim. Os discursos revelam um sentimento de orgulho e também o reconhecimento de ter feito parte dos primórdios da produção do espaço de exposição das obras. Compreende-se, assim, que o atrativo foi mais do que a iniciativa de um ator individual, pois sua construção é simbolicamente compartilhada por outros atores, conforme pode-se examinar neste relato:

[...] me lembro até hoje, a primeira pedra que eu meu irmão mais velho e o finado pai dele fomos buscar lá no Barreiro. Uma pedra... aquele, o leão que tem no pátio lá, o primeiro que ele fez, o primeiro leão, quem buscou ‘foi’ eu, o meu irmão, o pai dele, o meu irmão mais velho e o Rogério. Tava num perau assim ... aí ‘botamos’ o reboque pelo lado de baixo, aí a pedra desceu de cima, caiu no reboque e caiu lá em baixo de tão alto que tava. Daí, arrasta pra cima do barranco ... e quanto sofre e forcejar! É tudo assim, agora que pro fim tem mais coisa, mas quem começou foi assim né?! Nós íamos na parceria, e nunca se cobrava muita coisa né? Então, era na parceria, para iniciar ...”

Em outra entrevista, a agricultora destaca: “meu marido trabalhou uma época lá, trabalhou, ajudou a construir certas coisas, o galpão onde ele fabrica as estátuas agora...”. Como pode ser observado, as falas dos atores acabam por referenciar atos de cooperação que possibilitaram a produção do espaço atual. Há, assim, um sentimento de pertencimento por parte de outros atores na história do Jardim. Embora alguns dos serviços prestados pela comunidade para a produção deste espaço tenham sido remunerados, observam-se nos discursos dos interlocutores que o trabalho era realizado muito mais no sentido de auxiliar, prestar apoio, do que propriamente em razão da remuneração. Observa-se aqui, uma solidariedade que é frequentemente observada em comunidades rurais. Para Dencker (2007, p.06):

As trocas estão baseadas no reconhecimento dos indivíduos entre si enquanto parceiros em uma relação, o que torna provável que se formem laços de solidariedade em relações iniciadas com objetivo comercial, fazendo com que as relações avancem e se mantenham após o término da troca comercial.

Assim, pode-se dizer que a relação entre os moradores e a produção do jardim não é exclusivamente comercial. Trata-se muito mais de uma relação em que se sobrepõem os vínculos sociais, a solidariedade, do que uma atividade mercantil. Dessa forma, os discursos convergem no sentido de revelar um ato colaborativo para a produção daquele atrativo, que conforme já citado, foi inicialmente criado sem fins de exploração turística. O fluxo de visitantes que se instaurou no Jardim foi, na verdade, uma surpresa para os residentes. A gestora do espaço, esposa do escultor, afirma:

Eu me peguei de surpresa! Uma hora a gente chegou em casa e quando viu, o pátio que era todo aberto estava cheio de gente! Ai eu levei um susto porque eu descobri o que eu tinha: eu tinha um espaço que chamou a atenção e nós não 'tinha' uma infraestrutura mínima, nem 'pras' pessoas comprar um copo d'água. O que que a gente fazia?! A gente recebia as pessoas dentro de casa, literalmente a gente recebia as pessoas dentro de casa, porque parte das obras de madeira estavam expostas, que eram a grande ... as obras que mais chamavam a atenção ... por enquanto eram as ... as de madeira... estavam expostas dentro da nossa casa...

Dessa maneira, pode-se afirmar que o desenvolvimento do turismo em São João dos Mellos ocorreu de uma forma bastante peculiar. O jardim do agricultor Rogério Bertoldo, bem como sua casa, era apenas um espaço onde o agricultor guardava seu trabalho. Com a ajuda de outros membros da comunidade para a viabilização do trabalho, o seu acervo se iniciou sem qualquer pretensão de exposição para visitantes. Mas, alguns eventos foram significativos para que o atrativo se tornasse objeto de exploração turística e também uma possibilidade para desenvolvimento do turismo comunitário. Dentre eles, destaca-se o gradativo aumento do número de visitantes na casa do escultor, assim como o reconhecimento por parte de outros atores acerca do diferencial das obras de Bertoldo no cenário rural.

Nota-se, por meio dos relatos coletados nesta pesquisa e notícias vinculadas em jornais locais, que o crescimento do jardim acompanhou o de seu número de visitantes. O atrativo foi se estruturando conforme se observava o fluxo de pessoas que buscavam a localidade para conhecer o escultor. Mas, a fama é gradativamente estruturada mediante a divulgação do trabalho do escultor nos jornais. As primeiras notícias vinculadas ao Jardim datam do ano de 2006. Nesse período o trabalho do escultor já provocava um pequeno fluxo de visitantes na comunidade, mas a ideia de esculpir mais obras para exposição em seu jardim ainda era apenas um projeto do agricultor.

Em 2006, o Jornal Expressão de Júlio de Castilhos divulgava os trabalhos do escultor expostos no Evento Regional Expojuc. Segundo a própria matéria, o convite para exposição se deu em razão do então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Arnaldo Bertoldo

que chamou Rogério para expor seus trabalhos na Feira. Com o título “Esculturas em Pedra e Madeira foram um dos destaques da Expojuc”, a reportagem publicada em 30 de setembro de 2006 apresenta trechos de entrevistas com Rogério em que o mesmo afirmava sua vontade de construir um espaço com mais obras:

“Pretendo fazer um memorial com 60 peças, sendo que hoje estão prontas em torno de 07, todas em posição que lembram a ioga, sendo uma mensagem para o mundo na verdade. Se conseguir esse objetivo, quero mostrar que somos uma essência, não apenas o que todos nós aparentamos. Sendo uma filosofia de vida que me trouxe muito benefício, uma vez que pratico ioga todos os dias, uma homenagem a esta arte que é de origem espiritual que servirá para o mundo” (EXPRESSÃO, 30. Set. 2006).

Como pode ser observado no trecho divulgado neste periódico, embora houvesse poucas peças produzidas, o projeto do escultor era ampliar o seu acervo, sempre referenciando uma temática orientalizada. Contudo, além do projeto ainda incipiente para “fazer um memorial”, o trecho do jornal nos traz outros pontos a serem analisados. A publicação também é significativa acerca de como o trabalho do escultor já chamava atenção a ponto de ser objeto de exposição em um evento regional com a temática rural.

A Expojuc, realizada no município de Júlio de Castilhos, tem como objetivo possibilitar a divulgação de novos produtos e serviços na área rural, assim como permitir a integração entre o pequeno, o médio e o grande empresário deste setor. Dessa maneira, o evento tem feiras em que os envolvidos podem expor seus produtos. O diferencial do trabalho do agricultor Rogério é o que fomenta não apenas o convite para exposição na feira, mas também a divulgação no jornal local sob o título de “destaques da Expojuc”.

Após a exposição do trabalho no evento, Rogério segue com seu projeto. No início de janeiro de 2007, no jornal A Tribuna Regional que circula em Santo Ângelo e arredores, uma nova divulgação do trabalho de Rogério é realizada revelando que o número de obras já havia aumentado no Jardim. Com o título “Talento Talhado na Mente”, a reportagem de Hogue Dorneles afirma: “São 15 obras, mas outras 45 deverão ser produzidas para completar as 60 posturas básicas.”

As 60 posturas se referem aos movimentos básicos da prática de yoga. Interessante destacar que a matéria do jornal se refere exclusivamente ao trabalho do escultor e seus planos para obras futuras. Não havia, até este momento, uma organização turística do atrativo. Divulgando o trabalho do escultor, Dorneles destaca: “o trabalho de produção é intenso e num sistema praticamente primitivo. Numa espécie de galpão aberto, Rogério talha pedra e

madeiras inicialmente utilizando um machado e depois talhadeiras comuns” (A TRIBUNA REGIONAL, 28. Jan. 2007).

Assim, observa-se que as primeiras notícias às quais se teve acesso sobre o Jardim destacam estritamente o trabalho do artista, e não o destino de São João dos Mellos. As primeiras notícias que se referem ao atrativo enquanto objeto de visita se dão apenas no ano de 2008. Até este momento, o fluxo se dava apenas por curiosos e algumas poucas caravanas que se organizavam para realizar as visitas. Essas visitas passam a ser objeto de preocupação de Rogério e Giselda Bertoldo e, em 2008, o casal buscou divulgar o atrativo de forma organizada.

No jornal Expressão, de Júlio de Castilho, publicado em 7 de março de 2008 a matéria com o título “Memorial de Esculturas em Pedras será inaugurado no interior”, este momento fica evidente. A esta altura, o Jardim já estava com 70 esculturas, conforme consta neste jornal, e objetivo seria passar de 100 ou 150. Destacando a possibilidade de visita, assim como dias, horários e telefones para agendamento de visitas, o trecho do jornal expõe:

Quando a reportagem conversava com Rogério, constatamos inúmeras pessoas, de diferentes municípios da região que aportavam para conhecer as obras e as demonstrações de yoga por ele praticadas. Disse que em breve estará concluindo um local mais amplo para melhor expor seus conhecimentos aos visitantes sem cobrar nenhum centavo [...] Diante de dezenas de visitas semanalmente, sua esposa Giselda estabeleceu dias e horários para as visitas à propriedade que são as quartas-feiras, sábado e domingo das 14h às 18h, para que Rogério possa esculpir mais tranquilo seus trabalhos (EXPRESSÃO, 7. Mar. 2008).

Cabe destacar que até este momento, a visita ao jardim era gratuita. Em outubro de 2008, já com 87 obras prontas, o único lucro para manutenção do trabalho do escultor era advindo da venda de suas obras. De acordo com o jornal Expressão publicado em outubro de 2008, no caderno Panorama Regional n.3:

Segundo Giselda, constatou-se que a procura vem crescendo a cada mês, e toda a infraestrutura e melhorias que estão sendo feitas são oriundas dos recursos das obras comercializadas. Rogério e Giselda demonstram alegria ao receber visitantes da imprensa, que ao longo dos últimos anos vêm colaborando na divulgação de seu trabalho.

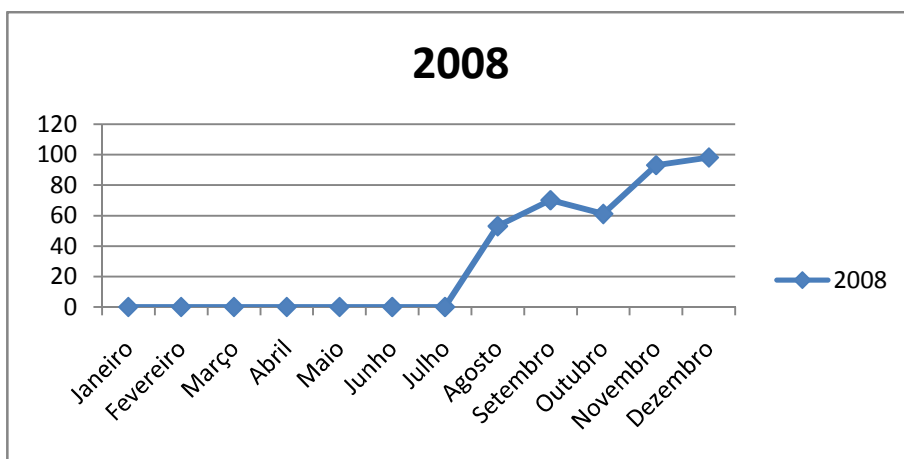
Embora não houvesse lucro direto advindo dos visitantes do jardim, cabe destacar que o crescente número de visitantes despertou no casal o interesse pelo processo de profissionalização no que diz respeito à recepção dos visitantes e à possibilidade de exploração do atrativo. Foi no meio do ano de 2008 que o casal passou a contabilizar o número de visitantes no jardim. Por meio das assinaturas de um livro de visitas, o casal

conseguiu ter dimensão do fluxo que se instaurava e resolveu investir nessa prática. Realizaram o cercamento do jardim, a cobrança de uma taxa de visitação, bem como um projeto de divulgação e de organização de excursões para atrair e melhor atender estes visitantes.

Embora não haja um controle rigoroso do registro de visitas, as análises desse material nos trazem um panorama do movimento de visitantes que passaram pela comunidade ao longo dos anos. Sendo assim, optamos por analisar esses livros de visitas como documento complementar para as análises da presente pesquisa. Como não havia nenhuma contabilidade desse material realizada formalmente pelos gestores, os dados aqui expostos tratam da contagem manual das assinaturas de cada um dos visitantes ao longo dos anos e meses em que houve a preocupação dos gestores de realizar esses registros.

Assim, os dados relativos ao fluxo de visitantes expostos nos gráficos dessa dissertação devem ser analisados com cuidado, pois apresentam informações oscilantes e muitas vezes defasadas. No ano de 2008, dentre os meses em que houve registro das visitas, pode-se constatar que haviam em média 75 visitantes por mês, o que gerou a expectativa por parte do casal para a possibilidade de turistificação do atrativo, visto que se trata de um número expressivo de visitas se tratando de uma pequena comunidade rural.

Gráfico 2 - Registros de visitas do ano de 2008.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse processo de turistificação do atrativo se deu uma forma muito intuitiva, cabendo à Giselda e Rogério, por meio de conversas com turistas e também observando exemplos de turismo no entorno, promover a atividade no local. Cabe destacar que a região da Quarta

Colônia já tinha uma rota turística consolidada e, embora São João dos Mellos não fizesse parte dessa rede, a observação de experiências com turismo no entorno permitiu que a ideia se solidificasse. Assim, em dezembro de 2008, com 97 esculturas, o casal passa a divulgar o “Jardim das Esculturas”, já referenciando um atrativo propriamente dito e buscando apoio por parte do município de Júlio de Castilhos.

No jornal Expressão, publicado em 26 de dezembro de 2008, sob o título “O Jardim das Esculturas é cartão postal da cultura castilhense”, os editores afirmam: “É importante que a comunidade de Júlio de Castilhos e região faça visitas para conhecer o que temos em nosso município [...] Na análise do editor Oswaldo Borges, o município deveria divulgar um pouco mais o trabalho deste escultor”. Observa-se, assim, que há um estímulo para ampliação do número de visitas, uma vez que ao longo de 2008 houve o processo de formatação do atrativo com vistas à visitação.

Tanto que, no ano de 2009, a fama do atrativo alcança maiores distâncias. Em primeiro de agosto deste ano foi publicada uma matéria de autoria do jornalista Renato Oliveira intitulada “Jardim chama atenção no interior de Júlio” no jornal Correio do Povo, de circulação estadual. No texto, o jornalista apresenta o atrativo e destaca que Rogério Bertoldo tem como objetivo “tornar a localidade de São João dos Mellos uma rota turística, para promover o desenvolvimento da região”. Citando a esposa do escultor, o texto complementa: “Quem vem ao Jardim das Esculturas assiste a algo totalmente inusitado para a realidade do interior”.

A divulgação de algo extremamente diferenciado para as perspectivas regionais é reafirmada na matéria jornalística com a citação do então secretário de Turismo de Júlio de Castilhos, Ildo Trevisan que “frisa que o Jardim das Esculturas tem sido um ponto de atração na região. ‘O município, que é carente na área do turismo, hoje conta com um local que vem chamando a atenção pelo trabalho desenvolvido por Bertoldo’” (CORREIO DO POVO, 1. Agosto de 2009). Interessante destacar que este mesmo texto jornalístico também foi veiculado no mesmo período na revista Águas da Serra, que circula nos municípios de Itaara, Santa Maria, Ivorá, Pinhal Grande, Silveira Martins e São Martinho.

Ao longo do ano de 2009, observa-se que o número médio foi de 68 visitantes por mês, ressaltando-se que as visitas registradas neste ano só ocorriam três vezes por semana, a ser, quartas, sábados e domingos no período das 14h às 16h, revelando elevados indicadores de fluxo. Com bons índices de visitas no mês de agosto em razão da divulgação dos jornais,

observa-se nos discursos relativos a este período a real premissa do casal em transformar o Jardim das Esculturas em amplo Parque Cultural.

De acordo com a matéria divulgada no Jornal Expressão em fins de dezembro de 2009, sob título: “Futuro parque cultural em Júlio de Castilhos”, neste período o Jardim já contava com 130 esculturas e estava em obras para melhor receber os visitantes. A construção de um quiosque, um espelho d’água, assim como outras melhorias para organização das visitas no Jardim foram as principais mudanças neste espaço no período. Em destaque, a maior obra do escultor também estava a ser finalizada neste ano. A figura de um gigante, de 5 metros de altura está entre as obras que mais chama a atenção dos visitantes no Jardim.

Ilustração 4 – Gigante sendo esculpido em frente à casa do escultor.⁷



Fonte: Acervo de Giselda Bertoldo

Com uma estrutura mínima para apoio aos visitantes, e obras para melhorias do espaço, assim como a proposta de impulsionar o atrativo por meio de novas esculturas, o ano de 2009 é bastante movimentado no Jardim. Contudo, ao analisarmos o gráfico 3, pode-se constatar períodos de bastante variação no fluxo de visitantes. Tais oscilações são explicadas em partes pela dificuldade de acesso dos visitantes ao Jardim. Embora o casal estivesse investindo em melhorias, o entorno não acompanhava a profissionalização do atrativo. Não havia, até este momento, estradas nem tampouco sinalização adequada para chegar a São João dos Mellos. Segundo o Jornal Expressão (2009, s.n):

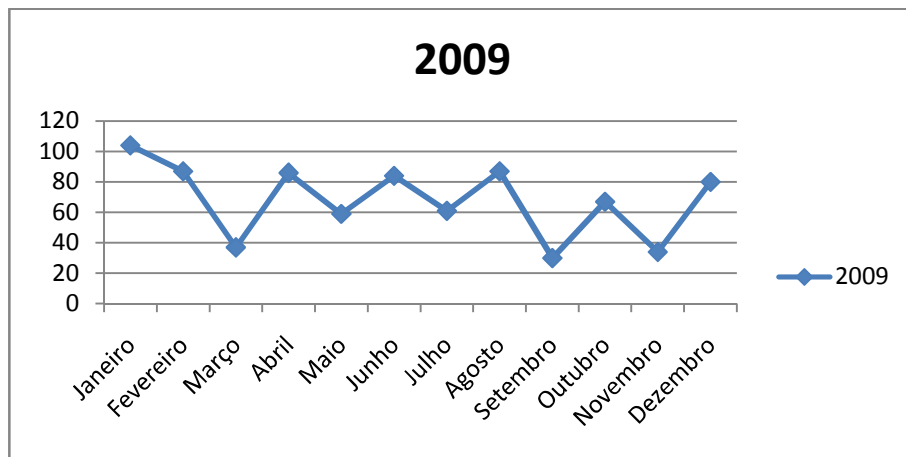
⁷O nome da obra é Sereno e chama atenção pela sua imponência.

[...] um dos problemas que aos poucos vem sendo solucionado é quanto a orientação para os visitantes com a colocação de placas indicativas, algumas já foram colocadas, mas os visitantes reclamam muito das condições da estrada que levam até o local.

Com períodos de chuva, muitos dos meses tiveram decréscimos no número de visitas, uma vez que as estradas para acesso mais curto ao local não são pavimentadas. A estrada que leva mais rapidamente a São João dos Mellos é a que liga a comunidade cidade de Nova Palma, um trecho de 8km de estradas de terra. Este é o acesso mais utilizado por visitantes vindos de Santa Maria e também da região de Porto Alegre, uma vez que esse acesso pode ser realizado aproveitando a passagem pelas cidades turísticas que compõem a rota da quarta colônia.

Contudo, as más condições das estradas, assim como a falta de sinalização foram fatores que dificultaram o acesso de visitante a São João dos Mellos, sobretudo nos períodos de chuva. Embora, exista um trajeto pavimentado, mais especificamente aquele que liga a comunidade a Júlio de Castilhos, o trecho de 32 Km acaba sendo pouco procurado por aqueles que vêm de grandes centros urbanos, uma vez que aumenta significativamente o tempo de deslocamento.

Gráfico 3 - Registros de visitas do ano de 2009 realizadas de quartas, sábados e domingos das 14h às 16h.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mas além dos problemas de acesso, há que se observar também que o atrativo encontrava-se isolado em relação à comunidade de São João dos Mellos, isto é, ainda não havia um produto turístico consolidado, havia apenas um empreendimento em meio a uma comunidade rural tradicional que já acompanhava a produção do espaço do atrativo e, indiretamente assistia ao aumento no fluxo de visitantes.

Mas cabe destacar que nesse processo há uma via de mão dupla: a comunidade já estava a construir um sentimento de pertencimento em relação ao seu atrativo e fortalecimento da identidade perante o reconhecimento da comunidade em relação às demais do entorno. A fama de São João dos Mellos coloca a comunidade em evidência e os discursos, conforme já citados, convergem no sentido de apropriação simbólica em relação ao novo movimento que o turismo, mesmo que de forma muito preliminar, vinha trazendo ao território estudado. Por outro lado, observa-se que os discursos dos gestores do Jardim eram de promover o turismo não apenas no atrativo, mas também o seu desenvolvimento de forma mais ampla, uma vez que o entorno não acompanhava o seu crescimento.

Da imbricação desses dois processos nasce um movimento comunitário em prol do turismo. De características totalmente endógenas, a comunidade e seu Jardim, se unem para o desenvolvimento do turismo entre fins dos anos de 2009 e início do ano de 2010. Segundo Giselda Bertoldo, o desenvolvimento do turismo em São João dos Mellos *nasceu daqui, não foi uma ideia que veio de fora, nasceu dentro... nasceu dentro do Jardim e foi pra comunidade*. Ainda segundo a residente, após conversar com seu marido sobre a necessidade de desenvolver o turismo:

[...] aí que eu fui... eu fui para a comunidade. 'Sentemos' uma hora e... sentamos e: 'olha' nós vamos ter que abrir a comunidade! Nós vamos ter que aproveitar os potenciais que tem em 'roda de nós' e 'abri' para que eles também possam se beneficiar com isso... aí eu fui pesquisando algumas coisas turismo rural no Estado e foi alguma coisa bem intuitiva mesmo... fomos pra comunidade, convidamos eles e olha: de 100% da comunidade nos chegamos a ficar em 60% da comunidade, que foi criada a Associação Pró-Turismo. E nós fomos, fomos dissecando bem isso, fomos vendo as pessoas que tinham interesse e que tinham talento nato pra isso, que gostavam de ter contato com pessoas, pois isso foi a parte importante né?!

A fala de Giselda destaca o momento em que a comunidade se reuniu para pensar em conjunto o desenvolvimento do turismo local. Foi por meio de reuniões entre os moradores que se chegou ao consenso da possibilidade de criação de um destino embasado pelo turismo comunitário. A adesão de forma direta de alguns moradores para a produção de bens e serviços relacionados ao turismo foi o que possibilitou a criação da Associação Pró-Turismo, que estudaremos de forma mais aprofundada a seguir. Conforme afirma Giselda Bertoldo, primeira presidente desta associação, este movimento contou com a adesão de 60% do total de famílias residentes na comunidade.

A conjunção comunidade-jardim tem como base referências do entorno da comunidade. Cabe destacar que a região da Quarta Colônia, neste período, já apresentava uma rota turística e gastronômica consolidada. Esta rota é composta por um conjunto de

municípios em que alguns atrativos a ser: propriedades rurais, serviços de alimentação e, sobretudo, agroindústrias familiares e pontos de vendas de produtos coloniais, são conjugados de forma a oferecer um produto turístico maior, integrando pequenos negócios. Muitos desses equipamentos e serviços que compõem a rota da quarta colônia existem desde fins da década de 1990, e recebem turistas desde a estruturação da rota que é amplamente divulgada no Estado.

Ilustração 5 – Mapa da Rota Turística e Gastronômica da Quarta Colônia⁸.



Fonte: Quarta Colônia: Rio Grande do Sul.

⁸O mapa temático apresenta as cidades e seus equipamentos e serviços, divididos em agroindústrias, cafés coloniais, restaurantes, pousadas, propriedades rurais e atrativos naturais e culturais.

Como pode ser observado no mapa temático (ilustração 5), São João dos Mellos não faz parte da rota da região turística da Quarta Colônia. Contudo, a sua proximidade física com os municípios que constam no mapa, assim como a identificação cultural com esta região, permitiu o reconhecimento de práticas de turismo realizada por outros atores em territórios vizinhos. Isto é, a comunidade de São João dos Mellos, desde o início das atividades do Jardim das Esculturas, esteve permeada por experiências de turismo rural realizadas em localidades realmente muito próximas. O turismo rural é uma realidade regional, mas cabe destacar que a comunidade estudada apenas assistiu distantemente a este movimento que se consolidava no entorno, sem participar de nenhuma destas atividades.

Quando houve o momento da tomada social da comunidade para o desenvolvimento do turismo, as experiências observadas na realidade do entorno certamente inspiraram algumas das ações por eles realizadas. A venda de produtos coloniais, a possibilidade de hospedagem familiar, a oferta de serviços de refeição com pratos típicos, são práticas observadas em grande parte dos municípios que compõem a rota desde 2005 e que, de certa forma, auxiliaram na produção do destino comunitário de São João dos Mellos no ano de 2010. Consideramos que muito do “trabalho intuitivo” que conformou as ações da criação da Associação Pró-Turismo, foi referenciado na experiência regional.

Isto porque o acesso à informação por parte dos agricultores residentes em São João dos Mellos era e ainda é extremamente difícil. Muitos dos residentes nunca tiveram acesso ao computador ou à internet. Outros tiveram acesso ao telefone apenas recentemente. Ainda hoje, a comunicação é deficiente na comunidade, que apresenta poucos pontos de acesso à rede de telefonia móvel. Com raras exceções, grande parte da comunidade não tem acesso às mídias virtuais. As falas dos residentes são significativas desse processo. Quando questionados sobre as principais dificuldades presentes no turismo, há a recorrência do tema comunicação.

Observa-se na fala da atual Presidente da Associação Pró-Turismo que muito do que se aprendeu em relação ao turismo foi por meio de “conversas”, contato pessoal, visto que *“[...] existe, existia pouco, algum que outro telefone... não tinha telefone, era algum que outro que tinha telefone! Então era assim a boca de um... de outro...’era’ poucos! Agora que faz uns 3 ou 4 anos pra que tem internet que tá indo né?!”*. Ou seja, antes de 2010 as dificuldades de comunicação eram comuns. Assim, coube aos residentes trabalhar o turismo basicamente por meio da observação de seu entorno.

Para este agricultor, 49 anos, a falta de possibilidades para se comunicar é um problema: [...] *porque veja o seguinte: você mesmo, por exemplo, “Deus o livre” se um familiar seu precisar entrar em contato contigo agora! Eu acho que você está no final do mundo!* Ainda segundo este ator, há uma contradição na falta de comunicação, que é observada por muitos turistas como algo positivo, de acordo com seu depoimento:

Muitas vezes as pessoas não entendem né, que como que não pega a antena de telefone? (risos). Ai outros dizem assim: ‘não, mas eu prefiro sair do urbano pra me esconder eu não quero nem que o meu telefone pega’ ... Não tem problema! Desliga! Porque alguém quer que pega, entendeu? Então é nesse sentido né?! Então assim, eu acho que é importante isso né?!

Para outra agricultora, as dificuldades com a comunicação se estendem, inclusive, aos turistas:

Porque aqui se tu não tens uma antena em cima de casa não pega! Para eles também se comunicar às vezes com a família em casa... Quantos que vem às vezes aqui pedir o telefone ou tem que ir lá numa coxilha lá em cima, ou tem que ir caminhar lá longe, descendo o cerro de Nova Palma para poder falar? Aqui a gente não tem sinal nenhum!

A afirmação dos entrevistados é significativa do desejo que muitos deles têm de ter acesso facilitado aos meios de comunicação. Para esta agricultora, para que o turismo melhore na comunidade: *“a primeira coisa é o telefone, um pouco de tecnologia! Não tem internet, não tem nada...* Pensando sob esta perspectiva, observa-se que o planejamento da atividade foi, assim, realizado localmente e com base nos saberes construídos a partir de referências regionais, transmitidos, sobretudo, por meio da oralidade, uma vez que o acesso a informações via internet é dificultado, inviabilizando outros gêneros de pesquisas para a produção do turismo.

Como não houve a interferência de agentes externos no processo de iniciação ao turismo, constatou-se que a formação do território turístico de São João dos Mellos merece atenção por suas especificidades em relação à construção do produto pela comunidade. Sendo assim, estudar-se-á no item a seguir como a comunidade se uniu e desenvolveu o turismo.

4.3 A comunidade e o seu Jardim: o início do turismo comunitário

O início do turismo organizado na comunidade de São João dos Mellos foi realizado por meio conversas entre os moradores. A iniciativa partiu dos gestores do Jardim das Esculturas, mas cabe destacar que características da comunidade como a solidariedade e o

hábito de agir coletivamente foram essenciais para que o projeto tomasse forma e se desenvolvesse. A ação coletiva é frequentemente observada em comunidades rurais. Compreende-se que a ação coletiva é uma estratégia instrumental, ou seja, uma atividade em que se conjugam os objetivos individuais em correspondência com o bem público.

De acordo com Ostrom (2004), em comunidades rurais é frequente este tipo de ação em razão da necessidade de gestão dos recursos comuns. Por exemplo, de acordo com a autora, quando as pessoas que vivem em áreas rurais plantam ou colhem de forma conjunta, utilizam-se espaços comuns para comércio de produtos, quando realizam sistemas conjunto de irrigação e ainda, quando se reúnem para discutir sobre as regras dessas questões, estão a realizar ações coletivas. Em São João dos Mellos muitas dessas ações estão presentes. Mais de uma associação é encontrada na comunidade com o objetivo de organizar os recursos comuns.

Para gerir a água, cuidar do salão comunitário, para a gestão dos grupos religiosos, a comunidade de São João dos Mellos se organiza com pequenas associações que se responsabilizam por estas e outras ações. Há uma divisão do trabalho entre os moradores com o objetivo de promover o bem estar comum. Sendo uma prática recorrente, com o turismo não foi diferente. No momento em que o casal gestor do Jardim das Esculturas convidou a comunidade para compartilhar a ideia de criar um destino turístico, foi organizada uma reunião com todos os moradores, aproveitando-se o hábito que a comunidade já tinha de se reunir para discutir assuntos em comum.

Nesta primeira reunião a ideia foi exposta à comunidade e, a partir dela, foi criada uma comissão para pensar o turismo de forma conjunta. Interessante destacar que estas ações foram muito bem documentadas pela comunidade. Utilizando um livro ata, todas as reuniões contaram com um resumo do ocorrido e assinaturas dos envolvidos. Redigidas manualmente, estes documentos encontram-se guardados com uma moradora responsável por estes arquivos. No início de março de 2010, os moradores realizaram o seguinte registro sob o título de abertura do livro “Projeto de Turismo Rural/ Jardim das Esculturas da Comunidade de São João dos Mellos”:

Aos 8 dias do mês de março foi convocada uma reunião pelo Jardim das Esculturas e lideranças da comunidade para tratar de assuntos de desenvolvimento e turismo em São João dos Mellos, sendo que foi maciça (*sic*) a presença da comunidade, cerca de 60 pessoas adultas se fizeram presentes, entre estas estiveram apoiando e prestigiando o encontro Oswaldo Borges, representando o Jornal Expressão e rádio cultura de Júlio de Castilhos. Na oportunidade várias lideranças se manifestaram: Rogério

Bertoldo em nome do Jardim das Esculturas, Alexandre Zanon, representando o Conselho Comunitário, José Alencar Zanon a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, Leila Zanon, as lideranças religiosas, entre as inúmeras manifestações de apoio ao novo empreendimento (ATA DO PROJETO TURISMO RURAL, 8 de março de 2010, p.1).

Observando o texto, um ponto importante a se destacar é o termo utilizado no título do projeto: “Jardim das Esculturas da Comunidade de São João dos Mellos”. Esta expressão é bastante significativa e simboliza o sentimento de pertencimento, de identidade da comunidade em relação ao atrativo. Isto é, apesar do atrativo estar localizado na residência de um morador, há simbolicamente um envolvimento por parte da comunidade com o espaço das esculturas e isso acaba se materializando tanto nas falas dos residentes quanto nos registros oficiais. O projeto da comunidade conjuga a formação de uma nova territorialidade em que a transformação de um espaço privado é absorvida e compartilhada, gerando um novo sentimento de identidade.

A identidade que traz a ideia de “jardim da comunidade” é justamente o que permite o apoio e a adesão de boa parte dos residentes em relação ao turismo. Como pode ser observado no trecho da ata transcrito anteriormente, as diversas lideranças locais se manifestaram favoráveis à atividade. Observa-se aqui a presença das organizações sociais locais promovendo ações coletivas em prol de um recurso que é simbolicamente partilhado: o Jardim. Mas, as ações vão além do espaço do atrativo. O objetivo era tratar de assuntos referentes ao “desenvolvimento” e ao “turismo”.

Importante destacar que ambas as expressões são recorrentes nos textos que se referem a este processo na comunidade. Sobretudo nos jornais, os dois termos são frequentemente utilizados de forma conjunta. No Jornal Cidades do Vale, uma matéria publicada em primeiro de abril de 2010 enfatiza no título: “Esculturas que podem desenvolver uma comunidade”. No texto, verifica-se que a expressão desenvolver está associada às transformações e melhorias preconizadas por meio do turismo:

Neste projeto, não é apenas um ou dois que estão envolvidos, mas sim toda a comunidade. O mesmo tem como objetivo, que sejam criadas pousadas familiares, um restaurante – o que já tem, trilhas ecológicas, e tudo o que possa desenvolver aquela pequena comunidade no interior de Júlio de Castilhos [...] O projeto busca desenvolver toda a comunidade. Hoje temos restaurante, temos um moinho que seria destruído e não foi, hoje temos pontos turísticos – comenta Giselda (CIDADES DO VALE, 1 de abril de 2010, p.14).

A ideia de “desenvolvimento” da comunidade aparece frequentemente vinculada às mudanças trazidas com o turismo. Isto porque, conforme já explicitado, o movimento trazido com a presença dos visitantes e o reconhecimento da comunidade rural em relação às demais do entorno, são fatores significativos para a formação de uma ideia de progresso, melhorias na comunidade, atreladas à ideia de “desenvolvimento” na fala dos atores.

Para a Presidente da Associação Pró-Turismo, a atividade está “desenvolvendo” a comunidade em razão do seguinte motivo: *“olha se não tivesse isso, olha meu Deus, São João tinha sumido! São João tinha sumido! Não tem...não tem...é ‘que nem’: tu já ouviu falar do Barreiro? Já ouviu falar de Santa Terezinha? Não tem!”*. Demonstrando orgulho do destaque de São João dos Mellos e também alívio pelo turismo ter transformado o espaço em que vive, a entrevistada afirma: *“ah...o turismo desenvolve!”*

Em uma percepção complementar a esta ideia de desenvolvimento, uma agricultora afirma: *“Depois que veio o turismo a gente começou assim, por exemplo, ‘nas casas’ a gente mudou... plantou mais flor... arrumar mais! Agente sempre arrumou bastante né?[...] Eu dei pousada ali para os caminhantes... a gente conheceu pessoas de outros lugares! Foi bom porque a gente teve experiência né? Eles lá tem um jeito e a gente já tem outro! Eu gostei muito, a gente se desenvolveu!”*. A fala da agricultora atrela a ideia de desenvolvimento a dois fatores: às transformações espaciais e à possibilidade de aprendizagem em relação a uma cultura diferente, proveniente do encontro com o turista.

Reforçando a percepção positiva e transformadora do turismo, este agricultor utiliza a expressão desenvolvimento interligada à ideia de crescimento: *“Tanto a Associação Pró-Turismo como o Jardim eu acho que é uma alavanca, é uma alavanca pra desenvolver né?! ... de alguma forma o desenvolvimento da comunidade e região né?!”*. Mas cabe destacar que o termo, apesar de recorrente no sentido de progresso, está sempre vinculado nos discursos às transformações espaciais e sociais. O fator econômico é pouco enfatizado pelos atores.

Isto é, apesar do turismo ser uma possibilidade de fonte de renda, observa-se que os discursos dos atores envolvidos na produção da atividade não têm essa premissa como principal pretensão. Quando questionados acerca dos ganhos econômicos com o turismo, as respostas convergem no sentido de que a atividade não gera um ganho significativo na renda familiar.

Isto é, trata-se um complemento que de certa forma auxilia, mas não necessariamente compõe uma renda mensal de valor significativo a ponto dos envolvidos destacarem a mesma. Para a agricultora, as suas participações com venda de produtos “*complementam a minha renda, sempre ajuda com alguma coisa... Ainda mais que a gente teve as duas filhas que estudaram para fora, então sempre tudo ajuda, tudo soma...*”

Exemplificando tal condição esta agricultora que vende produtos coloniais aos visitantes afirma: “*Eu não vou lá vender um pacote de bolacha, um pão pensando que é um lucro que eu tenho, é minha autoestima que está indo lá [...] não me interessa se eu vou ganhar ou vou perder lá. Eu não passo prejuízo, mas eu também não vou ficar contando com aquilo que nós vamos vender*”.

Interessante destacar que muitos residentes que participam da atividade turística têm essa mesma percepção. Os ganhos advindos do turismo não são o fator mais importante para o envolvimento dos residentes nesta atividade. A autoestima, a motivação, a alegria, são sentimentos que estão presentes nas afirmações dos moradores quando abordam sobre os ganhos advindos do turismo. Os sentimentos preponderam sobre os ganhos materiais.

Uma das residentes, ao falar sobre os ganhos advindos da venda de seus produtos ressalta que se sente motivada com seu trabalho, demonstrando que há muito mais orgulho envolvido no ato da produção do que propriamente a expectativa do retorno financeiro. A agricultora afirma: “*Eu me sinto mais motivada e a gente se arrepende de não ser mais nova, para a gente poder fazer mais...*” revelando o gosto e prazer pelo trabalho desenvolvido.

Para outra agricultora, em tom entusiástico, o turismo “*é uma coisa que incentiva a gente! A gente se prepara, tu vai receber eles... dá uma alegria! Às vezes a Maria vem aqui e diz: olha! Tem uma excursão que vem! A gente já fica antenado e cuidando né?!.* Esse enfoque, em que o turismo é apresentado pela comunidade como algo que promove o bem estar individual e a menor ênfase dos ganhos financeiros é observado desde o processo de criação do projeto de turismo rural em 2010.

Quando realizada a primeira reunião entre os residentes, verifica-se que o fator propulsor da atividade estava interligado à ideia de colaborar com ações que visavam o bem estar comum, muito mais do que propriamente pela possibilidade de diversificação de fontes de renda. A própria criação do projeto “Turismo Rural/ Jardim das Esculturas da

Comunidade de São João dos Mellos” deixa esse objetivo muito claro. Na ata da primeira reunião dos moradores para desenvolvimento do turismo, afirma-se:

Também foi criada uma comissão, a qual irá eleger metas e iniciativas devido à crescente demanda de visitantes que têm passado pelo Jardim das Esculturas, visando proporcionar às pessoas e comunidade melhor acesso e estrutura de comodidade e conforto (ATA DO PROJETO TURISMO RURAL, 8 de março de 2010, p.1).

A meta dos moradores ao desenvolver o turismo, ao que tudo indica, esteve frequentemente vinculada à promoção das melhorias espaciais com o objetivo de dar melhores condições “comodidade e conforto” aos moradores e turistas. Assim, quando criada a comissão comunitária para o desenvolvimento do turismo, o objetivo era de unir esforços para pleitear recursos e ações por parte de atores externos para melhorar condições estruturais de São João dos Mellos.

Prova disso é que apenas dois dias depois da criação da comissão, em 10 de março de 2010, os moradores se reuniram novamente para definir as prioridades vinculadas ao turismo que seriam tratadas em uma reunião da comunidade com o Prefeito do Município de Júlio de Castilhos. De acordo com o registrado na ata, a comunidade tinha as seguintes reivindicações:

Arrumação das estradas, colocação de resíduo asfáltico, colocação de lixeira nas praças, terraplanagem e mudança da estrada próximo ao Jardim das Esculturas, a manutenção e possíveis melhorias na iluminação pública, elaboração de projeto para captação de recursos visando futuras melhorias na comunidade, como calçamento e construção de pórticos (ATA DO PROJETO TURISMO RURAL, 10 de março de 2010, p.3).

Como pode ser observado, as solicitações da comunidade se vinculam, sobretudo, às melhorias espaciais. Compreende-se que muitas dessas reivindicações partiram dos gestores do Jardim, visto que o entorno necessitava acompanhar o crescimento do empreendimento. Contudo, observa-se também que tais reivindicações são assumidas de bom grado pelos residentes, uma vez que transformações no espaço público seriam benéficas para todos os moradores.

Unidos pelos objetivos de bem-estar comum, a comissão leva estas e outras solicitações para a uma reunião convocada pela comunidade para exposição destas ideias ao poder executivo. Mas cabe destacar que estas não são as únicas ações realizadas pela comunidade em prol do turismo. Os moradores também se reuniram de forma a organizar outros atrativos, além do Jardim das Esculturas, para que os visitantes da comunidade pudessem ter acesso a um produto turístico mais abrangente, envolvendo um maior número de equipamentos e serviços que iriam compor o destino São João dos Mellos.

Como primeiro movimento neste sentido, os moradores se dividiram para ofertar os seguintes serviços além do Jardim: pousadas familiares, trilhas, restaurante, artesanatos, massoterapia e casa de chás. Essa primeira divisão organizativa do turismo levou em consideração estruturas pré-existentes na comunidade e necessidades observadas nas falas dos turistas. Assim, em razão dos constantes questionamentos acerca de hospedagem na localidade, foi criada a hospedagem na casa de alguns moradores que já dispunham de espaço para receber visitas familiares, o que poderia ser aproveitado para o turismo.

No que tange às trilhas, se deu em razão da potencialidade paisagística de São João dos Mellos. As estradas rurais contornadas por relevo montanhoso já eram por si só atrativos para os visitantes do Jardim. A proposta foi aproveitar esse potencial por meio de trilhas guiadas. Quanto ao restaurante, já existia uma pré-estrutura de uma moradora que tinha um pequeno comércio na comunidade, um “bolicho” para venda de alguns produtos do gênero mercearia. Aproveitando a estrutura existente, o espaço foi transformado em restaurante, uma vez que os visitantes muitas vezes procuravam um local para fazer refeições na localidade.

Como muitas mulheres da comunidade já se dedicavam ao artesanato, a intenção foi aproveitar as habilidades já existentes e criar um espaço para a comercialização desses produtos. Buscando ir além, uma moradora que já prestava serviços de massagem na comunidade se inseriu na construção do produto com a possibilidade de massoterapia aos visitantes. No mesmo viés, uma moradora reconhecida por fazer chás e remédios caseiros para a comunidade incluiu seus serviços por meio da “casa de chás” aberta aos turistas.

Essa primeira divisão de trabalho que constituíram os primeiros passos do turismo comunitário foi realizada pelos próprios moradores, com base em algumas referências do entorno e, até mesmo, pelas ideias trazidas pelos próprios visitantes. Não havia, até este momento, nenhum tipo de capacitação para o turismo e todas as ações foram realizadas de maneira empírica. Assim, todas as ações e as pretensões dos residentes foram embasadas em concepções de turismo formuladas localmente. No Jornal Expressão, mídia que realizou a cobertura da reunião em que esse projeto foi idealizado, se tem o destaque:

Hoje o Turismo é uma oportunidade de mostrar aos visitantes o que tem São João dos Mellos e inserir quem sabe num futuro próximo a Rota Turística, com passeios através de trilhas às margens do rio, sangas, cachoeiras, natureza, fauna e flora, além do antigo moinho na fabricação de farinha, artesanato, crocheteiras, medicina alternativa, gastronomia e tantas outras potencialidades. A reunião foi um sucesso e diversas famílias já se dispuseram a hospedar visitantes (EXPRESSÃO, 9 de março de 2010, p.14).

Dessa maneira, as ações que seguiram após o acordo da comunidade de promover o turismo, se vincularam à estruturação dos equipamentos e serviços criados por eles. Aproveitando-se do antigo moinho de farinha, um novo atrativo foi criado, já que os visitantes, em sua maioria advindos de centros urbanos, demonstravam curiosidade sobre equipamentos como estes. Mas cabe destacar que, até este momento, as estruturas existentes na comunidade eram bastante precárias. Não havia calçamento, a iluminação pública era deficiente e, segundo os próprios residentes, as casas da comunidade, em sua maioria muito antigas, resguardando em média três gerações diferentes de moradores, apresentavam um “ar de abandono”.

As transformações espaciais geradas por meio do processo turístico foram pontos destacados nas entrevistas realizadas com os moradores. Coube aos residentes realizarem muitas das ações que visavam melhorar o espaço em que viviam com o objetivo de promover o turismo. Assim, além das reivindicações ao poder público, os moradores também se reuniram em mutirões para aprimorar a fachada de suas casas objetivando “embelezar” os caminhos por onde passavam os turistas.

Importante destacar que para chegar ao Jardim das Esculturas, os turistas necessitam passar por um trecho da área central da sede administrativa de São João dos Mellos. O trajeto realizado pelos visitantes segue uma estrada principal, que interliga diversas moradias. Ao longo desse trajeto, foi aproveitado o potencial de cada morador para compor um caminho turístico.

Assim, mediante a construção desse percurso, os moradores sentiram a necessidade de reorganizar as frentes das residências objetivando compor um núcleo de atrativos. É a partir desse movimento que se destacam as primeiras grandes transformações no espaço turístico da comunidade. De acordo com uma das residentes, as ações promovidas em prol do turismo permitiram as melhorias na comunidade:

Foi através da comissão que as casas melhoraram bastante. A minha ainda não é boa, mas eu não tinha quase nada... quando eu pude arrumar o pátio e o jardim e plantar flor... Porque através da comissão que a gente plantou bastante flor! Eu achei ótimo isso! A gente que viu São João dos Mellos... agora a gente fica assim, admirado!

Segundo a Presidente da Associação Pró-Turismo, o espaço *mudou, mudou muito! Ih! As casas assim mudaram do dia pra noite! Não era assim... aqui São João não era bonito assim! Tudo, tudo, tudo, começa de ‘lá’ diante... vem até ali adiante... não era assim, era puro*

mato, era lixo, lixo, lixo, mato e árvore! Agora todo mundo, que não é da Associação também arrumou na frente, mudou!

As repetições das palavras observadas no discurso indicam a ênfase, a relevância que as transformações tiveram sob a percepção da interlocutora. De tal modo, que todos os membros da comunidade, inclusive aqueles que não atuavam diretamente com produtos e serviços relacionados ao turismo, aderiram ao movimento. Se anteriormente os espaços estavam abandonados, tomados pela vegetação e sem cuidados, o movimento comunitário possibilitou a reapropriação desse espaço físico de forma a renová-lo, dar outros usos, produzindo um novo sentimento em relação ao lugar, dando origem ao início do território do turismo rural comunitário.

Mas nesse processo cabe o aprofundamento de algumas questões. Toda a comunidade foi convidada a participar do processo turístico. A criação da primeira comissão comunitária para pensar o turismo, em março de 2010, permitiu que algumas lideranças, em conjunto com alguns moradores que já tinham algumas habilidades, configurassem o primeiro cenário do processo de turistificação de São João dos Mellos. Mas mesmo aqueles que não participaram diretamente desta comissão demonstraram apoio às ações realizadas pela mesma.

Analisando as atas das reuniões da comissão responsável por organizar o turismo, observou-se que quando realizada a reunião com o poder executivo municipal para pleitear melhorias na comunidade, as diversas lideranças locais estavam presentes, tais como o sindicato dos trabalhos rurais e o conselho comunitário. As reivindicações, embora motivadas pelo turismo, o ultrapassavam, pois conforme já citado, tratava-se de melhorias que visavam o bem coletivo e não apenas aqueles que estavam participando diretamente da atividade.

Mas cabe destacar que nesta reunião, realizada em 15 de março de 2010, a comunidade estava também a solicitar capacitação para o turismo. Um dos pontos levantados nesta ocasião foi a necessidade de se ter um treinamento para o turismo rural e sobre a possibilidade de uma excursão a locais onde já existisse turismo rural, para que os agricultores pudessem aprimorar o trabalho desenvolvido a partir da observação de outras experiências existentes. Interessante destacar que essa solicitação partiu da própria comunidade e representa o desejo que os envolvidos tinham no processo de construção do destino turístico.

Essa solicitação representa um primeiro movimento da comunidade buscando parcerias com agentes externos para alavancar o processo turístico. Neste contexto, verifica-se

que a primeira relação em busca de alianças por parte da comunidade se dá com o poder executivo. Mas neste processo, outros atores acabam por se fazer presentes ao longo da trajetória de construção do turismo rural, tais como a EMATER-RS/ASCAR, o SENAR, as agências de turismo, bem como agentes de turismo do poder público municipal. Acerca desse processo, que gerou alianças e conflitos na produção do território turístico de São João dos Mellos nos aprofundaremos no próximo capítulo.

Com a presença destes atores, muitas transformações ocorreram no espaço de São João dos Mellos e como estas mudanças partiram dos próprios residentes, contando com a colaboração dos atores externos, optamos por apresentar de forma aprofundada no próximo item todas as ações endógenas que possibilitaram estas mudanças, revelando nesse processo as principais transformações espaciais para, em seguida, apresentar as relações de aliança e de conflito geradas neste contexto.

4.4 Produção do território turístico de São João dos Mellos

A produção do território turístico de São João dos Mellos, por ter sido realizado de forma endógena, valorizou os saberes dos agricultores na construção do produto turístico. Dessa forma, observou-se que ao longo do processo de construção dos equipamentos e serviços de apoio ao turismo, a história da comunidade, sua identidade cultural sempre foram elementos valorizados, por mais que houvesse influências de atores externos nesse processo. Essa característica, contudo, muito deve à existência de uma organização formal criada e gerida pelos próprios moradores: a Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos.

Esta associação surgiu diante da necessidade de formalizar as ações da primeira comissão que visava o desenvolvimento do projeto de turismo rural. A comissão consistia em um grupo de moradores que se reuniam, organizadamente, para traçar as metas e as ações dos primeiros passos do turismo na comunidade. Assim, essa comissão buscava acordos com órgãos públicos para alcançar as melhorias desejadas. Conforme já citado, além dessas ações junto a atores externos, a comissão também planejou um primeiro conjunto de serviços turísticos (hospedagem, restaurante, trilhas, massagem, artesanato e venda de outros produtos).

Mas, em razão da necessidade de investimentos para a melhoria desses serviços, assim como pela necessidade de se ter uma organização registrada formalmente para buscar por recursos junto a órgãos públicos, os membros da comissão resolveram compor uma

Associação formal, registrada em cartório. Assim, no mês de abril de 2010, a comunidade se reuniu novamente para tratar do registro e da criação do estatuto dessa nova associação. De acordo com a ata desta reunião “a nova associação, sem fins lucrativos, visa a divulgação e promoção do turismo rural na comunidade. Sendo eleita uma nova comissão e assim destituída a antiga” (ATA DO PROJETO TURISMO RURAL, 15 de abril de 2010, p.4).

Devidamente registrada em cartório, esta Associação, cuja diretoria foi eleita pela comunidade, facilitaria ações como firmar convênios e contratos, assim como articular-se de forma mais conveniente com órgão ou entidades públicas ou privadas (ESTATUTO SOCIAL DA APTSJM, 2010). Assim, após os devidos registros e composição da diretoria, todos os residentes foram convidados a serem sócios dessa organização. Como sócios, os residentes poderiam participar das ações voltadas ao turismo, tais como capacitações, além de poderem ofertar produtos e serviços de turismo que seriam organizados e promovidos pela Associação. Para tanto, os residentes deveriam contribuir com uma Joia no valor de R\$250,00 e uma mensalidade no valor de R\$ 5,00.

O valor obtido com essas contribuições formam o caixa da Associação, que por sua vez é utilizado para realizar eventos de promoção ao turismo, objetivando trazer mais visitantes para a comunidade e ampliar as vendas dos produtos e serviços por eles oferecidos. Assim, eventos como jantares italianos, rodízio de pizza, caminhadas, cafés-coloniais são comumente organizados pela diretoria e divulgados nas rádios das cidades vizinhas, alavancando o fluxo de turistas na comunidade.

Das 60 famílias que residem na sede administrativa e arredores, 24 se tornaram sócias em 2010, durante a primeira gestão. Cada família ofertava o que tinha como estrutura ou habilidade que pudesse ser aproveitada para o turismo. Assim, a divisão dos produtos e serviços se deu de acordo com o saber-fazer de cada morador, sendo que algumas famílias contribuíam com mais de um produto ou serviço. A fim de não criar concorrência entre os residentes, os mesmos também se reuniram buscando diversificar ao máximo os produtos ofertados ao turista.

No quadro a seguir, apresentam-se os produtos e os serviços oferecidos por cada família no ano de 2010, utilizando como referência o relato dos moradores. Essa divisão é realizada de comum acordo e por meio de conversas informais entre os moradores. Não se encontraram registros oficiais dessa divisão de trabalho realizada pelos agricultores. Tal fato deve-se, em parte, pela constante rotatividade destes trabalhos entre os residentes. Quando há

alguém impossibilitado de realizar algo, outro membro da comunidade acaba por assumir a tarefa. Assim, essa estrutura é bastante flexível e conta com a ajuda de moradores sócios e não sócios do projeto turístico.

Quadro 01: Produtos e Serviços ofertados pelos sócios da APTSJM. Ano 2010		
01	Hospedagem	Serviços
02	Passeio de Jabiraca (trator com reboque para transporte de passageiros) e Hospedagem	
03	Restaurante de comida colonial e Hospedagem	
04	Visitação do moinho de farinha	
05	Trilhas	
06	Passeios a cavalo	
07	Massagens	
08	Geleia e açúcar de cana	Produtos
09	Cucas	
10	Licores	
11	Geleias	
12	Chapéu de Palha e mel	
13	Chinelos	
14	Cucas, pães e geleias	
15	Artesanato em fuxico	
16	Compostos fitoterápicos	
17	Pintura de Gesso e Vasos	
18	Almofadas, enfeites e lembranças “estive em São João dos Mellos”	
19	Bolachas	
20	Geleias e queijos	
21	Artesanato em palha de trigo	
22	Contador de estórias	Serviços de entretenimento em eventos
23	Trovador	
24	Gaiteiro – *Hospedagem e venda produtos em Tricô (esta família, diferente das demais, trabalha com três vertentes no turismo)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser observado, a confecção de produtos para venda estão dentre os itens que são mais aderidos pelas famílias participantes. No total são 14 famílias que estavam envolvidas na venda de artesanato e de produtos coloniais no ano de 2010. Com uma boa diversidade de produtos, os moradores inicialmente faziam a exposição e venda dos mesmos no espaço do Moinho de Farinha. Com o crescimento das vendas, os próprios residentes

construíram um espaço para expor a produção. Na imagem abaixo, é interessante destacar a presença do calçamento e ajardinamento em frente do local. Estas duas características inexistiam na comunidade antes do projeto de turismo comunitário.

Ilustração 6 – Lojinha construída pelos próprios moradores para vender artesanato e produtos coloniais.



Fonte: Acervo do autor (2015).

Apesar de haver uma separação prévia entre os produtos ofertados por cada família, nota-se que, dependendo da época, os sócios oferecem outros produtos, utilizando-se do excedente da produção doméstica. Isto é, aproveitando a matéria-prima de cada época os residentes estão sempre diversificando os produtos para a venda no turismo. Segunda a agricultora: *“a gente faz o açúcar de cana, o mel, a marmelada, o ‘figado’ e às vezes também alguma coisa de crochê, faz, leva lá umas toalhinhas”*, revelando a pluralidade de produtos confeccionados pela família.

A diversificação se dá não apenas no tipo de produto. As produções que necessitam de frutas, por exemplo, são variadas conforme a estação. Contando com abundância de matéria-prima, os agricultores buscam aproveitar ao máximo os itens sazonais. Para outra moradora, responsável pela produção de geleias:

Eu coloco pão, cuca, geleias, tudo 'que é' geleias eu faço, assim, de frutas e depois eu faço conservas. Tudo 'que é' conservas eu faço também. O que eu acho que eu posso fazer alguma coisa de novidades e até frutas, assim, como é que eu vou dizer agora... frutas assim, nativas, eu procuro fazer e vendo. E vendo coisas, assim, de pitangueira, araçá, tudo que é fruta nativa do mato, que a gente diz... eu procuro fazer e vendo! Até isso aí, é uma coisa assim diferente né?! Tudo eu gosto de procurar as coisas diferentes.

Importante destacar que, embora estas atividades sejam frequentemente realizadas pelas matriarcas há, sempre que possível, o envolvimento de outros membros da família. Mas, esse envolvimento familiar na produção de excedente para venda não foi trazido com o turismo. Essas produções já ocorriam anteriormente na comunidade e os agricultores já vendiam esses produtos em feiras municipais e, até mesmo, dentro da comunidade. Assim, pode-se afirmar que ao organizar a produção para o turismo, os moradores apenas remodelaram uma função já existente na comunidade.

Mas tal remodelação tornou-se interessante para os moradores, na medida em que para vender seus produtos não era mais necessário se deslocar para feiras em outras cidades, levando alguns agricultores a diminuírem os deslocamentos para feiras e investirem mais nas vendas locais. De acordo com a agricultora, *“a gente faz as coisinhas da gente. A gente vendia, a gente fazia feira né?! Aí pôde melhorar... a gente investia aqui e não 'precisa' ir a Júlio para vender os produtos coloniais que a gente faz! Então a gente já oferece aqui mesmo na nossa comunidade, vende aqui, nós temos a nossa vendinha”*.

Entretanto, cabe lembrar que a venda advinda desses produtos é, segundo a percepção dos entrevistados, apenas uma pequena parcela da renda familiar, tanto que os discursos convergem nesse sentido. Ao serem questionados sobre o quantitativo mensal advindo dos ganhos do turismo as respostas eram bastante dispersas. Nenhum dos entrevistados declarou valores, apenas afirmavam “pouco”, “alguma coisa dá”, “não dá prejuízo”, dentre outras expressões que não permitiram avaliar o real peso do impacto econômico do turismo na renda familiar. Tanto que essas expressões eram seguidas por declarações das benesses do turismo para autoestima e o quanto se dedicava à atividade pelo prazer e não por motivos econômicos.

Analisando esta conjuntura, verifica-se que em razão do ganho com o turismo ser complementar, a atividade não é contabilizada de forma rigorosa pelos agricultores. Até mesmo porque as vendas são sazonais e, muitas vezes, divididas entre os membros da família que auxiliam na produção. Outra situação que explica esta conjuntura está na faixa-etária dos envolvidos. Foram entrevistados 10 agricultores associados a APTSJM. Destes, 7 eram aposentados fator que explica, em partes, a pouca ênfase dada aos ganhos advindos com o

turismo, visto que boa parte conta mensalmente com os ganhos advindos da previdência, fonte essencial da renda familiar. Assim, para muitos agricultores a venda dos produtos com o turismo é muito mais uma possibilidade de se manter ativo do que propriamente ganhar dinheiro.

Mas não se pode ignorar a influência econômica desta atividade. Apesar de não ser o principal objetivo dos envolvidos, o fluxo de dinheiro advindo com o turismo gera a divisão do trabalho entre os moradores envolvendo até mesmo os não associados. Algumas famílias envolvidas, observando o aumento do fluxo de produção convidaram moradores não associados para contribuir como trabalho, repassando parte do valor arrecadado com a venda para os ajudantes não vinculados diretamente ao turismo.

Como todos os moradores foram convidados a participar e somente 24 famílias aderiram, questionaram-se os não associados sobre os motivos que os levaram a não participar da Associação. Dentre as repostas, as mais comuns foram a de que, no momento do convite, os residentes já se encontravam envolvidos com outras atividades na comunidade, optando por não se sobrecarregar com mais tarefas. Como muitas vezes os não associados colaboram com aqueles que são, a opção por não fazer parte formalmente do grupo se justifica apenas pelo fato de não quererem ter o compromisso regular, podendo auxiliar conforme sua disposição de tempo. Observando a fala dos não associados estas proposições ficam evidentes. Para este agricultor:

[...] é que, na verdade, a gente, não é que não participa ou não quer participar. A gente 'assim ô', já tem uma atividade, assim, quase pendurando as chuteiras! A gente tem um trabalho, o trabalho da gente rouba bastante tempo [...] então a gente entende que se faz sim trabalho comunitário, que a gente está fazendo parte da comunidade ajudando esta comunidade, e pra ti fazer parte e ajudar a comunidade, tu não precisa tá lá, né?!, ou dentro do Jardim ou dentro da Associação, então a gente, assim, a gente não quer direcionar muitas coisas...

Para a agricultora, a intensidade de trabalho em finais de semana e feriados é fator impeditivo, pois se trata do momento de receber os familiares que vêm visitar:

Tempo que a gente tem pouco né?! É zero né?! E tem muita coisa pra atender, o velho tem uma área grande né?! Tem aqui pra gente atender, e tem os filho pra atender quando chega os feriados.. vem um, vem outro, é neto, é neto também com namorada...então a gente pra não deixar de atender 'por casa', pra não deixar eles triste né?! Porque tu sai né?! Tem que ir lá também né?!

O fato de haver famílias que não se associaram ao movimento comunitário para o turismo não significa, portanto, que estas são contra a atividade. De tal forma que todos os

entrevistados se mostraram favoráveis ao turismo e, sempre que necessário, mesmo não fazendo parte da Associação, os mesmos auxiliam nas ações promovidas pelas mesmas. Assim, quando há eventos e necessita-se ampliar a força de trabalho ou quando há necessidade de dividir as tarefas de produção de artesanato ou produtos coloniais, associados e não associados trabalham conjuntamente e dividem os ganhos, revelando um sistema coletivo e solidário na produção do turismo.

Contudo, no que tange à construção do território turístico de São João dos Mellos, observa-se que além da venda de produtos locais, outros serviços foram pensados pelos moradores, sempre aproveitando funções ou estruturas já existentes na comunidade. Por exemplo, o serviço de massagem já era prestado por uma das moradoras que atendia outros membros da comunidade. Com o advento do turismo, a massagista ampliou seus atendimentos e foi criado um espaço específico para esta atividade, uma casa de massagem, configurando outro atrativo aos visitantes.

O mesmo ocorreu com residentes que oferecem hospedagem familiar. Os moradores que já tinham residências com quartos extras e tinham por hábito receber familiares, abriram suas casas para receber também os turistas. Em algumas residências que prestavam serviços de hospedagem optou-se, inclusive, por realizar melhorias para receber os visitantes, levando à construção de novos banheiros para atender ao fluxo de turistas de finais de semana.

Mas apesar das remodelações, cabe destacar que a hospedagem ofertada é bastante tradicional. A mobília, a estrutura dos quartos, é a mesma que já existia na casa desses moradores. Assim, o serviço oferecido tem características muito distintas, na medida em que o turista compartilha a convivência com esses residentes. As refeições são oferecidas na cozinha dos moradores e partilha-se a refeição com a família de agricultores. O ato de receber, na hospedagem ofertada pela comunidade, preserva a essência familiar e trata-se de uma experiência autêntica. Recebe-se o turista com as mesmas características que se receberia um familiar ou um amigo.

O mesmo ocorre em relação ao restaurante. O serviço, ofertado por uma das residentes, apesar de ter uma estrutura comercial, uma vez que o espaço em que foi modelado já funcionava anteriormente como mercearia, preserva características tradicionais. A comida ofertada é a mesma consumida pela família. Não há um cardápio e muito menos uma preparação específica para atender aos turistas. Ao chegar ao restaurante, pede-se uma

refeição e a residente oferta o que há no dia, levando em consideração o que foi ofertado à família e disposição dos produtos que são cultivados na própria casa ou na vizinhança.

Como regra, as refeições servidas são extremamente fartas e orgânicas, o que compõem um atrativo interessante aos visitantes. Sempre há a oferta de alguns pratos típicos da alimentação dos residentes, tais como a *fortaia* e polenta, elementos tradicionais da gastronomia colonial de imigração italiana. Outro diferencial é que, sempre que possível, os alimentos são servido em um fogão à lenha, localizado no salão do restaurante.

Ilustração 7 – Restaurante da Maria⁹.



Fonte: Acervo do autor (2015).

Segundo a residente responsável por este empreendimento, a escolha por investir em um restaurante no processo de desenvolvimento turístico se deu *“porque eu sempre gostei de fazer a comida. Eu sempre fazia antes, e daí como apostaram no turismo eu disse, eu vou abraçar a comida! Lugar eu tenho né, não preciso tá alugando nada, tenho tudo aqui!”*. Assim, coube à residente apenas adaptar a estrutura que já tinha para abrir seu restaurante. No pátio, ao lado do restaurante, a residente também realizou o ajardinamento e construiu um redário, para que os visitantes pudessem descansar nas redes após as refeições.

Na mesma orientação de aproveitamento da estrutura já existente, se constituíram os demais serviços ofertados na comunidade. O moinho de farinha, já desativado, foi recuperado pelos moradores e compõe um novo atrativo. Um residente, que já tinha um trator com reboque, enfeitou o veículo com uma escultura de cabeça de boi feita em madeira por Rogério

⁹A estrutura do restaurante está localizada em um dos salões da casa da agricultora. Na porta, esculturas em madeira de garfo e faca entalhadas por Rogério Bertoldo.

Bertoldo e leva os turistas por passeios nas estradas rurais. Aproveitando-se dessas mesmas estradas, outro residente faz trilhas e caminhadas com os visitantes.

Ilustração 8 – Passeio de Jabiraca por estradas rurais¹⁰.



Fonte: Acervo de Giselda Bertoldo.

Observa-se aqui, os novos usos dados às estradas rurais e veículo agrícola. Anteriormente, estas estruturas eram utilizadas exclusivamente para atividades rurais. Com o turismo, observa-se uma remodelação da função do espaço em que as duas atividades se sobrepõem. A esta função conjugada, observa-se também o caso de uma das residentes que tem cavalos para auxiliar no trabalho do campo e, quando solicitada, oferece passeios aos turistas. Segundo esta moradora, *“a gente tem cavalo e tem um espaço grande ali no fundo da casa”* e aproveitou esse espaço para atender aos turistas. Para ela, este trabalho é interessante *“porque permite ‘recebe’ pessoas diferentes que tu conversa né?! Conhecimento de outros lugares, tu troca ideias, tu conversa”* afirmando que o serviço prestado se torna atraente na medida em que já dispunha de estrutura e a prática pôde promover encontros com pessoas novas.

Mas cabe destacar que, além desses serviços que compõem o produto turístico de São João dos Mellos, há outros que são aproveitados esporadicamente, como é o caso do contador de estórias, o gaiteiro e o trovador. Figuras simbólicas na comunidade, estes moradores são chamados quando há eventos e se apresentam para os turistas. Em festas da própria

¹⁰O nome “Jabiraca” foi pensado pelos próprios residentes para designar o atrativo com um termo local, que designa algo “desengonçado”, “engraçado” remetendo-se à readaptação do uso do transporte. O reboque, utilizado na lavoura, foi adaptado com bancos para possibilitar o transporte de turistas quando solicitado. O veículo reveza atividades agrícolas e turísticas.

comunidade, esses atores já tinham seu espaço em eventos locais, sendo agregados aos eventos promovidos para os turistas. Sempre que há necessidade de recompor o caixa da Associação Pró-Turismo, ou quando os residentes necessitam estimular o fluxo de turistas, os mesmos organizam eventos promocionais, quase sempre contando com o auxílio da maior parte da comunidade.

De tal forma, que um dos primeiros movimentos para angariar fundos para o início do desenvolvimento do turismo na comunidade foi um jantar italiano com o leilão de uma das esculturas de Rogério Bertoldo. A promoção deste evento tinha como o objetivo levantar fundos para que um grupo de residentes pudesse visitar outras comunidades que desenvolvessem o turismo rural para que possibilitasse aprender e aprimorar os serviços já oferecidos, o que demonstrava o interesse da comunidade em alavancar a atividade.

A busca por novos conhecimentos, aliás, esteve dentre as principais reivindicações dos envolvidos durante o ano de 2010. Como se poderá observar no próximo capítulo, os moradores buscaram alianças com diversos agentes externos para poder se capacitar. Neste processo, destaca-se que a iniciativa sempre partiu dos próprios residentes, o que é interessante analisar na medida em que, quando houve a possibilidade de capacitação, todos os serviços e produtos acima citados já estavam pré-estruturados. Coube aos atores externos apenas aprimorar a ideia já existente de produto turístico elaborada pela própria comunidade.

O empoderamento dos residentes no processo turístico é o fator que mais nos chama a atenção. A capacidade que a comunidade teve de se recriar e dar novos usos a antigos espaços sem contar, inicialmente, com conhecimento especializado sobre o tema e tendo realizado a maior parte das ações de forma empírica, constitui o diferencial desta ação de turismo rural de base comunitária. De tal forma, observou-se que o sentido de comunidade e as ações coletivas presentes nesse processo somente fortaleceram a prática turística que ocorreu de forma ocasional neste território, sendo planejada e aprimorada com o aumento do fluxo de visitantes.

Neste sentido, destaca-se que além das já citadas ações para a composição do produto turístico, os residentes se uniram também para produzir um caminho turístico, ligando as residências localizadas na beira da estrada principal que leva até o Jardim das Esculturas por meio de esculturas. Os moradores, em conjunto, construíram as bases para a colocação de esculturas que simbolizam a história de seus moradores e suas funções na comunidade. O turista, ao transitar pela estrada que leva até o Jardim, observa um conjunto de esculturas em

frente às casas de cada um dos moradores residentes desse trajeto, o que conta a história da comunidade.

Assim, ao longo do caminho, se encontram as seguintes obras: a imagem de uma das senhoras benzedoras da comunidade; o gaitero, representado junto ao seu instrumento; uma cabeça de cavalo, representando a família que cuida dos animais; um rosto de criança; indicando a residência da parteira da comunidade; uma cuca de pedra, representando a família que cuida dos panifícios; um garrafão de vinho, representado a família produtora de vinhos e licores; uma mão, indicando a residência da massagista; e por fim, o trovador, que teve sua imagem reproduzida de forma a compor um conjunto de estátuas que representam a comunidade de São João dos Mellos.

Ilustração 9 – Estátua do Trovador em frente à casa do agricultor que inspirou a obra.



Fonte: Acervo do Autor (2015).

Estas ações foram realizadas ao longo do ano de 2011 e representaram a configuração do produto turístico de São João dos Mellos. Este movimento permitiu a consolidação do projeto “Jardim das Esculturas da Comunidade”, pois as obras se estenderam do jardim do escultor para o jardim de outros residentes. Uma das moradoras, lembrando este momento destaca: *“aí colocaram aquelas estátuas para ‘monumentar’”*, destacando a importante transformação espacial que houve na comunidade.

É importante destacar que essas obras têm um significado muito maior para a comunidade do que para os turistas. Apesar de terem sido confeccionadas para compor um caminho, um trajeto turístico, seus significados vão além dessa proposta. Isto porque a escolha das esculturas representa os residentes e suas histórias e fazem muito mais sentido para os moradores do que para os visitantes. Como não há placas explicativas nas obras, nem tampouco um material impresso informativo sobre este caminho, as esculturas acabam por não ter o mesmo peso simbólico para os turistas como têm para os moradores.

Realizou-se uma visita técnica com uma das agências que trabalham com a comunidade e nem mesmo os guias profissionais que acompanharam o grupo destacaram a simbologia dessas estátuas. Ou seja, somente por conversas diretas com os residentes é que se conseguiu identificar a natureza das obras e seus significados para a comunidade. Observou-se que o único material impresso que a comunidade dispõe para divulgação foi produzido e subsidiado, em parte, pela Prefeitura de Júlio de Castilhos e EMATER-RS/ASCAR, apontando apenas uma breve descrição das obras.

Ilustração 10 – Material impresso de divulgação do turismo e da APTSJM.



Fonte: Acervo do autor (2015).

Como pode ser observado, todas as estruturas expostas neste material que era distribuído pela comunidade, representam as transformações advindas com o turismo e, por consequência, a produção de um novo território em que diferentes atores agem e reagem em relação às novas formas e funções na comunidade. Além das iniciativas endógenas aqui destacadas, observamos, neste processo, a presença de outros atores que permitiram outras transformações no território de São João dos Mellos. Neste sentido, no próximo capítulo vamos apresentar o estudo destas relações.

5. RELAÇÕES NO TERRITÓRIO

Neste capítulo se abordam as relações entre os atores no processo de inserção e difusão do turismo no território, analisando-se como se deram estas articulações e seus reflexos na comunidade. Destacando os atores públicos e privados envolvidos na prática turística, objetiva-se compreender como se deram as lógicas horizontais de fortalecimento da comunidade e do turismo, revelando como esse processo incide no local e na sua ligação com a região.

5.1 O primeiro movimento: as tratativas com a Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos

Embora toda a iniciativa em prol do desenvolvimento turístico tenha partido dos próprios residentes, a presença dos atores externos se torna objeto de atenção na medida em que foram os próprios moradores que buscaram estas parcerias para o aprimoramento da atividade. Neste processo, conforme observado no capítulo anterior, o primeiro movimento em busca de alianças para desenvolver o turismo se deu com o poder executivo municipal. Assim, a comunidade buscou, em conjunto, negociar ações frente à Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos por meio do convite dos gestores para a participação em algumas das reuniões locais com a comunidade.

No ano de 2010, a primeira reunião realizada com o poder público municipal ocorreu no mês de março. Nesse momento, os residentes já estavam previamente organizados com o objetivo de desenvolver o projeto de turismo rural comunitário e tinham muito claro quais eram seus objetivos e, sobretudo, o que desejavam em relação às ações da Prefeitura de Júlio de Castilhos. As principais reivindicações eram vinculadas às melhorias estruturais das áreas públicas do distrito de São João dos Mellos.

Com o objetivo de oficializar essas solicitações, a comunidade realizou uma reunião, no salão comunitário com o prefeito e sua substituta legal, com o secretário de turismo e com representante local da EMATER-RS/ASCAR e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a fim de expor as necessidades observadas pelos residentes para o desenvolvimento do turismo local. De acordo com o registrado na ata desta reunião, as principais solicitações dos moradores eram o asfaltamento, iluminação pública e também um curso de treinamento em turismo rural, dentre outras reivindicações tais como colocação de lixeiras, projeto paisagístico e construção de um pórtico (ATA DO PROJETO TURISMO RURAL, 15 de março de 2010).

Ainda, de acordo com o registrado na Ata desta reunião, os agentes públicos envolvidos neste processo receberam bem estas solicitações e enfatizaram a importância e o diferencial da iniciativa da comunidade no projeto de desenvolvimento turístico. Dessa forma, em atendimento às principais solicitações o prefeito municipal comprometeu-se com a colocação de resíduo asfáltico na área do centro da comunidade e também nas proximidades do Jardim e ficou a cargo da EMATER-RS/ASCAR e, também, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais providenciar cursos de capacitação para a comunidade.

Esta reunião foi também documentada e divulgada no jornal do município, enfatizando-se que as ações a serem realizadas em São João dos Mellos seriam benéficas não apenas para a comunidade, mas para toda a região. Sob o título “União para desenvolver a comunidade”, a matéria é representativa do primeiro movimento em busca de alianças que a comunidade realiza com atores do entorno. Tendo obtido apoio, as ações que seguiram, em relação às competências da Prefeitura, foram justamente o calçamento das estradas centrais da área administrativa da comunidade.

Ilustração 11 – Matéria do Jornal Expressão, em 19 de março de 2010. Na foto, parte dos residentes presentes na reunião e lideranças externas.



Fonte: Periódico Jornal Expressão.

A partir do processo de asfaltamento dos trechos centrais, a comunidade pôde desenvolver a estruturação dos demais produtos e serviços. Assim, a construção da loja de produtos coloniais e a configuração do caminho de esculturas frente às casas dos residentes foi facilitada pelas novas vias internas de São João dos Mellos. Mas, cabe destacar que, embora parte das solicitações tenham sido atendidas pela prefeitura de Júlio de Castilhos, coube aos residentes, em mutirões comunitários desenvolver ações que não foram contempladas pelo poder público. Assim, na ausência de um projeto paisagístico e de um pórtico turístico, os próprios residentes solucionaram estas pendências com o ajardinamento das residências e também com a construção de uma estátua de um gaúcho com a mensagem “bem-vindo” na entrada da comunidade. As bases da obra esculpida por Rogério foram realizadas pelos próprios residentes.

Ilustração 12 – A estátua de boas vindas está localizada na entrada da comunidade e foi a alternativa encontrada para a falta de um pórtico.



Fonte: Acervo do autor (2015).

Após os primeiros passos de estruturação do destino turístico, as demandas por apoio da prefeitura do município seguiram por meio de reivindicações da Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos. A figura institucional da associação permitiu à comunidade solicitar outros tipos de aporte para o turismo, dentre os quais se destaca a produção de um material de divulgação do destino. Em uma reunião realizada com o secretário de turismo e representante da EMATER-RS/ASCAR, a associação formalizou a necessidade de se ter cartões e *folders*

para promover o turismo na comunidade e, junto a estes atores, conseguiu subsidiar a produção de um *folder* divulgando os atrativos.

Parte dos custos de produção do material foram bancados pela prefeitura e complementados com verbas advindas do caixa da Associação Pró – Turismo. Segundo o representante da EMATER-RS/ASCAR, presente nas tratativas desse período, a produção do material “foi uma tríplice”, pois a prefeitura colaborou não apenas com os custos, mas também com a edição do material, a EMATER-RS/ASCAR foi a responsável por criar o texto que iria no impresso e a Associação Pró-Turismo ficou responsável por produzir as fotos que compunham o *folder*.

Observa-se, nesse processo, que a construção do material foi colaborativa e interinstitucional, mas não contou com conhecimento especializado na área do turismo. De tal forma, o material não representa toda a riqueza histórica e cultural que os atrativos de São João dos Mellos representam para os seus próprios moradores, e sendo assim, acaba por ser também deficiente no que diz respeito às informações para os turistas. O material sequer apresenta informações como localização ou formas de contato. A instabilidade das informações presentes em materiais como este é reflexo da organização empírica do turismo. Os próprios residentes revelam nos discursos oficiais as dificuldades encontradas no processo de organização do turismo e reivindicam ações de apoio para capacitação.

Na ata de 06 de julho de 2010, os residentes envolvidos com o desenvolvimento turístico afirmam: “gostaríamos de ajuda para organizar as rotas, pois se tem muita dificuldade de organização”, fazendo referência ao processo de construção do produto turístico. Em reuniões com os representantes da EMATER-RS/ASCAR e da prefeitura, as atas enfatizam a necessidade de auxílio no processo de planejamento do turismo por parte dos agricultores. Dentre as principais solicitações observadas nas atas do ano de 2010 estão a busca por apoio por parte, sobretudo, da Prefeitura de Júlio de Castilhos.

Fora o calçamento e subsídio do *folder*, não foram observados quaisquer outras ações por parte do poder executivo municipal no material consultado, embora as reuniões com estes representantes fossem frequentemente realizadas na comunidade com o objetivo de conseguir mais ações de apoio ao turismo. Questionou-se os residentes sobre a percepção dos mesmos em relação à participação da prefeitura no desenvolvimento do turismo. Os discursos são massivamente direcionados à percepção de que a prefeitura de Júlio de Castilhos fez “muito pouco” em relação ao turismo.

Segundo um dos agricultores, “*no início ali, o pessoal reclamava muito né, que não conseguia muita coisa, uns diziam que o prefeito era contra!*”, evidenciando a percepção das dificuldades encontradas pelos envolvidos no processo de construção do destino turístico. Importante destacar que a percepção de que o poder público municipal não estava plenamente interessado no desenvolvimento turístico se deu em razão da morosidade das ações e também pelo fato da prefeitura não ter conseguido atender a todas as necessidades postas pela comunidade. De tal forma, a agricultora afirma que as ações da prefeitura não são percebidas positivamente:

Porque é tudo meio esquecido, porque às vez vem arrumar as estradas e arrumam só até um pedacinho e não arrumam ou deixam! Como pra nós lá vieram, de novo vieram, só subiram duas casas ali e não foram até lá em cima... e é sempre assim, nas lavouras, as estradas também sempre ruim. Até poderia arrumar mais pra vim o pessoal, o pessoal se queixa pra vim pra fora por causa das estradas né?!

Queixando-se das ações pausadas de melhorias das estradas, a agricultora revela que este é um problema que envolve não apenas o turismo, mas para o acesso dos moradores a outros pontos de forma geral. Assim, em busca do bem estar comum, a percepção dos residentes é de que a comunidade fez muito mais por si própria do que pôde contar com apoio do poder público municipal. Os discursos são convergentes nesse processo. Para a presidente da Associação Pró-Turismo, “*a nossa Associação, o que nós temos, o que nós fizemos, foi só ajuda nossa! A única parcela que nós conseguimos foi com ‘os folder’ através da prefeitura. O que nós temos hoje, só nós, só nosso trabalho!*”. Para outra agricultora, em tom mais enfático, “*a prefeitura nada! Essa não ajuda! A gente não tem ajuda com ninguém!*”.

Importante destacar que a percepção de pouco incentivo em relação ao turismo se mistura entre a gestão anterior e a gestão atual do poder público municipal. Alguns agricultores citaram que a gestão vigente em 2010 pouco ajudou, mas não citaram melhorias na gestão atual. Outros, tomando como referência a gestão atual, também percebem que a participação em relação ao turismo é bastante diminuída. Atualmente, ainda se buscam ações de apoio em relação ao poder público municipal. Em entrevista com a atual responsável pela Secretaria de Educação Cultura e Turismo, pode-se verificar que o órgão recebe solicitações da comunidade, mas não consegue viabilizar todas as operações necessárias em razão do principal atrativo da comunidade “Jardim das Esculturas” ser particular.

Conforme justifica a própria Secretária municipal, atuante no cargo desde 2013, “*o Município não tem como investir lá porque é uma área privada. Então não tem como o*

Município fazer algum investimento, digamos assim". A fala da interlocutora se deu em explicação às barreiras encontradas pela gestão para realizar algumas ações que, ao ver da gestão, estariam beneficiando diretamente uma entidade se articular. Nos discursos do poder público atual há uma confusão entre o destino "São João dos Mellos" e o atrativo "Jardim das Esculturas". Tal fato se deve, em parte, pelo próprio processo de estruturação do turismo na comunidade que, conforme observado, partiu do Jardim para a comunidade. Assim, o público e o privado confundem-se, dificultando algumas das ações que podem ser tomadas pelo poder público.

Questionou-se a Secretária sobre a constituição dos serviços e dos produtos que compõem o sistema turístico de Júlio de Castilhos e, na fala da interlocutora, foram apresentados basicamente atrativos e patrimônios públicos, como a Fonte Pública "inaugurada para servir às lavadeiras e ao povo que buscava água lá para abastecer suas casas" e o "Capão da Convenção", "que foi onde aconteceu, como o próprio nome já diz, uma grande convenção liderada por Júlio de Castilhos, que ali se tomaram decisões importantes na política em 1889", além de igrejas, praças e o museu municipal.

Ou seja, a ideia de turismo no município, realizado de uma forma ainda incipiente, obedece a ideia de que a atividade é configurada por bens de uso comum, o que dificulta ações integradoras com novas práticas como o turismo rural comunitário que se apresenta em uma linha oscilante entre público e privado. Mas cabe destacar, que apesar do discurso da interlocutora destacar as dificuldades de ação por parte da prefeitura, a mesma destaca que, na medida do possível, tentam atender às solicitações dos residentes. Destacando tal fato, a secretária afirma:

Inclusive tem uma reivindicação do próprio Rogério e da Giselda para que tivesse mais placas de sinalização, para melhor orientar os visitantes. Então nós estamos já confeccionando e acreditamos que até julho elas estarão colocadas conforme a solicitação deles. Os lugares, tudo, foram eles que pediram, então nós estamos fazendo.

Conforme pode ser observado, o discurso revela duas acepções importantes de serem destacadas. Primeiramente observa-se que, embora muito tenha sido realizado desde o início do turismo na comunidade, ainda é uma necessidade atual a melhoria do acesso a São João dos Mellos. A busca pelo poder público para a produção de vias revela o desejo da comunidade em se interligar de forma mais ágil com outras cidades do entorno. Em segundo lugar, observa-se a busca por "localizar" São João dos Mellos na região, facilitando a legibilidade dos turistas no acesso ao local.

Observa-se também nesse discurso a forte presença das orientações dadas pelos residentes, representados pelos gestores do Jardim, para a configuração da sinalização turística. São os próprios membros da comunidade que estão a orientar partes da organização turística municipal solicitando e direcionando algumas das ações da Secretaria responsável pelo turismo, o que é evidenciado pela escolha dos locais onde serão instaladas as placas de sinalização.

Mas aqui cabe outra observação. Embora o discurso do poder público municipal destaque a impossibilidade de realizar determinados melhoramentos na comunidade em virtude do principal atrativo ser “particular”, observa-se que ainda assim há interesse por parte do município em manter o Jardim das Esculturas, enquanto ponto turístico vinculado à Júlio de Castilhos. De tal forma que está sendo elaborado um material de divulgação turística em que o atrativo consta como pertencente ao município. Segundo a Secretária de Educação, Cultura e Turismo: *“o que está acontecendo, na verdade, é a divulgação do jardim das esculturas numa revista que está sendo elaborada pela NATUR – Revista turismo do centro do RS. Então aqui nesta revista está sendo colocado a parte do Jardim das Esculturas como um ponto turístico de Júlio de Castilhos”*.

Nesse aspecto, pode-se observar a ênfase no Jardim, e não no destino turístico de São João dos Mellos, fator que acaba por fomentar os discursos em que o público e o privado se confundem. Isto é, há uma linha oscilante entre o que é propriedade privada e o que é comunitário, dada a própria natureza de constituição do destino turístico que, conforme já citado, passa por um processo de apropriação simbólica de um espaço particular pela comunidade. Assim, nos discursos e também na própria constituição da sinalização turística há sempre uma referência ao Jardim das Esculturas em sobreposição ao destino de turismo rural comunitário, embora observa-se que no interior da comunidade uma coisa está interligada a outra.

Nesse processo, em que há uma busca, com poucos avanços, para realizar alianças com o poder público municipal, verifica-se que a relação entre a comunidade e a prefeitura de Júlio de Castilhos é bastante frágil. A percepção de falta de apoio por parte dos residentes, e as dificuldades da gestão no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo municipal de forma geral, configuram um cenário que acaba por incentivar a comunidade a buscar outras alianças, procurando se conjugar com as ações de cidades da Quarta Colônia, cuja tradição turística facilita o envolvimento do destino de forma integrada com seu entorno.

Assim, desde o processo de implementação do turismo na comunidade, observando-se o pouco apoio do município ao qual é vinculado administrativamente, há uma recorrência nos discursos do desejo de vinculação à rota turística já consolidada. E mais do que isso, em tom de resistência ao pouco incentivo dado por Júlio de Castilhos, verificam-se até mesmo discursos em que ameaçasse a desvinculação do ponto turístico do município.

Em maio de 2010, em uma das diversas reuniões realizadas pela comunidade em conjunto com o poder público municipal, registrou-se que foi feita uma explanação por parte dos residentes sobre “o descaso por parte do poder público, sendo que se não for feito o que se quer e pede vai ser desvinculado o Jardim das Esculturas do Município de Júlio de Castilhos” (ATA DO PROJETO DE TURISMO RURAL, 17 de maio de 2010, p.4), expressando a indignação pela falta de apoio e apontando a necessidade da comunidade de se obter auxílio no desenvolvimento turístico. De tal forma que, observando a morosidade nos processos, em julho de 2010, a comunidade se reúne novamente para discutir a possibilidade de inclusão do destino comunitário na rota turística da Quarta Colônia:

Está sendo discutida a possibilidade de sermos incluídos a rotas da quarta colônia, fazer folders, cartões, e reformulação do saite (*sic*) e juntar fundos para tudo isso. A possibilidade de fazer um jantar italiano com a participação do grupo italiano de Nova Palma (ATA DO PROJETO DE TURISMO RURAL, 06 de julho de 2010, p.5).

Dessa maneira, observa-se que na dificuldade de aliança com Júlio de Castilhos, os residentes buscaram se aliar com outros atores, mais experientes no que diz respeito ao turismo, procurando para tanto, os representantes do poder público executivo do município que se localiza fisicamente mais próximo a São João dos Mellos, Nova Palma. Neste processo, surge uma nova relação de aliança em relação ao turismo, fator que será aprofundado no item 5.3.

Mas cabe destacar que, a busca por novas alianças com atores mais experientes no que diz respeito ao turismo, não se deu apenas em relação aos poderes executivos. Ao longo do processo de construção do destino de turismo rural comunitário, um dos principais temas recorrentes nas solicitações dos residentes era justamente a capacitação dos agricultores. Para tanto, os residentes conseguiram este apoio por parte de dois outros atores externos: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER-RS/ASCAR. Ambas instituições foram fundamentais no processo de amadurecimento do turismo rural comunitário e colaboraram para que as transformações ocorridas no território de São João dos Mellos fossem possíveis.

5.2 Em busca de capacitação: EMATER-RS/ASCAR e SENAR e suas contribuições para o aprimoramento do produto turístico

Desde o início da organização do turismo comunitário, uma das principais reivindicações dos moradores foi a capacitação. Embora todo o processo de pré-estruturação dos produtos e dos serviços turísticos tivesse partido dos próprios agricultores, os mesmos reconheciam a necessidade de se ter auxílio externo para melhor organizar o turismo local. Assim, observa-se que nas atas do projeto do turismo rural há a recorrência dessa solicitação para a prefeitura de Júlio de Castilhos, que, por sua vez, prefere deixar a cargo da EMATER-RS/ASCAR e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais providenciar as ações relativas a cursos e visitas técnicas para que os agricultores envolvidos com a atividade pudessem se capacitar.

Importante destacar que no processo de produção e desenvolvimento turístico, a comunidade sempre buscou a articulação com esses três órgãos: a prefeitura, a EMATER-RS/ASCAR e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nas reuniões, os representantes dessas três entidades frequentemente se fizeram presentes e ainda hoje são procurados para diversas ações na comunidade. Embora existam mudanças nas gestões e, em razão disso, trocas de pessoas e cargos, as figuras institucionais não deixam de ser procuradas pela comunidade de agricultores.

Assim, independente do profissional atuante, os moradores de São João dos Mellos buscam os representantes institucionais com o objetivo de encontrar parcerias para suas ações. Em resposta, observou-se que os três órgãos trabalham de forma articulada no que diz respeito às solicitações da comunidade. Dessa forma, tendo em vista a facilidade da EMATER-RS/ASCAR e do Sindicato de Trabalhadores Rurais para promover serviços de capacitação rural, essa tarefa ficou a cargo das duas instituições.

Nesse processo, observa-se a frequente presença do extensionista da EMATER como ator externo procurado pela comunidade no processo de busca por apoio no desenvolvimento turístico. É importante destacar que, embora tenha partido da comunidade a ideia de se organizar de forma associativa para regular as ações de turismo, foi a EMATER-RS/ASCAR que deu suporte às ações, orientando os agricultores sobre como executar a parte burocrática pertinente a esse processo. Segundo o atual coordenador da EMATER-RS/ASCAR de Júlio de Castilhos, que já era extensionista atuante na comunidade no ano de 2010, a EMATER-RS/ASCAR chegou com as ferramentas e coube à comunidade executar as ações:

A associação se criou deles, a Emater deu apoio [...] a gente fez um planejamento estratégico com a associação e esse planejamento estratégico foi focado no turismo rural. A gente fez um planejamento estratégico mesmo: missão, visão, e eles fizeram! Eles que fizeram! Foi um planejamento estratégico participativo. A gente ia lá só com as ferramentas e eles construíam.

Observa-se, na fala dos interlocutores que as ações da EMATER-RS/ASCAR sempre foram de orientação e apoio às atividades já previamente organizadas pela própria comunidade. Não houve, segundo os entrevistados, nenhuma ação direta da EMATER-RS/ASCAR na produção do turismo. Assim, embora a comunidade tenha solicitado por diversas vezes ações de capacitação, a instituição promoveu cursos mais abrangentes, que nem sempre se vinculavam diretamente ao turismo. Segundo o atual coordenador, “*curso de capacitação a gente intermediou o PRONATEC para eles, mas não específico ao turismo rural, mas sim de agricultura familiar pelo Instituto Federal de Júlio de Castilhos*”.

Analisando-se a fala do coordenador, pode-se observar que a função da EMATER-RS/ASCAR é basicamente de intermediadora entre as necessidades da comunidade e órgão externos. Possivelmente em razão dessa característica de “apoio” e de “intermediação” é que a comunidade interpreta que a instituição não teve papel significativo no processo de produção do turismo. Segundo a atual presidente da Associação Pró-Turismo, quando questionada sobre a participação da instituição no desenvolvimento do turismo:

“A Emater vem pra fazer cursinho no salão ... esses cursinhos com a comunidade, mas, não é pro turismo, é pra comunidade que ela vem ensinar a fazer umas coisinhas aí no salão. A Emater, é muito pouca participação pro turismo... nós fizemos a solicitação pela extensionista da Emater, daí ela escreve no papel, ela diz, vocês querem tal curso? Inclusive a última vez que nós pedimos, nós pedimos ‘assim ó’ acho que uns 10 cursos, e ficou só lá no papel escrito!”

Outra agricultora, tratando da mesma temática, afirma: “*eu acho que a Emater poderia ser bem mais presente, trazer bem mais coisas assim, pra ensinar pros grupos assim, pra entusiasmar mais!*” destacando que a instituição poderia dar mais apoio direto na organização de cursos relativos ao turismo. De tal modo que outra residente destaca que, embora houvesse muitos esforços da comunidade solicitando mais apoio da instituição, pouca coisa foi feita. Para ela, “*foi pouca coisa que eles ajudaram, foi pedido bastante, eles vieram, mas de quase escanteio! A gente teve que brigar bastante, bater sempre na mesma tecla para desengrenar*”.

A busca por auxílio na organização do turismo na comunidade acabou por se tornar, conforme expõe a entrevistada, uma constante “briga”, expressão que designa a luta dos

residentes por conseguir ações de apoio e de incentivo em relação aos seus ideais. As dificuldades encontradas nesse processo levam à comunidade inclusive a solicitar à prefeitura de Júlio de Castilhos e a EMATER-RS/ASCAR a contratação de um turismólogo para auxiliar no processo de planejamento e organização da atividade que a comunidade, com muito esforço, vinha estruturando.

Segundo Giselda Bertoldo, responsável pela gestão da Associação Pró-Turismo em 2010, naquele período foi solicitado à prefeitura de Júlio a contratação desse profissional e, observando tal situação, a EMATER-RS/ASCAR trouxe à comunidade um representante de uma instituição de apoio a estruturação e ordenação turística. Essa instituição tratava-se da Comunitá – Cooperativa de Desenvolvimento Turístico, uma entidade sem fins lucrativos, alocada em Santa Maria, que reúne profissionais de turismo que objetivam desenvolver projetos profissionais no setor.

De tal modo foi realizado por esta cooperativa um levantamento prévio das potencialidades da comunidade de São João dos Mellos e, em posse desses dados, foi feito um orçamento para ações de estruturação, de ordenação e de comercialização do destino, projeto que seria orientado e executado pelos profissionais da Comunitá. Em posse desse material, a Associação Pró-Turismo solicitou à prefeitura a contratação dessa instituição para auxiliar na implementação do turismo, mas como resposta, segundo Giselda, *“na época o Prefeito respondeu que não seria viável economicamente. Que o turismo rural em São João dos Mellos não seria viável pra que o Município investisse num estudo e na contratação de turismólogos”*.

Sem sucesso na busca por apoio ao processo de planejamento a atividade, coube a comunidade estruturar seus produtos e serviços utilizando como base apenas o conhecimento empírico. Assim, as trilhas, hospedagem, artesanato e serviços de alimentação foram estruturados pelos próprios moradores e, buscando o aprimoramento necessário para desenvolver estas atividades, os agricultores procuraram alternativas, dentre as quais se destacam as visitas técnicas a outras localidades que já vinham desenvolvendo o turismo rural.

Utilizando o orçamento realizado com jantares e leilões de peças doadas por Rogério, a comissão responsável pelo turismo realizou em abril de 2010 uma visita técnica ao “caminho dos tropeiros”, uma rota de turismo rural que envolve agricultores do município de Candelária - RS. O projeto desta rota foi pensado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Candelária, pelo Sindicato Rural, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR),

EMATER-RS/ASCAR e uma agência de turismo receptivo local. Dentre os atrativos desta rota estão engenhos de serra, um moinho colonial, um museu rural e um horto de ervas medicinais¹¹. Observando a experiência destes agricultores, a comissão de São João dos Mellos que fez a visitação, se reuniu para contar à comunidade o que tinha vivenciado e, a partir dos relatos e trocas de experiências os moradores estruturam seus produtos e serviços.

Além desta visita técnica, outras estratégias foram utilizadas pela própria comunidade em busca de capacitação. Uma delas foi convidar o Presidente da Sicredi Quarta Colônia, uma cooperativa de crédito, para palestrar sobre turismo rural. O convidado, segundo consta na ata da reunião comunitária, contou sobre sua experiência com turismo rural (ATA DO PROJETO DE TURISMO RURAL, 19 de março de 2010). Tal iniciativa revela que a busca por capacitação se estendeu para além dos órgãos públicos, levando a comunidade a buscar parcerias também com instituições privadas.

Na insistência pela capacitação, a comunidade conseguiu, via Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o apoio do SENAR, um órgão paraestatal que tem como objetivo desenvolver ações de formação profissional rural e atividades de promoção social, contribuindo para a profissionalização de pessoas do meio rural, sua integração social e melhoria da qualidade de vida¹². O SENAR apresenta vários cursos na área de turismo rural e, quando solicitados, realizam a contratação de profissionais especializados para o atendimento de comunidades rurais.

No caso específico de São João dos Mello, a solicitação para os cursos de turismo foram realizados de forma oficial pelo Sindicato para o supervisor regional do SENAR, embora tivessem sido originalmente motivados pelos residentes. Tendo realizado os trâmites burocráticos, o supervisor regional contactou uma profissional especializada para visitar a comunidade e realizar os primeiros passos de execução dos cursos de turismo rural, realizando um diagnóstico da situação local e uma sensibilização dos residentes acerca das possibilidades de cursos oferecidos pelo SENAR.

Mas cabe destacar que essas ações foram realizadas apenas em agosto de 2010. Neste momento, muito já havia sido realizado pelos próprios moradores que já tinham estruturado boa parte de seus produtos e serviços. Assim, quando houve a visitação da instrutora contratada pelo SENAR, o trabalho de capacitação partiu de uma estrutura pré-existente, o

¹¹http://www.candelaria.rs.gov.br/pontosturisticos/10/Caminho_dos_Tropeiros.html

¹²<http://www.senar.org.br/quem-somos>

que foi apontado pela mesma como algo diferencial. Para a instrutora do SENAR: “90% desses cursos a gente vai pra desenvolver um roteiro e os atrativos. Aí, no caso, já tinha o atrativo pronto, um produto já pronto com todas as suas linhas desenvolvidas”.

A fala da interlocutora reafirma a iniciativa totalmente endógena de São João dos Mellos. Assim, pode-se afirmar que, embora muito tenha sido implantado durante e após os cursos e, a força motriz das ações sempre partiu das bases comunitárias. Esse empoderamento da comunidade no processo permeou, inclusive, todas as ações de capacitação. Coube aos residentes não apenas solicitar os cursos, mas também eleger aqueles que seriam priorizados pela comunidade. Segundo a instrutora do SENAR, a capacitação relativa ao turismo é composta por um conjunto de 10 cursos. No primeiro encontro há uma sensibilização dos atores envolvidos e, a partir da mesma, são eleitos os cursos que serão aplicados à realidade local. De acordo com Giselda Bertoldo, presidente da Associação Pró-Turismo em 2010:

[...] e aí que eles nos passaram entre tantos cursos que tinha e a gente achou os que eram mais amplos e que atendiam a todas essas demanda que ‘nós precisava’. Porque daí tinha a questão de capacitação desde a recepção; a organização em todos os setores que ‘nós queria’ desenvolver.

Nesta primeira reunião de sensibilização, todas as figuras públicas envolvidas com o turismo de São João dos Mellos se fizeram presentes. Observa-se que, embora houvesse poucas ações diretas da EMATER-RS/ASCAR e da Prefeitura de Júlio de Castilhos no que tange à capacitação, os atores externos afirmavam presença por meio da participação em reuniões de maior peso simbólico, como a primeira ação do SENAR. De acordo com a instrutora do SENAR, a prefeitura e a EMATER-RS/ASCAR até participaram do início dos primeiros cursos, mas a presença não perdurou até o final das atividades.

Há que se observar que os cursos ofertados foram longos, totalizando um ano de ações dos capacitadores envolvidos no processo. Assim, desde setembro de 2010 e ao longo de todo o ano de 2011, os agricultores puderam contar com aulas práticas e teóricas de turismo, o que deu uma nova configuração aos produtos e serviços ofertados pela comunidade. Em contrapartida, aqueles que participavam do curso deveriam manter um bom nível de frequência e colaborar com os mutirões que visavam realizar melhorias no destino turístico.

Importante destacar que, embora o curso fosse aberto a toda a comunidade, dando-se preferência aos associados ao turismo, houve uma limitação no número de participantes. De acordo com a instrutora, por uma determinação do SENAR o número de alunos é limitado e, assim, a comunidade teve que se adequar às exigências das vagas:

Esses cursos do SENAR, eles têm uma pré-determinação: o máximo de alunos são 15 e o mínimo de 10. Não pode ter menos de 10, mas lá nós fizemos os cursos com 17 pessoas. A gente, quando tem o interesse real de participantes, eu peço uma autorização pro SENAR, né, pra que tenha 2 ou 3 a mais, nós tivemos sempre uma frequência muito intensa das pessoas e não houve desistência que eu me lembre.

Observa-se na fala da entrevistada que houve mais interessados do que o número de vagas proposto, o que reafirma o desejo dos moradores no processo de desenvolvimento turístico, aqui expresso pela vontade de se capacitar. Embora nem todos tenham tido a possibilidade de frequentar o curso, as ações práticas que o abarcaram atingiram e envolveram toda a comunidade, em razão da própria natureza de estruturação do curso que abarca não apenas teoria, mas, sobretudo ações práticas que visam proporcionar aos alunos uma visão crítica alocada na percepção do turista e na qualidade de serviços.

De acordo com a instrutora, as aulas são feitas nas propriedades e os primeiros passos do programa, após a reunião de sensibilização, consistem em identificar as oportunidades de negócios no meio rural. Para tanto, as primeiras aulas visam a apresentar aos alunos o turismo enquanto atividade econômica e os segmentos que envolvem este setor no meio rural. Após essa etapa, são visitadas todas as propriedades que objetivam fazer parte desse processo, seja enquanto atuante direta ou fornecedora de produtos e serviços para apoio ao turismo.

Dessa forma, inclui-se não apenas aqueles que recebem diretamente ao turista, mas também todos os parceiros que contribuem de alguma forma para essa recepção, seja fornecendo produtos diretamente para o consumidor, como artesanato e produtos coloniais, ou como fornecedores de insumos para a produção dos cafés e outros eventos. Nesse processo de visitação, a instrutora leva junto os alunos e por meio de um treinamento ensina os mesmos a terem “um olhar crítico”. De acordo com a instrutora:

Eles começam a visitação nas propriedades e eles já v o com essa visão de que o acesso tem que ser bom, que vai ter que ter sinalização, que o ambiente externo tem que estar preparado. Eles vão observar lixo, v o observar a parte de fossas, v o observar a parte de ambiente nativo, se tem mata nativa, ajardinamento. Então são vários itens e eles é que vão trabalhar nisso! Então eles acabam visitando todas as propriedades, identificando e daí eu estimulo eles a ver: o que que a gente poderia implantar aqui? Então eles mesmo é que vão participando.

Após esse procedimento de remodelação dos espaços, o módulo seguinte do curso é focado no processo de atendimento. Ainda, segundo a entrevistada, “aí no segundo módulo a gente trabalha, a parte da acolhida no meio rural. Daí todas as técnicas de bem receber, desde a sinalização, que faz parte da acolhida, até a parte de relação interpessoal, de como

atender um telefone”. Cabe destacar que como a comunidade já apresentava uma pré-estruturação de seu produto turístico, essas etapas acabaram por auxiliar no aprimoramento do que a comunidade tinha em mãos, sendo que muitas das ações do SENAR foram direcionadas para estes serviços.

Por exemplo, citando a estruturação das trilhas, a instrutora afirma: *“a parte das trilhas que hoje é um diferencial, eles já faziam, mas eles faziam sem muita noção de trilha interpretativa, de pontos parada de sinalização, de conservação de preservação... a parte dos recursos hídricos eles faziam de uma maneira, assim, bem precária”*. O mesmo ocorre em relação aos serviços de alimentação, que segundo a entrevistada *“melhorou muito, porque antes era bastante precária a questão, desde a elaboração até a maneira de servir”*.

De tal forma, que a percepção de melhoria se deu também por parte dos atores envolvidos na capacitação. Segundo uma das alunas, abordando a variedade de cursos ministrados pelo SENAR, afirma: *“Barbaridade, nós fizemos uns quantos, fizemos da jardinagem, fizemos curso sobre alimento, comida, essas coisas. Foi bom, eu, para mim, eu gostei!”*. Outra agricultora, enfaticamente afirmou que os cursos do SENAR foram *“ótimos, ótimos, porque a gente aprendeu muita coisa!”*. Observa-se na fala dos entrevistados que fizeram a capacitação a recorrência das expressões como *“ótimo”, “excelente”, “aprendi muito”,* designando a percepção de benefícios que a parceria com o SENAR trouxe à comunidade para desenvolvimento de seus produtos e serviços previamente estruturados.

Os relatos dos envolvidos no processo são bastante significativos acerca das transformações que os novos aprendizados trouxeram. Uma das associadas declarou que aprendeu *“como receber as pessoas, como arrumar uma mesa”* e também *“sobre as coisas antigas, os valores das coisas antigas”*, revelando que o curso permitiu não apenas transformações na forma de ofertar o serviço, mas também na valorização de aspectos culturais e históricos locais. Enfatizando a percepção positiva desse processo, essa mesma agricultora destaca sua experiência ao receber os turistas em sua hospedagem familiar:

Eles conversam muito sobre coisas antigas. O meu marido gosta de contar causos, de coisas antigas, do que o pai dele fazia, do que antigamente tinha para o que agora a gente tem. Uma vez não tinha água encanada era tudo poço, não tinha lavador, era tudo lavado na sanga. A comida que está na mesa e perguntam se fui eu que fiz, de onde vem, se eu comprei fora, se eu sei fazer. Porque a gente sempre procura colocar na mesa o que a gente sabe fazer, eu sempre fiz meu bolo, meu pão, as coisas assim, então eles ficam admirados!

Observa-se pela fala da agricultora que o aprendizado proveniente do curso é constantemente aplicado ao cotidiano de trabalho no turismo. Interessante notar que não apenas a agricultora, que participou diretamente do curso, se envolve no ato de receber os turistas. No discurso, observa-se que o marido da agricultora também está envolvido no processo e, embora não tenha participado ativamente das ações de capacitação, também acabou se inserindo no contexto de aprendizagem e de prática proporcionados pelo SENAR.

Nota-se assim, que a limitação de vagas não foi um fator delimitador do processo de desenvolvimento do turismo. Os conhecimentos gerados foram absorvidos e disseminados não apenas nas famílias envolvidas, mas por toda a comunidade. Houve um processo de compartilhamento do conhecimento entre parentes, vizinhos e amigos, o que proporcionou transformações nos comportamentos. Segundo uma das alunas, lembrando os cursos realizados, afirma: *“a parte de hotelaria eu gostei mais! Eu acho que aquilo ali serviu para muita coisa. Tinha pessoas que não sabia como é que tinha que fazer a limpeza das coisas. Deu para nivelar, acho que todo mundo aproveitou bastante”*.

As transformações se deram não apenas no âmbito doméstico, mas também em áreas públicas. Motivados pelos novos aprendizados, houve uma mobilização de toda a comunidade para ações de melhorias em espaços comuns, assim como pela conservação de recursos naturais. Os relatos dos entrevistados, mesmo daqueles que não participaram do curso, são elucidativos desse contexto de transformação:

Olha, quando começou que nós fizemos aquele curso de jardinagem, nós, revolucionamos a praça! Em primeiro lugar, nós revolucionamos a praça, nós movimentamos com a praça, porque ela tava ‘assim ô’, tinha uns ‘ripão’, era assim, parecia um mangueirão, sabe? Aí nós revolucionamos, que mudou, mudou um monte!

Comparando o antigo espaço público com uma área para manejo de gado, “um mangueirão”, a fala da agricultora destaca as profundas mudanças espaciais promovidas pela própria comunidade. Embora houvesse uma constante reclamação acerca do estado da praça pública para a Prefeitura de Júlio de Castilhos, coube aos residentes, munidos dos novos conhecimentos adquiridos nos cursos do SENAR, transformar o espaço da praça. Este gênero de ação ultrapassa a motivação turística, pois as mudanças visavam modelar um espaço de uso comum. O mesmo se nota neste outro relato em que a agricultora enfatiza os cuidados ambientais:

Porque ele ensinou a gente a cuidar do meio do mato, ensinou a gente a não deixar fazer erosão no meio do mato. E quando a gente fazer as trilhas

cuidar para não estragar, porque quando o pessoal vai caminhando vai deteriorando o meio ambiente.

Pode-se afirmar que a relação de aliança que a comunidade desenvolveu com os instrutores do SENAR foram de grande valia para a estruturação do destino turístico de São João dos Mellos. A metodologia do curso que visava ações participativas, aliada às características solidárias da comunidade, em conjunto com o desejo dos moradores de desenvolver o turismo provocaram profundas mudanças territoriais que, sem dúvidas, foram percebidas muito positivamente por todos os residentes.

Comprovando tal conjuntura, observa-se que ao longo do ano de 2011 os jornais da região passaram a divulgar o destino de turismo rural da base comunitária elogiando a iniciativa dos agricultores e enfatizando os produtos e serviços “da comunidade” e não apenas um atrativo em específico. Em 09 de dezembro de 2011, o jornal “Cidades do Vale” anunciava a nova trilha de estátuas que contariam a história de cada um dos seus moradores sob o seguinte título: “Um caminho para contar a história da comunidade”. Sob o mesmo viés, o jornal “Expressão” publicou em 22 de dezembro de 2011: “Parabéns a São João dos Mellos, aos seus moradores, aos seus artistas e produtores, e esperamos que exemplos como este frutifiquem com mais frequência” (EXPRESSÃO, 09. Mar. 2011).

Considera-se que os cursos do SENAR foram uma das importantes bases para que o turismo rural em São João dos Mellos se consolidasse, visto que muito das melhorias realizadas foram provenientes do conhecimento gerado por esta instituição. Contudo, não se pode deixar de observar a forte parcela da pró-atividade dos moradores, uma vez que o esforço para obter a capacitação e, acima de tudo, a capacidade criativa que os mesmos tiveram para aplicar os conhecimentos adquiridos, o que se observa em ações como a estruturação do caminho das esculturas que foi fundamental para o amadurecimento da iniciativa de turismo que nasceu de forma endógena e que foi aprimorada com o auxílio de atores externos.

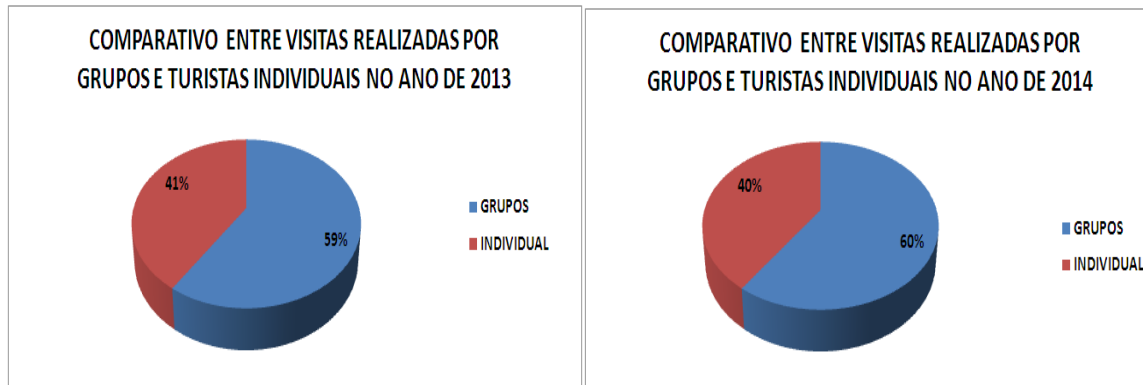
Mas há que se considerar que, após a inserção do SENAR, que se findou ao final de 2011, coube à comunidade prosseguir com o desenvolvimento do destino turístico. Com muitas das transformações já consolidadas, ao longo do ano de 2012 e 2013 os residentes seguiram recebendo os turistas e gerindo por conta própria o turismo rural em São João dos Mellos. Claramente, com uma melhor estruturação e ordenamento da atividade no local, o fluxo de turistas se ampliou e, nesse processo, outros atores externos passaram a fazer parte

do desenvolvimento turístico, dentre os quais destacamos as agências, instituições privadas cuja relação com a comunidade aprofunda-se no próximo item.

5.3 As agências de turismo e o destino de São João dos Mellos

Analisando-se o fluxo de turistas de São João dos Mellos, observa-se que os mesmos se deslocam até o local basicamente de duas formas: há aqueles que assistem às reportagens ou ouvem comentários sobre o destino e vão de forma independente até lá, e aqueles que são apresentados à localidade por meio de excursões, que se dividem em visitas exclusivas à comunidade e ao Jardim das Esculturas e também em visitas em que este destino é apenas um ponto de uma rota maior, geralmente vinculada a atrativos da Quarta Colônia e roteiros promovidos pelas próprias agências. Nos anos de 2013 e 2014¹³, exemplificando tal situação, as análises dos registros de visitas da comunidade revelam como o fluxo de visitantes se dividem entre turistas que vão por conta própria e turistas que vão a São João dos Mellos em grupos, na maior parte das vezes orientados por agências.

Gráfico 4 - Comparativo entre grupos e turistas individuais 2013 e 2014¹⁴.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Contabilizou-se a ocorrência das assinaturas por “destino de origem” e “data de visitação”. No livro, os grupos eram facilmente identificados pela linearidade de assinaturas

¹³Na pesquisa de campo constatou-se que durante os anos de 2011 e 2012 não foram realizados registros de visitas pelos gestores. Trata-se de um período em que houve um significativo aumento de turistas, uma vez que a comunidade já se encontrava com uma perceptível melhoria em seus produtos e serviços. Assim, considera-se que mediante ao novo fluxo e aumento da demanda de trabalho, as preocupações concentram-se em atender a este novo fluxo, esquecendo-se de realizar os registros desse período, sendo retomados apenas no ano de 2013.

¹⁴Pode-se verificar que o número de visitas realizadas por grupos nos anos de 2013 e 2014 foi superior ao de turistas individuais. Foram analisadas 2.135 assinaturas do livro de visitas ao longo de 2013 e 3.548 em 2014.

com a mesma origem e mesma data, sendo diferenciados com anotações sobre a “instituição de origem”, geralmente designando os grupos de excursionismo aos quais pertenciam ou agência promotora da viagem. Assim, por meio dessa análise, pôde-se verificar que as agências têm um papel significativo na promoção de fluxo ao destino recentemente.

Atualmente, observou-se a presença de basicamente quatro agências que atuam diretamente no destino estudado: a Eventur, localizada em Santa Maria; a Na Trilha, localizada em Silveira Martins; a Viaggio Tur de Faxinal do Soturno e a Supremma, localizada em Panambi. Estas são agências que atuam com o turismo receptivo e, sendo assim, usualmente ofertam pacotes que incluem atrativos da Quarta Colônia agregados ao ponto turístico de São João dos Mellos.

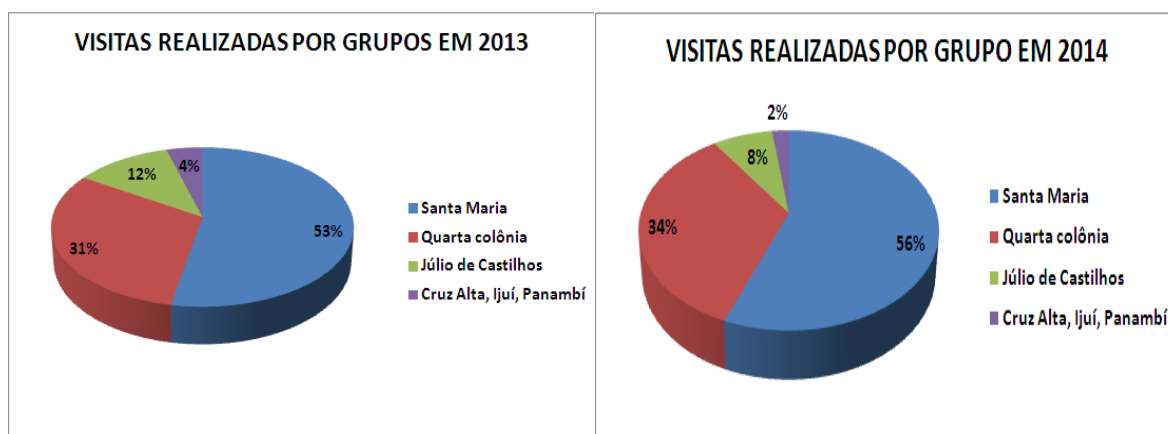
Pesquisando-se sobre estas empresas, notou-se que são agências de pequeno porte, com poucos funcionários. Em razão disso, houve dificuldades de realizar entrevistas com estes agentes, pois são profissionais que atuam em diversas frentes em suas empresas e, sendo assim, mantêm pouco tempo disponível em razão do acompanhamento das viagens promovidas. Dessa maneira, foi realizada apenas uma entrevista com a proprietária da agência Supremma, cuja disponibilidade permitiu tal ação. A atuação das demais agências pôde-se acompanhar durante o trabalho de campo em São João dos Mellos nos finais de semana, tendo-se presenciado a frequência dos grupos de excursionistas acompanhados pelas referidas empresas.

Observando-se a atuação destas agências, nota-se que as mesmas, pelas proximidades físicas com esta região turística, frequentemente organizam excursões que visam levar grupos de turistas das próprias localidades em que as agências estão situadas para conhecer os arredores, embora também exista a organização de pacotes receptivos para turistas advindos de locais mais distantes, como Porto Alegre, por exemplo.

Analisando-se os registros dos anos de 2013 e 2014, momento em que o turismo local já estava bem consolidado e, sendo assim, mais procurado por agências, observou-se que a maior parte dos turistas que vinham em grupos eram advindos de cidades da própria região turística, tais como: Ivorá, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Val de Serra, Arroio Grande, Agudo, São João do Polêsine, Nova Palma e Santa Maria, ou seja, locais de atuação das já citadas agências.

Há também, um número significativo de grupos advindos de Júlio de Castilhos em razão do alto número de visitas de escolas municipais ao Distrito. Outro grupo significativo que chama a atenção nos registros de visitas são os advindos de Cruz Alta, Ijuí e Panambi, área de atuação da agência Supremma. Ou seja, observa-se que embora o fluxo de grupos não seja exclusivamente promovido pelas agências, pois há incidências de grupos de visitas escolares, há uma parcela significativa de visitas organizadas pelas empresas de turismo.

Gráfico 5 - Visitas realizadas por grupos no ano de 2013 e 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados contabilizados no gráfico acima mesclam visitas de grupos escolares, grupos de terceira idade e excursões promovidas por agências. Cabe destacar que mesmo as visitas escolares e de idosos são frequentemente organizadas com o auxílio de agências de turismo que intermediam a contratação de ônibus e guias de turismo. Considera-se que a maior parcela advinda de Santa Maria se dê por mais de uma agência atuar na cidade. A agência Na trilha e Viaggio também realizam excursões com o público deste grande centro urbano. Não se observou registros de grupos advindos de Porto Alegre e outras regiões orientados por agências. Essa procedência foi encontrada apenas na modalidade de turismo individual ou de pequenos grupos familiares.

Salienta-se que o grande fluxo de visitantes é advindo do entorno da comunidade e essa mesma percepção é afirmada pelos envolvidos. Segundo a gestora do Jardim das Esculturas, boa parte dos turistas que visitam o atrativo estão atrelados à Quarta Colônia e apenas recentemente é que se tem observado um aumento ainda pouco significativo de grupos “de fora”, trazidos por outras agências. De acordo com a entrevistada, “*tem algumas agências*

que estão trabalhando conosco. Isso é uma, uma consequência né?! Vai puxando uma a outra...e outra agência da região... e aí já vai outras de fora também”.

Segundo a fala da gestora, a estruturação da parceria de serviços conjugados com as agências tem crescido de forma natural. As agências regionais passaram a divulgar o destino pelo turismo receptivo e, com o aumento da divulgação entre as próprias agências e também pelos próprios turistas, outras empresas acabam por procurar o destino. Isto é, não há uma preocupação por parte dos gestores do turismo local em buscar parcerias com as agências. Esse movimento ocorreu naturalmente, tal qual o nascimento do próprio fluxo de turistas no local. Em razão desse motivo é que se observa a maior incidência das agências localizadas na região. Para a instrutora do SENAR, quando questionada sobre o papel das agências no turismo local, a mesma afirma que o turismo em São João dos Mellos ainda não é amplamente divulgado:

Se hoje nós formos em Porto Alegre, em agências de turismo de Porto Alegre, e tu falar de Jardim das Esculturas, 90% não sabem o que é, ainda! Mas existe uma ferramenta, como o Facebook, que ajuda bastante nessa parte de disseminação. Existe um público que têm vindo já de fora do circuito da região central né? A gente tem os registros, não sei os registros lá deles, mas a gente já tem um público de Porto Alegre, de Nova Petrópolis, da Serra Gaúcha que tem se deslocado. É pequeno ainda, mas digamos que na abrangência da região central eles são uns dos atrativos mais forte de poder de atratividade que existe!

Ainda, segundo a fala da instrutora do SENAR, apesar da pouca divulgação via agências de turismo para fora da região central, a comunidade de São João dos Mellos tem grande “poder de atração”, se comparado a outros atrativos da região. Nas análises da origem dos turistas que procuram a localidade individualmente, há uma profusão de localidades constando registros não apenas do estado do Rio Grande do Sul, mas também de outros estados brasileiros, assim como visitantes internacionais. O maior fluxo de turistas individuais é também advindo de Santa Maria e Quarta Colônia, com algumas ocorrências em menor escala de Porto Alegre e região.

É interessante observar que independentemente da origem do turista ou da forma de organização da viagem (em grupo ou individual), há a percepção por parte dos organizadores da atividade que os turistas procuram São João dos Mellos de forma integrada com os atrativos da Quarta Colônia. Analisando-se os próprios pacotes ofertados pelas agências que trabalham com a localidade, observa-se que os roteiros integram visitas a restaurantes e

atrativos de diversas cidades da região da Quarta Colônia e têm como ponto integrado no roteiro a visitação do Jardim das Esculturas na comunidade de São João dos Mellos.

Assim, observa-se que mesmo não participando oficialmente da rota turística e gastronômica da Quarta Colônia, São João dos Mellos acaba, por meio da organização de pacotes das agências e também por uma condição de deslocamento natural dos turistas individuais, que acessam a comunidade pelas estradas de Nova Palma, se vinculando a esta região turística. Endossando a percepção de “forte atratividade” do destino do Jardim das Esculturas em relação ao turismo na região central, conforme apontou a instrutora do SENAR, uma das agentes de turismo reafirma o diferencial do atrativo na região: “[...] *vi a importância desse escultor, do trabalho dele, que assim, é ímpar né? Não se discute o dom que ele tem e o trabalho que ele faz com a questão de escultura em pedra e aí a gente começou a divulgar o roteiro e trabalhar e levar grupos prá lá, e agora nós estamos promovendo*”.

A adesão de São João dos Mellos enquanto atrativo fomentado por estas agências de turismo se dá em razão da “novidade” que o Jardim das Esculturas oferece aos turistas. Mas não é apenas a arte e a criatividade que levam os turistas a desejarem conhecer a localidade. Há outros fatores que contribuem nesse processo. Um deles é a localização geográfica que permite aos turistas da região central do Estado se deslocarem com facilidade e rapidez até o destino. Segundo a agente de turismo, “*as pessoas não tiram mais aqueles 30 dias de férias ou 15 dias e fazem só no destino. Elas querem aproveitar mais nos feriados, fazer coisas mais curtas e, assim, tem também muita procura sobre o que tem aqui pertinho pra gente conhecer. E aí surgiu São João dos Mellos!*”

A própria natureza do tempo destinado às férias, cada vez mais curtas, e a necessidade de se realizar viagens rápidas levam aos turistas da região central e arredores a buscarem destinos como São João dos Mellos, o que explica a grande incidência de turistas advindos da própria região. Mas a fama do destino estudado ainda não é tão grande quanto da rota turística da Quarta Colônia. Os turistas, segundo a gestora do Jardim das Esculturas, muitas vezes vêm atrelados a esta rota, não somente quando estão guiados pelas agências, mas também quando planejam suas próprias viagens :

Eu tô meio por fora, por exemplo, assim, dessa, dessa, comunicação do Turismo na Quarta Colônia. Mas como eu volta e meia vou dar um tour, pela Quarta Colônia e eu recebo pessoas que estão fazendo esses tour e que vem pra cá, olha que eu vou te dizer que eu recebi 80% dessas pessoas e elas me disseram, assim, que se decepcionaram com o turismo na Quarta Colônia.

Porque eles chegam aqui, eles pesquisaram na internet isso, isso e aquele serviço e muito desses lugares estavam fechados. Nós temos uma carência na Quarta Colônia, por exemplo, assim, da questão de serviços de restaurante, no domingo, no sábado. No domingo, se tu vai até Faxinal, Nova Palma, tu não vai te encontrar nada! Ai eles vão vim pra localidade aqui!

Dessa forma, observa-se que outro fator que determina a “atratividade” de São João dos Mellos se deve, em partes, à carência dos equipamentos e serviços de apoio ao turismo nos arredores. Não encontrando os serviços desejados nas cidades que compõem a rota turística da Quarta Colônia, os turistas encontram em São João dos Mellos uma estrutura que supre muitas das suas necessidades, tais como atrativos, restauração, hospedagem e pontos de vendas de produtos locais.

Mas cabe destacar que, embora o destino de São dos Mellos encontre-se melhor estruturado do que muitos pontos turísticos da região da Quarta Colônia observa-se que ainda há dificuldades, sobretudo de acesso e comunicação, para que o destino desponte. Assim, o trabalho das agências de turismo regionais têm sido primordial para a manutenção do destino visto que, conforme assevera a agente de turismo: *“a gente vê da carência de acesso, de sinalização e de divulgação. Então a gente pensa que, enquanto agência, a gente pode ajudar né? É um roteiro diferente, uma opção diferente e próxima pra nós vendermos, e se torna um roteiro não muito caro e pode casar, assim, com outros atrativos”*.

As carências apontadas pela agente são de fato uma realidade que dificulta o maior acesso de turistas. Segundo assinala a atual Presidente da Associação Pró-Turismo, até mesmo o contato com as agências é dificultado pela falta de telefone e internet. Atualmente, apenas o Jardim das Esculturas é que detém o serviço de internet e pode realizar divulgações por *facebook* e e-mails, ainda que com dificuldades de estabilidade na rede. O serviço de telefone também é centralizado no restaurante local.

Assim, muitos dos agendamentos são repassados verbalmente pela gestora do Jardim e a proprietária do Restaurante para outros moradores, o que acaba por dificultar todo o processo, uma vez que a confirmação de disponibilidade de hospedagem, por exemplo, exige que a proprietária se desloque até a casa das famílias envolvidas para fazer as tratativas, o que torna o processo mais lento. Tanto que, acompanhando o trabalho da agência Na Trilha, observou-se que a agente vai pessoalmente à comunidade para realizar os agendamentos de hospedagem e outros atrativos, visto que há essa dificuldade de comunicação.

Outro ponto que designa as dificuldades encontradas na prática turística está no acesso ao local. As agências têm peso significativo na promoção do turismo em razão da má sinalização até a localidade e também das dificuldades de acesso pelas estradas de terra. Muitos dos turistas individuais acabam se perdendo no acesso ao local e, em dias de chuva, os trechos não asfaltados acabam piorando a situação e o acesso se torna bastante dificultoso com veículos de pequeno porte. Dessa forma, a organização de viagens em ônibus e vans, com um guiamento especializado, acaba por auxiliar na elevação do quantitativo de turistas que se deslocam até o local.

Pode-se dizer, assim, que a relação entre o destino turístico e as agências, embora não tenha sido planejado, ocorre em razão de um conjunto de fatores: a forte atratividade do destino dada pelo diferencial da comunidade de São João dos Mellos tanto pelo seu Jardim, quanto pela boa estrutura de serviços de apoio ao turista; a proximidade a uma região turística já explorada pelas agências, o que possibilita rotas integradas com a Quarta Colônia; a sua localização na região central, o que permite viagens rápidas, fator interessante para as agências em razão da procura dos turistas por este gênero de viagem; as dificuldades de auto-divulgação do turismo comunitário, o que faz com que as agências auxiliem nesse processo e, por fim, as dificuldades de sinalização e acesso, fator que as agências suprem por meio de veículos apropriados e serviços de guiamento.

A comunidade reconhece muitas dessas dificuldades, que são suprimidas ao menos em partes, pelas agências. Contudo, apesar de compreenderem que os agentes de turismo têm um papel importante na promoção da atividade, os residentes ainda estão em busca de melhorias nos seus serviços de turismo. Ainda que a parcela de turistas individuais seja menor do que a de turistas orientados pelas agências, esse fluxo é bastante representativo e, para a comunidade, é necessário também atender bem a estes viajantes. Segundo a gestora do Jardim das Esculturas, a comunidade deve estar preparada para receber tanto o turista que vem com agência quanto aquele que organiza sua própria viagem, visto que ambos são grandes divulgadores do turismo local:

Então nos temos que atender esses dois públicos, a minha preocupação, assim, é o atendimento dos dois públicos, porque hoje um turista diretamente, verbalmente, ele vai passar a informação 'pra umas' oito pessoas! E hoje a gente sabe que pela internet, pelas redes sociais, ele vai divulgar muito mais amplo que isso!

Tendo em vista tal condição, uma das questões mais recentes na organização do turismo comunitário está na busca por melhores condições de acesso de sinalização até a

comunidade. Isto é, após ter uma estabilização e melhorias nos equipamentos e serviços internos ao destino, a nova luta dos residentes se materializa na busca por mudanças nas vias que dão acesso à comunidade. Quando questionados sobre as dificuldades encontradas atualmente no turismo, os residentes majoritariamente responderam: “as estradas”.

Independentemente de atuarem ou não na atividade turística, os residentes foram categóricos sobre esta necessidade, de tal forma que os discursos se repetem. De acordo com uma das agricultoras o principal problema do turismo está “...nas estradas, em primeiro lugar! Segundo a entrevistada, os turistas apresentam muitas reclamações e afirmam, segundo ela: “ *‘não vou colocar meu carro ali naquela estrada, porque a estrada é ruim’*, é assim que tem muita gente se queixa!” Para outro residente, “*se tu for olhar, ela (a estrada) deixa a desejar em muitas épocas né? É uma dificuldade, e acho até que, se tivesse uma estrada melhor, até aumentaria mais, né?*” se referindo como a melhoria das estradas poderia ampliar o fluxo de turistas.

Uma das agricultoras enfatiza: “*se eles arrumassem pelo menos as estradas não precisava o colono reclamar né?*”. Cabe destacar aqui, que a reclamação dos colonos se dá pelas más condições das estradas que ligam a comunidade tanto a Júlio de Castilhos, quanto à Nova Palma. São assim, dois trechos distintos sob jurisdição de diferentes municípios. No que tange à ligação com Júlio de Castilhos, observou-se que diversas reclamações foram dirigidas ao poder executivo, sendo que a resposta é morosa segundo a percepção dos residentes, conforme citado anteriormente.

Observando pouco retorno do município ao qual se vincula administrativamente, a comunidade busca, atualmente, parcerias com o município vizinho, Nova Palma, cujo acesso por estrada de terras em razão da menor distância é amplamente procurado por turistas. Nesta ordem, observa-se que o grande esforço da comunidade de São João dos Mellos atualmente está na busca por uma relação de aliança com a Prefeitura de Nova Palma e, como decorrência desse processo, uma interligação com a região turística da Quarta Colônia.

5.4 Ampliando o Turismo: a busca pela interligação com a região e a Prefeitura de Nova Palma

A relação entre a comunidade de São João dos Mellos e a Prefeitura de Nova Palma é extremamente recente no que diz respeito à organização conjunta da atividade turística. Tratam-se de ações que ocorreram ao longo do primeiro semestre de 2015 e traduzem

articulações que ainda estão em movimento na trajetória atual da comunidade. Assim, os resultados aqui expostos refletem uma realidade ainda em processo, com desdobramentos que poderão ser estudados futuramente e, ao que tudo indica, formarão um novo desenho das territorialidades da comunidade de São João dos Mellos.

No entanto, há de se destacar que embora a relação entre a comunidade e Prefeitura de Nova Palma seja nova no campo do turismo, a proximidade geográfica e a delimitação administrativa produzem há muito tempo uma comunicação entre estes dois territórios. Muitos dos residentes da comunidade se utilizam de todos os serviços básicos do centro urbano de Nova Palma, tais como centros de saúde, bancos e comércio. Segundo um dos residentes:

Para chegar em Nova Palma é dois minutos! Mais perto, mais conveniente! E tem médico bom ali, agora, em Júlio não! A gente não conhece nem os médicos... pode ser que tenha médico bom... Nós, aqui, até para comprar uma caixa de fósforo, a gente vai comprar ali em Nova Palma!

Além da busca por estes serviços no meio urbano mais próximo, a comunicação entre São João dos Mellos e Nova Palma também se dá por causa dos limites administrativos. Nesta área rural há residências que estão na área limítrofe entre Júlio de Castilhos e Nova Palma. Assim, há moradores que residem a menos de 2 km do centro de São João dos Mellos (uma distância curta considerando-se os padrões da comunidade rural), e apesar de serem considerados membros da comunidade, por uma questão de limite geográfico, são registrados como residentes novapalmenses. Assim, pode-se afirmar que a comunidade de São João dos Mellos é composta tanto por habitantes de Júlio de Castilhos quanto de Nova Palma.

As relações entre a comunidade e as duas gestões são, contudo, bastante complexas. Embora, a maioria dos residentes se situe nos limites administrativos de Júlio de Castilho e, em razão disso, reiviniquem ações por parte deste município, há que se destacar que em razão das proximidades físicas com Nova Palma, os residentes reconhecem que movimentam muito mais os impostos deste município. Segundo uma das agricultoras, “*tu compra uma caixa de fósforo e o imposto não vai para o município de Júlio, vai para o município de Nova Palma... tudo que nós precisamos aqui, nós vamos buscar tudo em Nova Palma*”. Para ela, esse é motivo pelo qual a comunidade não tem recebido a devida atenção de Júlio de Castilhos: “*não ajudamos em nada Júlio e nós não temos, aqui, o reconhecimento do nosso município*”.

Além das questões administrativas, a proximidade física com Nova Palma também permite o maior movimento de turistas, visto que é justamente esta interligação entre São João

dos Mellos e Nova Palma que possibilita o deslocamento de turistas de forma integrada com a região turística da Quarta Colônia. Nova Palma, inclusive, faz parte da rota desta região turística e apresenta um conjunto de atrativos, sendo que o mais famoso está localizado justamente na estrada que dá acesso a São João dos Mellos: o balneário municipal Atílio Alessio, local onde são realizados grandes eventos, tais como a escolha da garota verão regional e etapas do vôlei verão, eventos cuja organização é amplamente divulgada na mídia.

O balneário apresenta um grande fluxo de turistas nas épocas de veraneio advindo de Santa Maria e região e, sendo assim, o município acaba por ter um movimento significativo que justifica suas atenções para a gestão do turismo. De tal forma, a Prefeitura de Nova Palma apresenta cargos específicos para turismólogos em sua Secretaria de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio, indicando maiores preocupações quanto ao planejamento da atividade. Nas entrevistas realizadas com a responsável pela Secretaria e também com o agente de turismo municipal, pôde-se constatar que o município de Nova Palma tem interesse em promover a atividade turística e, nos últimos anos, tem realizado diversas ações nesse sentido.

Além da organização dos eventos e da divulgação do seu atrativo principal, o balneário, o município também tem investido em outros pontos de interesse turístico, tais como atrativos naturais, como trilhas e cascatas localizadas nas estradas que dão acesso às comunidades rurais pertencentes ao município; atrativos religiosos, como o monumento Nossa Senhora da Salette, a gruta de Nossa Senhora de Lourdes e a caverna de Nossa Senhora de Fátima; e também histórico-culturais, tais como o Centro de Pesquisas Genealógicas, arquivo público que contém os registros das famílias de origem italiana residentes na região.

Observando o fluxo de turistas e também o interesse em promover o turismo local por parte da Prefeitura de Nova Palma, a ação mais recente da comunidade de São João dos Mellos está na busca por uma melhor integração entre estes dois territórios. O primeiro ponto levantado pelos residentes foi a necessidade de melhoria das estradas que ligam a comunidade a este centro urbano, não apenas porque seria interessante para promover o turismo, mas também por facilitar o acesso dos próprios residentes aos serviços essenciais que geralmente são procurados em Nova Palma. Assim, no início do ano de 2015, por iniciativa dos gestores do Jardim das Esculturas, foi firmada uma parceria entre o destino turístico de São João dos Mellos e a Prefeitura de Nova Palma para melhorar as estradas de acesso à comunidade e, em conjunto, construir uma nova rota turística: a rota das esculturas.

Cabe destacar que, embora as tratativas tenham sido realizadas pelos gestores do Jardim, a comunidade declarou nas entrevistas que vê a melhoria do acesso como algo positivo. Para este agricultor, a construção de uma nova rota *é sim uma melhoria de acesso né?! O que é o fundamental pra gente!* Para outra moradora, esta participação da prefeitura de Nova Palma tem sido “muito boa”, e ressalta as mudanças que estavam a ocorrer naquele momento e as vantagens para o turismo: *“ontem mesmo veio à escavadeira da prefeitura de Nova Palma ali, pra mover as pedras, e tão fazendo aquela fila... vão botar uma fila de estátua. O pessoal que vem de fora, vem ali e fica tudo encantado por isso aí!”*.

As narrativas favoráveis dos residentes são reflexos do seguinte acordo: Rogério Bertoldo e sua esposa procuraram a Prefeitura de Nova Palma e solicitaram a melhoria das estradas, fator que os residentes de São João dos Mellos já comentavam informalmente entre si, mas que não eram consolidados em reivindicações oficiais da comunidade em razão de questões políticas e administrativas. Em troca do melhoramento no acesso, o escultor produziria obras para compor um caminho, uma estrada de atrativos ligando Nova Palma à comunidade de São João dos Mellos. Assim, a proposta teve basicamente três desdobramentos: melhorar o acesso para toda a comunidade; aumentar o fluxo de turistas até o destino de São João dos Mellos, permitindo a maior divulgação do Jardim das Esculturas e, por fim, contribuir com um novo atrativo turístico para o município de Nova Palma.

Segundo a Secretária responsável pelo turismo na prefeitura de Nova Palma, partiu de Rogério e Giselda a ideia do caminho repleto de esculturas, formando uma “rota das esculturas”. De acordo com a entrevistada, essa ideia originalmente foi dialogada com a prefeitura de Júlio, mas como não houve repostas positivas, os mesmos procuraram a gestão de Nova Palma. De acordo com a entrevistada: *“por isso que eles partiram para Nova Palma, já que é mais próximo. Talvez aqui eles teriam uma compreensão, uma parceria com o município para desenvolver mais essa parte...”* se referindo ao desenvolvimento turístico almejado pela comunidade.

Nas palavras da gestora do jardim, o projeto se torna interessante tanto para comunidade quanto para a prefeitura de Nova Palma em razão de ambos se favorecem com o fluxo de turistas. Para ela, *“no período de verão, o pessoal vem visitar o Jardim e vai pro Balneário, ou vem pro Balneário e vem visitar o Jardim... hoje está ocorrendo isso!”*. Dessa forma, por partilharem a mesma demanda de turistas, a parceria acaba sendo benéfica para os dois lados, visto que o balneário encontra-se na estrada que vai para São João dos Mellos.

Tendo firmado acordo, o projeto consistiu nas seguintes ações: ao longo dos 7 km de estradas de terra que ligam a comunidade à Nova Palma, a prefeitura ficou responsável por melhorar as condições da via, ampliando o tamanho das margens e colocando brita nos trechos mais complicados. A manutenção também ocorre por parte da prefeitura nas épocas de chuva, quando eventualmente alguns trechos necessitam de reparos. Além da melhoria nas condições da via, também ficou a cargo do poder executivo colocar placas de sinalização turística e construir os pedestais para as esculturas produzidas por Rogério. Em contrapartida, o escultor produziu 12 obras que formam um caminho turístico.

Essas ações ocorreram no primeiro semestre de 2015 e, desde agosto desse ano, a “rota das esculturas” já se encontra à disposição do público de turistas. Com a contrapartida das esculturas, o objetivo dos gestores do Jardim era incentivar ações que visavam melhorar as condições de deslocamentos para todos. Segundo Giselda Bertoldo:

“Porque hoje a gente tem ônibus ‘trucados’¹⁵, que sobem com grande dificuldade! Então, hoje, é isso o que nós temos, no presente, com o Município de Nova Palma. Pra que se crie um atrativo e também um melhoramento, uma infraestrutura que as pessoas e os visitantes possam ter acesso e conforto ao viajar na estrada...”

Mas além da melhoria nas condições de acesso, a iniciativa do escultor e sua esposa, endossada por necessidades da comunidade de São João dos Mellos, acabou por atingir também comunidades rurais vizinhas, localizadas nos limites administrativos de Nova Palma. Ao longo do caminho das esculturas, localiza-se outra comunidade rural, de características muito similares a de São João dos Mellos, a comunidade do Bom Retiro. Os residentes dessa segunda comunidade ficaram responsáveis por zelar pelas estátuas localizadas próximas de suas propriedades.

Esse pedido foi feito pelo próprio escultor, que conhece os agricultores residentes na comunidade vizinha. Apesar de não trabalharem com o turismo e não estarem vinculados à proposta da Associação Comunitária de São João dos Mellos, esses agricultores do Bom Retiro aceitaram de bom grado fazer as manutenções das estátuas, cuidado do gramado no entorno, tirando o limo das obras, assim como zelando pelo patrimônio observando se não há depreciações por parte dos visitantes.

Revela-se aqui, novamente a lógica solidária das comunidades rurais, pois todo o trabalho é realizado exclusivamente pelo desejo em ajudar. As obras, em contrapartida, também têm significados que guardam a história do escultor e simbolizam momentos vividos

¹⁵Diz-se ônibus ‘trucado’ para designar os veículos que têm um eixo a mais para tração e peso.

por ele nos trechos em que se situam. Como exemplo, observa-se em uma das esculturas a imagem de uma pessoa correndo (Ilustração 13). Esta obra, cujo título é “Caminhar é Preciso”, representa o trecho em que o escultor praticava corrida.

Importante destacar que a obra, apesar de ter uma placa indicando seu título, não apresenta o seu significado. Assim como as esculturas internas de São João dos Mellos, apenas os residentes do entorno é que detêm o conhecimento da simbologia das imagens, que foram contadas pelo escultor no momento da entrega das obras aos seus zeladores. Com a falta de um material de divulgação, os monumentos ainda necessitam de guias que conheçam a história local. Os atrativos ainda não permitem uma visita auto-guiada que possibilite a compreensão do contexto desta rota que detém um forte aporte histórico e cultural local.

Ilustração 13- Inauguração da Rota das Esculturas¹⁶.



Fonte: Assessoria de imprensa da Prefeitura de Nova palma - AICIR61¹⁷.

Os vínculos que se observam entre a simbologia das obras com o local, a história do escultor e a amizade entre os agricultores do entorno, ressaltam um novo desenho das territorialidades do turismo rural de base comunitária. Observa-se que, além da parceria com o poder público, novas alianças estão sendo construídas com outros agricultores, o que futuramente pode se desdobrar em uma ampliação da oferta de equipamentos e serviços

¹⁶Na imagem, os gestores do Jardim, agricultores da comunidade vizinha responsáveis por zelar a obra e representante do poder público municipal

¹⁷<http://www.alcir61.net/2015/07/nova-palma-na-regiao-central-inaugurou.html>

também em comunidades vizinhas, embora ainda não exista essa intenção por parte dos envolvidos.

A ideia de ampliação do turismo é, inclusive, partilhada pelos membros da comunidade de São João dos Mellos. Não no sentido de ampliação para outras comunidades, pelo menos até este momento, mas sim a ampliação do fluxo de turistas à comunidade. Com a relação de aliança com Nova Palma, muitos residentes se mostraram otimistas com as possibilidades de receberem um maior número de visitantes. Em tom entusiástico, uma das agricultoras declara que o movimento de turistas está: *“cada vez aumentando mais um pouco... tomara a Deus que dê certo isso daí de Nova Palma!”*. Em complemento, outra residente afirma: *“vai melhorar mais ainda por causa que o pessoal vai ter a curiosidade, vai despertar a curiosidade das pessoas ... e vão vir mais ainda! Vai aumentar mais ainda!”*

Como pode ser observado, a pretensão dos residentes é que o fluxo de turistas se amplie e que a parceria com Nova Palma, embora ainda em processo, está sendo percebida como fator positivo nesse movimento. Mas não apenas os agricultores se declaram favoráveis à ampliação do turismo. A Prefeitura de Nova Palma tem interesses em dar continuidade à rota turística e, inclusive, fortalecer esta relação de aliança entre o município e o destino turístico de São João dos Mellos.

Em um recente material de divulgação do turismo na região central, observa-se que Nova Palma, em meio a uma série de atrativos da Quarta Colônia, já está a divulgar a “Rotas das Esculturas” como seu atrativo principal. Verificou-se no mapa temático a seguir (Ilustração 14), a delimitação de Nova Palma já é simbolizada por sua nova rota, designada na ilustração pelo número 16 e o desenho de uma das esculturas, representado um casal de italianos dando boas-vindas à rota. Em contraponto, observa-se que Júlio de Castilhos, designado pelo número 13, não apresenta as esculturas como ponto simbólico, mas sim o capão da convenção, atrativo histórico citado anteriormente.

em andamento e, segundo os envolvidos, em breve será realizado um jantar italiano organizado pela própria comunidade, para que os residentes de São João dos Mellos e os empreendedores ligados ao turismo de Nova Palma possam em conjunto pensar em novas propostas para o turismo. Segundo o agente de turismo a ideia é: *“convidar o pessoal aqui dos restaurantes, lancherias, pessoal que ainda tem alguma coisa relacionada com hospedagem [...] e fazer uma janta e expor para eles as potencialidades que tem, o que que pode ajudar eles lá na comunidade e os próprios empreendedores aqui do município”*

Observa-se, assim, que uma nova relação de aliança está em processo de construção e, pela indicação dos relatos, a comunidade está iniciando uma nova fase em seu desenvolvimento turístico, buscando não apenas se firmar no território, mas também se integrar à sua região turística, fortalecendo e expandindo o seu fluxo turístico. De tal modo, que os relatos dos residentes demonstram sua credibilidade no que estão a construir. Quando questionados sobre a possibilidade do turismo ser uma alternativa econômica/ de trabalho para que seus filhos e netos voltassem a residir em São João dos Mellos, salvo algumas poucas exceções, as respostas foram em sua maioria afirmativas, havendo recorrência de expressão “eu acho que sim”, “eu penso que sim”, “eu aposto que sim”.

Embora as repostas não sejam enfáticas e indiquem algumas incertezas, há a confiança dos residentes que o desenvolvimento turístico comunitário pode crescer ainda mais e se tornar algo atrativo para as próximas gerações. Mas esta constatação está condicionada a ideia de melhorias que os residentes estão trabalhando para consolidar. Exemplificando tal fato, uma das agricultoras afirma que o turismo poderá ser interessante para as gerações mais novas voltarem à São João dos Mellos *“se ele for bem divulgado e se as pessoas que estão envolvidas hoje souberem receber as pessoas, souberem tratar as pessoas”*, fazendo referência aos constantes melhoramentos que a comunidade busca para si e para o turismo.

CONSIDERAÇÕES

Ao fim deste trabalho, algumas considerações se fazem importantes para compreender a realidade de São João dos Mellos à luz das teorias do materialismo histórico e dialético e suas categorias de análise. Ao estudar a trajetória desta comunidade rural, tomou-se como base todo o contexto de mudanças advindos com o processo de globalização e seus reflexos no espaço rural brasileiro. Sendo assim, a totalidade, a contradição, a mediação, a reprodução e a hegemonia, estão sempre presentes quando se analisa o espaço rural brasileiro e sua história, incorporando todas as novas funções que esse espaço assume com as dinâmicas, passadas e presentes, do capitalismo.

Nesse sentido, compreende-se que o estudo da comunidade de São João dos Mellos faz parte de um movimento mais amplo, em que a noção de desenvolvimento almejada pela sociedade global, norteadas pelos interesses hegemônicos do capital, culminaram em uma grande transformação dos espaços e das relações de produção, orientando em um primeiro momento, um processo de desenvolvimento agrícola, dotado de tecnificação, aumento da produtividade e, em contraponto, redução das áreas de produção e aumento da pobreza de comunidades rurais.

Todo o processo de contradição que as lógicas do mercado global e que o capital hegemônico trazem é mais do que explorado na literatura científica. As externalidades, ou, segundo outras abordagens, “as verticalidades”, se materializam expondo e agravando todos os jogos de opostos que esta condição traz. No espaço rural, sua oposição em relação ao urbano, ao industrializado, outrora apontados como sinônimo de desenvolvimento, agrava as situações de esvaziamento demográfico do campo e de perda da capacidade produtiva dos pequenos agricultores, ou, como optou-se em designar, “agricultores familiares”.

Como apresentado, a trajetória de São João dos Mellos insere-se nesta ordem. A pequena comunidade rural passou pelo processo de desenvolvimento agrícola. Os próprios residentes entrevistados revelam nos discursos seus olhares sobre essa transformação. A perda do poder de produção agrícola, o empobrecimento da população e a busca por melhores condições de vida nos centros urbanos são constatações que os residentes repetem esboçando sentimento de pesar.

Em razão dessa conjuntura, as formas de produção e reprodução de agricultores familiares em diversas comunidades no Brasil e também em São João dos Mellos, se transformaram a ponto de remodelar a própria divisão territorial do trabalho. O espaço rural, produtor de alimentos, assume novas funções, novos usos, inserindo-se nesse movimento outras ocupações aos trabalhares do campo, ocupações não agrícolas. A pluriatividade surge nesse contexto e se revela como uma das alternativas à permanência dos agricultores no espaço rural.

O fenômeno da pluriatividade é circunscrito por duas vertentes. Por um lado, a pluriatividade surge como uma alternativa aos efeitos da pobreza no campo e como possibilidade de melhoria da qualidade de vida das populações rurais, sendo assumido de bom grado por instâncias públicas e políticas como forma de promover o desenvolvimento rural. Por outro, o fenômeno aparece como uma estratégia realizada no âmbito das próprias famílias rurais para inserirem na nova dinâmica do mercado capitalista hegemônico.

Aqui se encontra a categoria da contradição. Os opostos são conservados e superados. O poder do agricultor familiar, em oposição ao poder hegemônico se mantém, mas ao mesmo tempo há uma superação da relação de subsunção do rural às verticalidades do capital hegemônico. No caso do turismo, enquanto uma das formas de apresentação do fenômeno pluriativo, esta relação fica ainda mais clara.

O turismo rural, prática explorada com maior atenção nesta dissertação, se apresenta como uma estratégia interessante de reinserção da agricultura familiar no mercado globalizado, mantendo-se sua relação com a prática agrícola. Isto é, trata-se de uma prática que permite tanto a permanência do agricultor em seu meio, contraponto às dinâmicas do capitalismo que colabora com o esvaziamento do campo, como a possibilidade desse mesmo agricultor competir no mercado globalizado.

Revelando-se como uma possibilidade de estímulo ao desenvolvimento rural, políticas públicas são observadas nesse sentido. Sobretudo na região Sul do país, são diversos os exemplos de comunidades que aderiram ao turismo rural como forma de diversificação de fontes de renda e também como forma de valorização da cultura local. Sob orientação de atores externos ou por conta própria, dentre as décadas de 1980 e 1990 assistiu-se à pulverização do turismo rural. Na região da Quarta Colônia, por exemplo, espaço geograficamente muito próximo à comunidade estudada, diversas iniciativas desse mesmo gênero foram consolidadas.

Contudo, a comunidade de São João dos Mellos não se incluiu nesse processo. O turismo rural, apesar de muito presente no entorno geográfico não atingiu a comunidade estudada no mesmo momento. As análises da trajetória de São João dos Mellos revelam que o turismo iniciou-se de uma forma bastante peculiar, sem intencionalidades por parte de agentes externos como poder público ou investidores privados. Entretanto, o início do turismo rural na comunidade merece atenção.

Mesmo que o atrativo que instigou a prática do turismo rural não tenha sido inicialmente pensado com este objetivo, a proximidade geográfica do território estudado com grandes centros urbanos e, acima de tudo, com uma região turística foi o que fomentou o fluxo de visitantes ao lugar. Isto é, as análises do território de São João dos Mellos somente são compreendidas em sua totalidade se observadas além da escala local. Neste caso, a relação de proximidade física com polos emissores de visitantes e turistas, observados sob a escala regional, é o que explica a ignição do movimento turístico no território.

Cabe destacar que, no caso da dinâmica turística, a escala global também se faz presente. Os gostos por locais alternativos, o contraponto às agitações dos centros urbanos, e a modelação dos comportamentos dos turistas que buscam espaços rurais como destino, fazem parte de um contexto global, assim como a difusão da própria prática turística. Validados por discursos midiáticos de busca por destinos autênticos, assim como pela própria possibilidade de contribuir com a valorização das culturas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, o turismo rural se consolidou em diversos países.

No caso do objeto de estudo, observou-se que a difusão da prática turística no entorno, aliada a um importante papel das mídias locais que promoveram o jardim do escultor Rogério Bertoldo como atrativo cultural e artístico, foram de grande importância para o aumento do fluxo de visitantes na comunidade e percepção, por parte da família do escultor e também dos seus vizinhos, da possibilidade de desenvolvimento turístico. É a partir desse movimento que se tem as respostas para as questões levantadas no início desse trabalho.

Retomando os objetivos dessa pesquisa, buscou-se analisar como se deram as articulações entre os atores neste território no processo de organização e prática do turismo rural. Primeiramente, cabe esclarecer que os primeiros atores envolvidos nesse processo são os próprios agricultores da comunidade rural. Tendo a ideia de desenvolvimento do turismo partido dos residentes, a primeira relação a ser explorada é exatamente entre os próprios membros da comunidade.

Como explicitado no decorrer do trabalho, a relação entre os moradores é de extrema proximidade, sendo o associativismo, a cooperação e a busca pelo bem comum, características inerentes a essa comunidade. Assim, nos discursos dos agricultores, o sentimento de pertencimento ao lugar, de identidade em relação ao Jardim das Esculturas e, acima de tudo, de busca pelas melhorias e bem estar de toda a comunidade, se revelaram como elementos fundamentais para a consolidação do turismo no local de uma forma sustentável. As características de autogestão do turismo por parte dos agricultores estudados é o que justifica o uso da terminologia “turismo rural comunitário” nesta dissertação.

No processo de articulação entre os próprios atores locais, notou-se a força do discurso do desenvolvimento turístico como forma de estancar o processo de “desaparecimento da comunidade”. Aqui, novamente se constata o jogo de opostos e sua superação. É perene o sentimento da comunidade de resistência ao seu esvaziamento, dado tanto pelo êxodo dos jovens, quanto pelo envelhecimento da população. O turismo rural, enquanto atividade complementar na vida das famílias rurais, trouxe um novo movimento, novas funções, novos usos ao território que estava “sumindo”, segundo contam os residentes.

Importante salientar que o desejo dos agricultores em organizar e desenvolver a atividade turística teve como força motriz basicamente duas vertentes: a primeira, se deu pela motivação para melhorar a estrutura do espaço habitado. Os discursos em prol do calçamento, das necessidades de melhorias das estradas e meios de comunicação, ajardinamento e embelezamento do núcleo onde a comunidade vive, revelam tanto o desejo da comunidade de “desenvolver-se, no sentido de ter acesso a melhores condições de vida, quanto o desejo de se afirmar e se interligar com o seu entorno, se opondo à lógica do abandono e desertificação.

A segunda vertente, complementar à primeira, revela o desejo dos residentes em dar novos usos ao território, promovendo o turismo como forma de valorizar sua própria cultura. O movimento trazido com os visitantes, segundo apontam os residentes, foi capaz de dar novo ânimo à comunidade. O fato de poder conversar com os visitantes, contar suas histórias, apresentar o “jardim da comunidade” a outras pessoas, foram pontos levantados pelos agricultores como os fatores positivos do turismo. Ou seja, a motivação em desenvolver a atividade se deu muito mais em relação a elevação da estima dos agricultores, do que propriamente pela necessidade de ter uma fonte de renda complementar.

Retomando-se o objetivo inicialmente proposto de compreender como as articulações sociais e transformações territoriais se refletem nas condições econômicas e sociais da

comunidade, pode-se afirmar que, no sentido econômico, o turismo teve pouco peso na motivação da comunidade para desenvolver o turismo. Embora estejam presentes, os recursos financeiros arrecadados com o turismo não representam uma parcela significativa da renda, segundo a percepção dos próprios agricultores. Os ganhos sociais, tanto no sentido individual quanto coletivo, sem dúvida superam quaisquer benefícios econômicos, segundo os entrevistados.

A inserção do turismo em São João dos Mellos trouxe ganhos sociais tanto no sentido de aumento da estima dos residentes, quanto na possibilidade de retomada de seu território, de apropriação do seu espaço e, por fim, de refuncionalização do mesmo de acordo com os desejos de seus habitantes. A transformação territorial, instalada pela prática turística e auxiliada por atores externos, mas acima de tudo, conduzida pelos próprios atores locais, foi o maior ganho social que a comunidade teve. Nesse sentido, a apropriação simbólica da comunidade com seu jardim e o sentimento de grupo da comunidade como um todo, foram elementos primordiais para que os atores locais pudessem buscar apoio externo e formar redes de cooperação de acordo com suas necessidades.

A figura da Associação Pró-Turismo de São João dos Mellos e, em conjunto, o sentimento de união da comunidade para o desenvolvimento do turismo, foram de extrema importância para a construção das redes que possibilitaram a transformação territorial. É importante lembrar que, independente dos agricultores estarem ou não envolvidos diretamente com o turismo, todos os entrevistados eram a favor da atividade e, mesmo de forma indireta, acabam por apoiar as ações daqueles que tomam a frente no processo de articulação com os atores externos.

No que tange ao objetivo de analisar as articulações entre os atores do território, cabe ressaltar que as relações se dividem em situações de aliança e conflito. Como visto, as relações mais conflitantes da comunidade com atores externos se deram em relação à gestão da Prefeitura de Júlio de Castilhos. Os agricultores almejavam maiores incentivos municipais tanto para o incremento do turismo quanto para a melhoria de serviços e estruturas que poderiam melhorar a qualidade de vida dos residentes, tais como iluminação pública e calçamento.

Embora tenham conseguido ações parciais por parte da prefeitura, a percepção dos residentes é de que o poder público poderia ter feito mais pelo turismo na comunidade. O sentimento de indignação dos agricultores e o desejo comum de organizar e melhorar a prática

turística no lugar fizeram com que muitas das transformações do espaço de São João dos Mellos fossem realizadas pela própria comunidade. Por meio de mutirões e também ações individuais das famílias, o espaço outrora abandonado foi remodelado e apropriado pelos residentes que conduziram os melhoramentos para a comunidade e, também para o turismo.

Nesse aspecto, o sentimento dos atores locais de que era necessário auxílio externo, não só no sentido estrutural, mas também de capacitação para melhor desenvolver as transformações no território foram propulsores das relações de aliança da comunidade com a EMATER-RS/ASCAR e com o SENAR. Tendo firmado uma relação mais forte com o segundo o órgão, as articulações de aliança com estes atores foram de extrema importância para que a comunidade se empoderasse com maior segurança da organização do turismo e pudesse fortalecer a atividade no território.

Sobre esta relação, cabem algumas considerações mais aprofundadas. A articulação de parceria com estes órgãos de assistência aos trabalhadores rurais representa também ações remanescentes de um contexto de desenvolvimento rural no sentido de mitigação dos efeitos negativos das verticalidades do capital hegemônico. Isto é, estes órgãos objetivam auxiliar os agricultores familiares no processo de permanência no campo e colaborar com estratégias para melhoria do bem-estar dessas populações.

Sabendo disso, esse movimento de articulação da comunidade com esses atores externos representa uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que parte da vontade dos agricultores permanecer no campo e investir em formas alternativas de vida, os órgãos colaborativos, criados justamente para favorecer essa condição, trabalham no sentido de fornecer ferramentas às famílias rurais para que as mesmas sejam agentes de sua própria transformação. Os interesses de ambos os lados convergem e, em razão disso, a relação de aliança é materializada.

Diferentemente, os interesses da comunidade e da Prefeitura de Júlio de Castilhos são opostos. Como constatado, a região administrativa a qual São João dos Mellos pertence não tem, ao menos até este momento, maiores pretensões de investir no turismo enquanto atividade econômica regional. Dessa maneira, a iniciativa de desenvolvimento do turismo rural comunitário, por mais bem vista que seja aos olhos do poder público, não é uma das prioridades dessa gestão. Mediante a esta contradição, coube a comunidade buscar parcerias além dos seus limites administrativos.

Em razão disso, o conceito de região, aqui tratado como uma espacialidade diferenciada que vai além dos limites cartográficos, se tornou imprescindível para compreender os desenhos que as territorialidades de São João dos Mellos formaram no processo de desenvolvimento turístico, assumindo uma regionalidade bastante peculiar. A busca da comunidade por interligar-se à região turística é um dos principais pontos que representam essa lógica. Aqui cabe destacar uma das ações mais recentes na trajetória da comunidade: a aliança com a Prefeitura de Nova Palma.

Embora a gestão de Nova Palma esteja dando seus primeiros passos em relação a exploração do turismo, a parceria firmada com a comunidade de São João dos Mellos representa um primeiro movimento de fortalecimento das relações entre os atores e construção de uma identidade regional para o desenvolvimento da atividade. Nessa perspectiva, algumas reflexões se fazem necessárias para compreender o contexto regional a que se refere.

Como visto, o desejo dos agricultores de interligar-se à região turística (promovida principalmente pelas cidades da Quarta Colônia) é constatado desde os primórdios da trajetória do turismo rural comunitário no objeto de estudo. Em parte, essa motivação se materializou em razão da comunidade de São João dos Mellos partilhar do mesmo fluxo de visitantes e turistas da região turística da Quarta Colônia. Inclusive, a própria relação de aliança que a comunidade exerce com o poder privado, neste caso representado por agências de turismo receptivo, nasce da gestão compartilhada dessa demanda.

Entretanto, a proximidade física com a região turística da Quarta Colônia e o compartilhamento do fluxo turístico não foram elementos suficientes para promover a integração da comunidade com esta região. Dessa forma, coube aos agricultores mobilizarem-se com o objetivo de construir essa articulação, iniciada por meio da constituição da Rota das Esculturas. Os pontos mais importantes que caracterizam essa ação como um elemento de integração e afirmação regional são: o melhoramento dos acessos (vias e sinalização) entre a comunidade e sua região turística; a construção de atrativos (esculturas que compõem a rota) que contam a história não apenas da comunidade, mas também do seu entorno; e, por fim, a integração entre os atores da comunidade estudada, atores de comunidades rurais vizinhas e poder público do município de Nova Palma.

Esse conjunto, embora ainda em processo de transformação, representa os movimentos que designam a expansão das territorialidades de São João dos Mellos de forma integrativa e

colaborativa com o seu entorno, configurando novas dinâmicas entre estes territórios. Uma nova identidade está sendo constituída por meio da interligação entre o local de estudo e os lugares adjacentes, revelando uma região que está a ser autoconstruída por meio da expressão dos interesses dos diferentes atores incluídos nesse processo. Interessante destacar a centralidade das ações fundadas e levantadas pela comunidade estudada. Isto é, no processo de construção dessas novas articulações regionais destacam-se os agricultores familiares como principais fomentadores dessa ação.

Não apenas sob a perspectiva regional, mas também local. As transformações do território e territorialidades apresentadas neste trabalho foram resultados da insistência dos agricultores familiares em agir e reagir aos fenômenos do capitalismo. Dentre as principais mudanças no território, que foram detalhadamente exploradas ao longo dessa dissertação, não se pode deixar de apontar, além das transformações estruturais, as mudanças no sentimento de pertencimento, apropriação simbólica do lugar e, sobretudo, de construção de uma nova identidade local. A comunidade rural agrega novos sentimentos em relação ao seu espaço e edifica a identidade de uma comunidade turística, reconhecida pelo “seu” Jardim. Além da prática da agricultura, a formação do território turístico permitiu aos agricultores afirmarem e divulgarem sua história, sua cultura, seus modos de vida.

É nesta acepção que a iniciativa endógena de São João dos Mellos se tornou um importante objeto de estudo para melhor compreender as relações de desenvolvimento local e regional, pois se trata de uma iniciativa “de baixo para cima” em que a cultura local se apropria do espaço, e as ações nele realizadas o caracterizam como um território que se integra com outros formando uma rede de fluxos, de políticas, trânsito de pessoas e bagagens culturais que aprofundam horizontalidades.

Dessa maneira, por meio desse movimento horizontal, a comunidade de São João dos Mellos tem buscado sua afirmação. Assim, conclui-se que por meio do turismo rural comunitário, tem-se a mais completa manifestação da “contramobilidade emergindo como expressão do direito de ‘não migrar’, ou de permanecer no espaço de origem; é a luta em defesa do ‘livre-arbítrio’ quanto ao espaço a ocupar, a cultura a preservar. É o singular tentando manter seu espaço no espaço econômico global” (CASTRO et al., 2006, p.322).

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BARROS, J. A. História, Espaço e Tempo- interações necessárias. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.
- BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.16, n.02, ago.2007, p.131-150.
- BOISIER, S. El discurso Final. In: **Reforma y Democracia**. Caracas, nº2. Julho. 1994.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 2002
- CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n.21. jan/jun. 2009, p. 252-280.
- CAVACO, C. M. M. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARNEIRO, M. J. F. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: CARVALHO, C. L. F e outros (org.). **Mundo Rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- COLLIN, D. **Compreender Marx**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CORAZZA, G. **Cadernos IHU Ideias**. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo, São Leopoldo; UNISINOS, 2005.
- CORIOLOANO, L. N., LIMA, L. C. (org). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, F. **Terra de Vila Rica: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos**. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991

- CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DENCKER, A. F. Hospitalidade e mercado. Anais do Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/29278428381383696639983910656608153591.pdf>. Acesso em 20. Jan. de 2015.
- DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea. In: **Anais XLV Congresso da Sober**, 2007.
- DINIZ, G.; PANYIK, E.; BREDA, Z. O papel dos Grupos de Ação Local (GAL) no desenvolvimento do turismo em áreas rurais em Portugal. In: FIGUEIREDO, E. **O rural plural**. Portugal: 100LUZ, 2011.
- DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1979.
- ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. In: **Finisterra**, XLII, 84, 2007, p.47-65.
- ETGES, Virginia E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégia de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. In: **Territórios com identidade cultural**, março de 2006.
- FRIGOTTO, G. O enfoque **da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.
- GOMIDE, D. C. **O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf. Acesso em 22 de jun. de 2014 às 22h e 18 min.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos Avançados**, vol. 15, no. 43. São Paulo, Sep/Dec., 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.19, nº1, jan/abr. Brasília: Embrapa, 2002.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Rio Janeiro: Loyola, 2011.
- HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1969.

- JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.
- KELLER, Peter. Uma nova maneira de ver o turismo global. In: TRIGO, L.G.G. (Edit.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005, p. 3-17.
- KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego. In: **KEYNES**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.
- KLOSTER, S., CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: relações possíveis. In: Desenvolvimento em questão. Ijuí: Editora Unijuí, ano 12, n.27, jul/set de 2014.
- LANNES, José; LUZ JR., Roberto da. A crise econômica também afeta as atividades urbanas na quarta colônia. In: **EQUIPE de economia**. Planejamento ambiental da quarta colônia Santa Maria, 2008.
- LEFÉBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LUNARDI, R. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária**. Ministério do Turismo: letra e Imagem, 2009.
- MARQUES, C. E. Redes sociais e poder no estado brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 21, n.60, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, K. **Para uma crítica da economia política**. Disponível em: <http://C/site/LivrosGrátis/paraumacritica.htm>. Acesso em 05 de abr. de 2001 às 17h 17min.
- MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília: publicação ministerial, s.d.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Editora Alínea, 2009.
- MIGLIONE, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: Queroz, 1982.
- MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, C. S., SOUZA, M. Turismo rural, renda e bem-estar: estudo com agricultores familiares no município de Salvador do Sul, RS. In: **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR-CCR-UFSM, Ano XIV, Jan-Dez de 2007.

MTur. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília, 2003.

MTur. Ministério do Turismo. **Editais de chamada pública de projetos Mtur/n. 001/2008**. Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

MTur. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília, sem data.

MUTTI, R. CAREGNATO, R. C. Pesquisa qualitativa: análise de conteúdo versus análise de discurso. In: **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, 2006. Out-Dez.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Revista estudos avançados**. São Paulo, USP, Vol.16, nº44, p.83-100, 2001.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSTROM, E. Collective action and property rights for sustainable development: understanding collective action. **International FoodPolicyResearchInstitute**, nº 11, feb. Washington, D.C.: IFPRI, 2004. Disponível em: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/focus11.pdf>. Acesso em junho de 2013.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política**, PPS UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/11615>.

PRATES, J. C. **O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social**. In: Revista Temporalis, n.09, ABEPSS, 2006.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento rural. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a12.pdf>.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1999.

ROSTOW, W. W. As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário. In: **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista).** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANSOLO, D. V, BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária.** Ministério do Turismo: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios.** Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, 2002. p.17 – 38.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **Por uma Economia Política da cidade.** São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, T.B.B. **Turismo e campesinato: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR.** Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e Pluriatividade.** Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A., REDL, M. (org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, 2000, p. 14-50.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **RBCS**, vol. 18, n.51, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: **Anais do Congresso Europeu de Sociologia Rural.** Holanda, 2007.

SIEDENBERG, D. R. (org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares.** Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

SILVA, Y. F, LIMA, F. B. C., CHRISTOFFOLI, A. R. Turismo rural comunitário: gestão familiar e estratégias de consolidação do Agroturismo no Brasil. In: SANTOS, M, AGUAS, P., SERRA, F., SANTOS, J. A. C (org.). **Perspetivas Contemporâneas em Turismo**. Algarve: Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo, 2014.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SMITH, A. **Instigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

SOUZA, M., ELESBÃO, I., SCHAIDHAUER, M. Os benefícios do turismo rural: caminhos de pedra, Bento Gonçalves/RS. In: **Rosa dos Ventos**. Universidade de Caxias do Sul, vol. 3/n.2, jul. 2011.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século 17. **Estud. Econ.** [online]. 2009, vol.39, n.3, pp. 571-596. ISSN 0101-4161. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000300005>

TANAKA, J. E. C. O espaço em Kant e suas contribuições na definição do conceito de região. In: GODOY, P. R. T. (org.) **História do pensamento geográfico epistemologia em geografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALVERDE, R. R. Transformações no conceito de território. In: **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004.

Documentos consultados

- Atas do Projeto de Turismo Rural da comunidade de São João dos Mellos, 2010
- Estatuto Social da APTSJM, 2010
- Periódico *Integração Regional*, edição n.444 de 2008
- Periódico *Cidades do Vale*, edição de 1 de abril de 2010
- Periódico A tribuna Regional, edição de 28 de janeiro de 2007.
- Periódico Correio do Povo, edição de 1 agosto de 2009.
- Periódico Jornal Expressão, edições de 30 de setembro de 2006, 07 de março de 2008, outubro de 2008, 26 de dezembro de 2008, 2 dezembro de 2009, 09 de março de 2010, 19 de março de 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES

Roteiro de entrevista para moradores	
Nome:	
Idade:	Sexo: M F
Profissão:	Aposentado: S N
Morador de SJM desde:	Associado a ASPT: S N
Estado civil: casado solteiro viúvo divorciado união estável	
<p>Renda familiar:</p> <p>1. () Menos de um salário mínimo (menos de R\$ 788,00)</p> <p>2. () Entre 01 e 02 salários mínimos (mais de R\$ 788,00 a R\$1.576,00)</p> <p>3. () Mais de 2 a 3 SM (mais de R\$ 1.576,00 a R\$ 2.364,00)</p> <p>4. () Mais de 3 a 5 SM (mais de R\$ 2.364,00 a R\$ 3.940,00)</p> <p>5. () Mais de 5 a 10 SM (mais de R\$ 3.940,00 a R\$ 7.880,00)</p> <p>6. () Mais de 10 SM (mais de R\$ 7.880,00)</p> <p>Os ganhos com o turismo fazem parte dessa renda familiar? S N</p> <p>Aproximadamente, qual o ganho mensal relacionado ao turismo: R\$ _____</p>	
<p>Número de filhos:</p> <p>Idade dos filhos (inserir quantitativo):</p> <p>() de 0 a 13 anos - estuda em SJM? S N</p> <p>() de 14 a 17 anos – estuda em SJM? S N</p> <p>() de 18 a 29 anos - Estuda ou trabalha fora de SJM? S N /Reside com os pais? S N</p> <p>() mais de 30 anos – Estuda ou trabalha fora de SJM? S N/ Reside com os pais? S N</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como era SJM antes do Jardim das Esculturas? 2. O que mudou na comunidade após o turismo? 3. Explique o motivo que o levou a ser/a não ser associado. 4. *Se associado: Qual o produto/serviço de turismo lhe compete? Você divide esse trabalho com outros membros da família? 5. Participou de alguma ação de capacitação para o turismo? Se sim, como foi? 6. Você entra em contato com os turistas? Se sim, conte como são esses encontros. 7. Você considera que o turismo pode ser uma alternativa de renda para as famílias envolvidas? (Caso seja associado, conte qual a contribuição do turismo para sua renda familiar). 8. Você considera que o turismo pode ser uma alternativa econômica/de trabalho para as gerações futuras voltarem a residir em SJM? 9. Você considera que o turismo trouxe qualidade de vida para os moradores de SJM? Se sim, como? 10. Qual sua opinião sobre a participação da Emater no turismo em SJM? 11. Qual sua opinião sobre a participação da Prefeitura de JC no turismo em SJM? 12. Qual sua opinião sobre a participação da Prefeitura de NP no turismo em SJM? 13. Quais são as principais dificuldades que você observa no turismo em SJM hoje? 14. O que pode ser melhorado? 	

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES DE TURISMO

Nome do entrevistado:	
Cargo/função:	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando conhece SJM? frequência visita SJM?	Com que
<p>Documentos que podem ser coletados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentos formais da agencia (razão social, missão, valores, objetivos) <ul style="list-style-type: none"> - Material de divulgação - Fotos de pacotes que ocorreram e que envolvem a comunidade - Projeto do pacote (se possível) - Feedback dos turistas formulários de opinião que estejam documentados - Documentos que mostrem o perfil de turista (formulário pré contrato) 	
<p>Perguntas a serem realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fale sobre a agência Supremma. Como a agencia surgiu? - Quais são seus principais produtos? - Porque escolheu SJM como área de atuação de sua agencia? - Como SJM se integra aos seus pacotes? Quais são os produtos da agência que incluem SJM? - Quais são os atrativos de SJM que você comercializa? - Quem são as pessoas da comunidade com as quais você se comunica para formatar e desenvolver o teu produto turístico? - Como se dá essa comunicação? São os membros da comunidade que lhe procuram para oferecer os serviços ou você que busca os serviços mais adequados para montagem dos teus pacotes? - Como a Associação Pró-Turismo se relaciona com a agência? - Como você percebe a relação entre os residentes associados e não associados `a Associação Pró-Turismo? - Qual sua opinião sobre a capacitação dos moradores que prestam os serviços turísticos para sua agencia? - Como você percebe a relação entre a comunidade e o jardim das esculturas? - Quais são as principais reivindicações, dúvidas, opiniões e agradecimentos dos moradores que prestam serviços turísticos quando entram em contato com você? - Você conheceu a comunidade antes da iniciativa comunitária para o turismo rural? Quais mudanças notou na comunidade após o desenvolvimento da atividade turística? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e as outras instituições (Prefeitura de JC, Emater)? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e as outras agências de turismo? - Você considera que o turismo pode ser uma alternativa econômica para esta comunidade rural? - E no âmbito social? O turismo trouxe ou pode trazer mudanças na qualidade de vida de seus moradores? - Existem problemas na atividade turística de SJM atualmente? O que pode melhorar? - E no que tange aos turistas, quais são os relatos dos mesmos em relação à experiência de turismo em SJM? 	

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES PÚBLICOS

Coordenador da Emater

Nome do entrevistado:	
Cargo/função:	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando conhece SJM? frequência visita SJM?	Com que
<p>Documentos que podem ser coletados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material de capacitação para o turismo rural - Relatórios de visitas técnicas na comunidade relacionadas a esse assunto - Reportagens, fotos, diários de campo sobre as atividades de turismo rural - Projetos sobre turismo rural em SJM - Atas de reuniões tratando do tema - Outros documentos 	
<p>Perguntas a serem realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fale sobre o turismo rural em JC. Quais são os pontos de turismo rural no município/distritos? - Existe uma integração entre os diferentes pontos de turismo rural de JC e distritos? - Existe material de divulgação dos pontos de turismo rural em JC e distritos? Se sim, quem os elaborou e como são distribuídos? - Fale sobre o turismo rural em SJM. Como iniciou o turismo na comunidade? - A Emater esteve envolvida no processo de implementação do turismo em SJM? Se sim, como foi essa integração? (importante destacar datas e atores envolvidos). - A Emater fez parte das ações de criação da Associação Pró-Turismo? Caso sim, como foi? - A Emater realizou algum tipo de capacitação relacionada a turismo rural em SJM? Se sim, como se deu? Quais foram os cursos? Quem eram os ministrantes? Quem participou como aluno? Tem registros dessas atividades (material didático, relatórios, fotos)? - O que mudou na comunidade com a inserção do turismo? (especificar mudanças paisagísticas, equipamentos e serviços, no convívio entre moradores, outros...) - Você considera que o turismo pode ser uma alternativa econômica para esta comunidade rural? - E no âmbito social? O turismo trouxe ou pode trazer mudanças na qualidade de vida de seus moradores? - A Emater mantém contato com os representantes comunitários? Caso sim, o que os mesmos trazem como reivindicações, dúvidas, opiniões e agradecimentos? - Como você, enquanto profissional que atua diretamente na comunidade, percebe a relação entre os residentes associados e não associados à Associação Pró-Turismo? - Como você percebe a relação entre a comunidade e o jardim das esculturas? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e a prefeitura? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e as agências de turismo? - Existem problemas na atividade turística de SJM atualmente? O que pode melhorar? - Quais são as ações atuais da Emater em relação ao turismo rural em SJM? Quais são os membros da comunidade envolvidos na organização dessas ações? - Existem projetos futuros para promover a ampliação do fluxo de turismo na comunidade? 	

Responsável pela secretaria/divisão de turismo em NOVA PALMA

Nome do entrevistado:	
Cargo/função:	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando conhece SJM? frequência visita SJM?	Com que
<p>Documentos que podem ser coletados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fotos e reportagens de jornal que se refiram a SJM (atividades de turismo e outras) - Projetos municipais que contemplem SJM (podem ser os em vigor ou em gabinete – sobre o turismo ou outros) - Atas de reuniões que tratem sobre a atividade turística na comunidade 	
<p>Perguntas a serem realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fale sobre o turismo em NP. Quais são os atrativos existentes atualmente no município e região? - Fale sobre o turismo em SJM. Como SJM se integra ao turismo de NP? - Como surgiu a ideia de desenvolver o turismo em São João dos Mellos? - A prefeitura/secretaria de turismo de NP teve conhecimento da ideia do Rogério de fazer do jardim uma atração turística? (Quem era o responsável pelo turismo nessa época? - caso não seja o entrevistado) Se sim, como foi? - Quais foram as ações que a prefeitura de NP <u>realizou</u> para a implementação da atividade turística em SJM? (tem registros dessas atividades?) – importante destacar datas dessas ações e participantes envolvidos. - A prefeitura/secretaria fez parte das ações de criação da Associação Pró-Turismo? Caso sim, como foi? - A prefeitura mantém contato com os representantes comunitários? Caso sim, o que os mesmos trazem como reivindicações, opiniões e agradecimentos? - Como a prefeitura de NP percebe a relação entre os residentes associados e não associados à Associação Pró-Turismo? - A prefeitura/secretaria teve alguma ação voltada para a capacitação dos residentes para desenvolvimento do turismo? - Do período de implementação do turismo até os dias de hoje, o que mudou na comunidade? (especificar mudanças paisagísticas, equipamentos e serviços, no convívio entre moradores, outros...) - Existem problemas no turismo em SJM? Se sim, o que pode ser melhorado em relação ao turismo na comunidade atualmente? - Como você percebe a relação entre a comunidade e o jardim das esculturas? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e a Emater? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e as agências de turismo? - Quais são as ações mais recentes da prefeitura em relação ao turismo em SJM? Quais são os membros da comunidade envolvidos na organização dessas ações? - Você considera que o turismo pode ser uma alternativa econômica para a comunidade? - E no âmbito social? O turismo trouxe ou pode trazer mudanças na qualidade de vida de seus moradores? - O destino turístico de SJM pode ser integrado por meio de caminhos, rotas e roteiros a outros destinos turísticos da região? Quais seriam estes outros destinos? Como se daria essa integração (via associações comunitárias, prefeituras, outras)? 	

Responsável pela secretaria/divisão de turismo em Júlio de Castilhos

Nome do entrevistado:	
Cargo/função:	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando conhece SJM? frequência visita SJM?	Com que
<p>Documentos que podem ser coletados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fotos e reportagens de jornal que se refiram a SJM (atividades de turismo e outras) - Projetos municipais que contemplem SJM (podem ser os em vigor ou em gabinete – sobre o turismo ou outros) - Atas de reuniões que tratem sobre a atividade turística na comunidade - Material de divulgação turística de JC (não precisa necessariamente contemplar SJM) - Legislação municipal relacionada ao turismo em JC - Dados censitários (população/sexo/idade/renda/produção) específicos de SJM entre 2008 e 2015 	
<p>Perguntas a serem realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fale sobre o turismo em JC. Quais são os atrativos existentes atualmente no município/distritos? - Há uma formação de um produto turístico em JC (tem caminhos, rotas, roteiros –SJM faz parte desse produto)? - Como surgiu a ideia de desenvolver o turismo em São João dos Mellos? - A prefeitura/secretaria de turismo de JC teve conhecimento da ideia do Rogério de fazer do jardim uma atração turística? (Quem era o responsável pelo turismo nessa época? - caso não seja o entrevistado) Se sim, como foi? - Quais foram as ações que a prefeitura de JC <u>realizou</u> para a implementação da atividade turística em SJM? (tem registros dessas atividades?) – importante destacar datas dessas ações e participantes envolvidos. Houve parceria com outras instituições (como a Emater)? - A prefeitura/secretaria fez parte das ações de criação da Associação Pró-Turismo? Caso sim, como foi? - A secretaria/divisão de turismo mantêm contato com os representantes comunitários? Caso sim, o que os mesmos trazem como reivindicações, opiniões e agradecimentos? - Como a secretaria/divisão de turismo de JC percebe a relação entre os residentes associados e não associados `a Associação Pró-Turismo? - A prefeitura/secretaria teve alguma ação voltada para a capacitação dos residentes para desenvolvimento do turismo? (tem relação com o SENAR?) - Do período de implementação do turismo até os dias de hoje, o que mudou na comunidade? (especificar mudanças paisagísticas, equipamentos e serviços, no convívio entre moradores, outros...) - Como você percebe a articulação entre a comunidade e a prefeitura? - Como você percebe a articulação entre a comunidade e as agências de turismo? - Existem problemas no turismo local? Há algo que pode ser melhorado em relação ao turismo na comunidade atualmente? - Como a secretaria/divisão de turismo percebe a relação entre a comunidade e o jardim das esculturas? - Quais são as ações atuais da prefeitura em relação ao turismo em SJM? Quais são os membros da comunidade envolvidos na organização dessas ações? - Existem projetos futuros para promover a ampliação do fluxo de turismo na comunidade? - A secretaria/divisão de turismo considera que o turismo pode ser uma alternativa econômica para a comunidade? 	

- E no âmbito social? O turismo trouxe ou pode trazer mudanças na qualidade de vida de seus moradores?
- O destino turístico de SJM pode ser integrado por meio de caminhos, rotas e roteiros a outros destinos turísticos da região? Quais seriam estes outros destinos? Como se daria essa integração (via associações comunitárias, prefeituras, outras)?

Capacitador(a) SENAR

Nome do entrevistado:	
Cargo/função:	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando conhece SJM? frequência visita SJM?	Com que
Documentos que podem ser coletados: -Projeto pedagógico - Apostilas de curso -Avaliações realizadas - Relatórios das aulas/do curso -Fotos das ações do projeto	
Perguntas a serem realizadas:	
<ul style="list-style-type: none"> - Fale sobre os cursos de turismo rural do Senar. Quais são os objetivos? - Como o SENAR chegou até a comunidade de SJM? Foi uma solicitação dos próprios moradores? - Qual o nome do projeto de capacitação que foi ofertado em SJM? Qual o seu conteúdo programático e carga horária? - O projeto é padrão ou é pensado a partir das características/necessidades da comunidade que será capacitada? - Quem é o responsável por modelar o curso? - Como foi divulgada a oferta do curso em SJM? - Onde foram realizadas as aulas e em que horário? Qual foi o período total da capacitação (datas e ano)? - Qual o quantitativo total de alunos que participaram da capacitação? Tem dados como faixa-etária, sexo e renda desses alunos? - Esses alunos estavam vinculados a Associação Pró-Turismo? - *O SENAR participou da implementação da Associação Pró-Turismo? Caso sim, como foi? - Enquanto capacitador(a), encontrou alguma dificuldade na realização do curso? - Quais eram as principais dúvidas, reclamações e elogios dos alunos referentes ao desenvolvimento do turismo na comunidade? - Quais foram as mudanças observadas no turismo e na comunidade antes e depois da capacitação? - Como você percebeu a relação entre os moradores associados e não associados ao turismo na época da capacitação? - E a relação entre a comunidade e o Jardim? - No período de capacitação, como era o relacionamento entre a comunidade, a prefeitura e a Emater em relação ao desenvolvimento do turismo? - Após a capacitação, houve algum processo de acompanhamento da comunidade? - Existem problemas na atividade turística de SJM atualmente? O que pode melhorar? - Você considera que o turismo em SJM está integrado a sua região turística? 	

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ATORES INTERNOS ENVOLVIDOS DIRETAMENTE NA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO

Presidente da Associação Pró-Turismo de SJM

Nome do entrevistado:	
Cargo/função:	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando mora em SJM?	
<p>Documentos que podem ser coletados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atas e documentos da associação - Fotos - Apostilas e cursos vinculados a Associação - Livro de registros de visitante e material contábil 	
<p>Perguntas a serem realizadas:</p> <p>1ª etapa: perguntas sobre a primeira gestão e inserção do turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conte como surgiu o turismo em SJM. - Por que motivo a comunidade de SJM resolveu desenvolver o turismo? /O que levou a comunidade a levar adiante esta ideia? - Como foi criada a Associação Pró-Turismo? - Quem eram os integrantes na primeira gestão da Associação? - Quais instituições participaram da criação da Associação? - Quem eram as pessoas não-residentes de SJM que participaram da criação da Associação? (figuras públicas, professores, pesquisadores, etc...) - Quantas eram as famílias associadas na primeira gestão? - Por que algumas famílias não se associaram na época de criação da Associação? - Como foi o processo de capacitação para o turismo? Que cursos vocês fizeram? - Como vocês chegaram a estes cursos? Foi solicitação da própria comunidade? - O que mudou na comunidade após a realização dos cursos de capacitação? - Entre 2010 e 2011, quais foram as ações da Emater em relação ao desenvolvimento do turismo? - Entre 2010 e 2011, quais foram as ações da Prefeitura de JC em relação ao desenvolvimento do turismo? - Como era (entre 2010 e 2011) a relação entre a comunidade e o Jardim? - Nessa época vocês já trabalhavam com alguma agência de turismo? Se sim, com qual e como eram os pacotes? - Quais foram as principais mudanças que ocorreram na comunidade após o início da atividade turística? 	<p>2ª etapa: perguntas sobre a gestão atual e o turismo recente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na gestão atual, quantas são as famílias associadas? - Houve alguma família que aderiu ao turismo depois que a atividade começou a se desenvolver? - Quais são os requisitos para ser associado? - Qual o papel de cada uma das famílias associadas? (O que cada um oferece como produto ou serviço?) - Como são divididos os rendimentos provenientes do turismo? - Quais são as ações atuais da Associação? (Reuniões, promoções, reivindicações)? - Atualmente, como é a relação entre a comunidade e o Jardim? - Quais as ações mais recentes da Emater em relação ao turismo? - Quais as ações mais recentes da prefeitura de JC em relação ao turismo? - Quais as ações mais recentes da prefeitura de Nova Palma em relação ao turismo? - A Associação trabalha em parceria com alguma agência? Qual? Como é a dinâmica de trabalho com as agências?

Gestora do jardim e primeira presidente da Associação Pro -Turismo

Nome do entrevistado:	
Cargo/função: GESTORA DO JARDIM E 1 ^o PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PRO-TURISMO	
Idade:	
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:	
Desde quando está no cargo atual:	
Desde quando mora em SJM?	
Documentos que podem ser coletados: <ul style="list-style-type: none"> - Atas e documentos da associação - Fotos - Apostilas e cursos vinculados a Associação - Livro de registros de visitante - Outros materiais sobre o Jardim e o turismo 	
Perguntas a serem realizadas: 1 ^o etapa: perguntas sobre a primeira gestão e inserção do turismo <ul style="list-style-type: none"> - Conte como surgiu o jardim das esculturas e o turismo em SJM. - Por que motivo a comunidade de SJM resolveu desenvolver o turismo? /O que levou a comunidade a levar adiante esta ideia? - Como foi criada a Associação Pró-Turismo? - Quem eram os integrantes na primeira gestão da Associação? - Quais instituições participaram da criação da Associação? - Quem eram as pessoas não-residentes de SJM que participaram da criação da Associação? (figuras públicas, professores, pesquisadores, etc...) - Quantas eram as famílias associadas na primeira gestão? - Por que algumas famílias não se associaram na época de criação da Associação? - Como foi o processo de capacitação para o turismo? Que cursos vocês fizeram? - Como vocês chegaram a estes cursos? Foi solicitação da própria comunidade? - O que mudou na comunidade após a realização dos cursos de capacitação? - Entre 2010 e 2011, quais foram as ações da Emater em relação ao desenvolvimento do turismo? - Entre 2010 e 2011, quais foram as ações da Prefeitura de JC em relação ao desenvolvimento do turismo? - Como era (entre 2010 e 2011) a relação turística entre a comunidade e o Jardim? 	2 ^o etapa: perguntas sobre o turismo recente <ul style="list-style-type: none"> - Quais são os produtos e serviços que o jardim oferece para o turismo atualmente? - O Jardim está trabalhando em parceria com agências atualmente? Se sim, quais as rotas e roteiros trabalhados pelas agências que incluem o Jardim? - O Jardim tem alguma parceria com a Emater ou com a prefeitura de JC atualmente? Se sim, comente as ações. - Sobre a parceria com a prefeitura de Nova Palma, fale mais sobre o projeto. De quem foi a ideia? Quem são os envolvidos nessa proposta? Quais são os projetos? - Atualmente, como o Jardim se articula com os outros produtos e serviços turísticos de SJM? - Atualmente, o Jardim tem algum vínculo ou atividade que seja em parceria com a Associação Pró-Turismo? Quais? - Quais são as perspectivas para o turismo em SJM nos próximos anos? - Você considera que o turismo trouxe qualidade de vida para os moradores de SJM? Como? - Você considera que o turismo pode ser uma alternativa econômica para SJM?

<ul style="list-style-type: none"> - Nessa época vocês já trabalhavam com alguma agência de turismo? Se sim, com qual e como eram os pacotes? - Quais foram as principais mudanças que ocorreram na comunidade após o início da atividade turística? 	
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Criador das obras do Jardim das Esculturas

Nome do entrevistado:
Cargo/função:
Idade:
Formação: EMI EMC ES PG Especificar ES/PG:
Desde quando está no cargo atual:
Desde quando mora em SJM?
Documentos que podem ser coletados: - Fotos
Perguntas a serem realizadas: <ul style="list-style-type: none"> - Como e quando você começou a fazer suas obras? - Por que você escolheu esta temática oriental para desenvolver o seu trabalho? - Como surgiu a ideia do jardim? - Como começou o turismo aqui? - Como foi a criação da Associação Pró-Turismo? - O que mudou na comunidade após o início do turismo? - Como o jardim trabalha em parceria com a comunidade? - O que pode ser melhorado na turismo em SJM?